



ISSN 2595-5888
Revista Eletrônica Casa de Makunaima
Vol. 4 - Nº 1
Jan/Jun (2022)

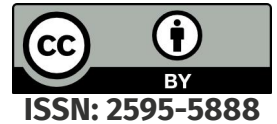


Monte Roraima, na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. Os vetores indicam os limites do Brasil (à direita), Venezuela (à esquerda) e Guiana (acima). Constitui um tepui - monte em forma de mesa.

Imagem: Coordenação-Geral de Observação da Terra/INPE.

OBT

Coordenação-Geral de Observação da Terra
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

Regys Odlare Lima de Freitas, Reitor.
Cláudio Travassos Delicato, Vice-Reitor.
Karine de Alcântara Figueiredo, Pró-Reitora de Ensino e Graduação.
Vinícius Denardin Cardoso, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação.
André Faria Russo, Pró-Reitor de Extensão e Cultura.
Alvim Bandeira, Pró-Reitor Planejamento e Administração.
Ana Lídia Mendes, Pró-Reitora de Orçamento e Finanças.
Francisco Robson Bessa Queiroz, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas.

DIREITOS AUTORAIS

Todo o conteúdo desta Revista está protegido pela Lei de Direitos Autorais (9.610/98). A reprodução parcial ou completa de artigos, fotografias ou artes no geral contidas nas publicações deve ser creditada ao autor em questão.

Esta Revista é distribuída sob a licença Creative Commons – Atribuição – uso comercial – compartilhamento pela mesma licença (BY). Há permissão de uso e a criação de obras derivadas do material, contanto que haja atribuição de créditos (BY). As publicações são distribuídas gratuitamente no site oficial: <https://periodicos.uerr.edu.br/makunaima>.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Os conceitos e opiniões emitidas nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância do Conselho Editorial da Revista. A responsabilidade pela correta citação das fontes que fundamentam as pesquisas também é totalmente dos respectivos autores.



UERR - Universidade Estadual de Roraima
Rua 7 de setembro 231 - Bairro Canarinho CEP. 69306-530
Tel. (95) 2121-0950
E-mail: reitoria@uerr.edu.br
<https://www.uerr.edu.br>

UERR Edições
CNPJ: 08.240.695/0001-90
Tel. (95) 2121-0944
E-mail: contato@edicoes.uerr.edu.br
<https://edicoes.uerr.edu.br>

Revista Eletrônica Casa de Makunaima
E-mail: contato@periodicos.uerr.edu.br
<https://periodicos.uerr.edu.br/makunaima>
ISSN 2595-5888.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPEI
Tel. (95) 2121-0944
E-mail: propei@uerr.edu.br
www.uerr.edu.br/propei

Equipe Casa de Makunaima

EDITORA CHEFE

Prof^ª. Dra. Márcia Teixeira Falcão - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

EDITORES DE SEÇÃO

Prof. Dr. Bruno Dantas Muniz de Brito - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof. Dr. Edgard Vinicius Cacho Zanette - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof^ª. Dra. Maria José dos Santos - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Leonardo Costa de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Prof^ª. Dra. Sandra Kariny Saldanha de Oliveira - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof^ª Dra. Adryane Gorayeb - Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior - Universidade Estadual do Ceará – UECE, Brasil

Prof. Dr. Antonio Glaudenir Brasil Maia - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Brasil - UVA, Brasil

Prof. Dr. Christian Brannstrom - Texas A&M University, Estados Unidos Da América

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

Prof^ª. Dra. Elizabeth da Conceição Santos - Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Brasil

Prof. Dr. Lúcio José Sobral da Cunha - UC, Portugal

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. MSc. Abraão L. Dos Santos Mascarenhas - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UFESSPA, Brasil

Prof^ª. Dra. Alessandra Peternella - Universidade Federal de Roraima - UFRR, Brasil

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento - Universidade Federal de Paraíba - UFPB, Brasil

Prof. Dr. Antonio Jose Castelo Branco Ribeiro - Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Brasil

Prof. Dr. Artur Rosa Filho - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Brasil

Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Edgard Vinicius Cacho Zanette - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Francisco Otávio Landim Neto - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Brasil

Prof^ª. Dra. Ivanise Maria Rizzatti - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira - Universidade Federal de Roraima – UFRR, Brasil

Prof^ª. Dra. Juliana Felipe Farias - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brasil

Prof. Dr. Julio Cesar Takehara - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Lucas Portilho Nicoletti, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof^ª. Dra. Luciana Martins Freire - Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil

Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda - Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil

Prof^ª. Dra. Maria das Neves Magalhães Pinheiro - Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, Brasil

Prof^ª. Dra. Maria Rita Vidal - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UFESSPA, Brasil

Prof^ª. MSc. Marília Colares Mendes - Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, Brasil

Prof. Dr. Mariano Terço de Melo - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. MSc. Marcelo Santos da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. MSc. Osvaldo Piedade Pereira da Silva - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof^ª. Dra. Raimunda Gomes da Silva, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Rildo Dias da Silva, Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Guimarães de Carvalho - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Brasil

Prof. Dr. Sergiano de Lima Araújo - Instituto Federal do Ceará - IFCE, Brasil

Prof. Dr. Thiago José Costa Alves - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. Dr. Vinicius Denardin Cardoso - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil

Prof. MSc. Werton Francisco Rios da Costa Sobrinho - Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Carlos Eduardo Bezerra Rocha - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Cláudio Souza da Silva Júnior - Universidade Estadual de Roraima - UERR, Brasil
Josiane Gabriel Teixeira da Cruz – Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Anderson da Silva Marinho - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil
Tacyele Ferrer Vieira - Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil

REVISÃO

Prof. Esp. Íris Anita Fabián Ramirez - Universidade Estadual de Roraima – UERR, Brasil

Sumário

Ensino de Geografia para deficientes visuais na Escola Estadual Monteiro Lobato na cidade de Boa Vista/RR.....5

*Josinaldo Barboza Bezerra
Rosângela de Oliveira Pelzer*

Análise metodológica de ensino em Geografia para promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no Município do Cantá/RR.....17

*Osvair Brandão Mussato
Gracione Pereira da Costa*

A prática de estágio na formação do professor de Geografia: A experiência do Estágio Curricular Supervisionado II na Escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira em Boa Vista/RR.....31

Dalto Alves

Roraima: Aspectos históricos da evolução da pesca esportiva no extremo norte do Brasil.....40

Robson Oliveira de Souza

A Serra Grande de Caraumã, no Rio Branco: Notas sobre um marco natural e histórico de Roraima (séculos XVIII-XX).....60

André Augusto da Fonseca

A importância do estágio para a preparação do docente em Geografia: A experiência do Estágio Curricular Supervisionado III no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima IFRR, em Boa Vista-RR.....68

Dalto Alves

Os riscos enfrentados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima nas exigências de documentos de habilitação em licitações.....78

Crescencio de Barros Silva

A ferrovia e os corpos hídricos: Os potenciais impactos socioambientais no caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no Estado da Bahia, Brasil.....87

*Moacir Santos Tinoco
Marina Nóbrega Gonçalves*

Ensino de Geografia para deficientes visuais na Escola Estadual Monteiro Lobato na cidade de Boa Vista/RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1045>

Rosângela de Oliveira Pelzer
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0001-7659-4982>

Josinaldo Barboza Bezerra
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-7940-2293>

Localização Geográfica da Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR.
Fonte: Google Earth (2019).

RESUMO

O artigo visa analisar o processo de ensino e aprendizagem onde engloba uma série de questionamentos como a própria definição do que é aprender e ensinar e verificar seus processos. Por esse motivo torna-se necessário compreender como esses processos acontecem no meio educacional e neste caso em especial com os alunos que são deficientes visuais, que são os principais atores neste contexto, junto com o corpo docente da escola Estadual Monteiro Lobato em Boa Vista-RR. Visando contribuir para melhor compreender este estudo teve os seguintes objetivos: 1) Relacionar os processos de aprendizagem da disciplina geografia para os alunos com deficiência visuais na escola Estadual Monteiro Lobato de Boa Vista - RR, 2) Verificar os recursos utilizados pelos professores nas aulas de geografia com alunos com deficiência visual. 3) Investigar a eficácia dos recursos utilizados nas aulas de geografia e a motivação dos alunos para aprendizagem. O artigo é uma pesquisa exploratória onde tem como objetivo aproximar o problema tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão e será adota em todo o processo do projeto. Participaram desta pesquisa os alunos com deficiência visual, e os professores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem do aluno. Será realizada também a consolidação de relatório de pesquisa para diálogos e retorno à escola envolvida no projeto.

Palavras-chave: Aprendizagem. Deficientes Visuais. Ensino da Geografia. Inclusão.

ABSTRACT

The article aims to analyze the teaching and learning process, which encompasses a series of questions such as the definition of what it means to learn and teach and verify their processes. For this reason it is necessary to understand how these processes happen in the educational environment and in this case in particular with students who are visually impaired, who are the main actors in this context, together with their faculty at the State School Monteiro Lobato in Boa Vista- RR Aiming to contribute to a better understanding of this study, it had the following objectives: 1) Relate the learning processes of the geography discipline for students with visual impairments at the State School Monteiro Lobato de Boa Vista - RR, 2) Check the resources used by teachers in the classes of geography with visually impaired students. 3) Investigate the effectiveness of resources used in geography classes and students' motivation for learning. The article is an exploratory research which aims to approach the problem making it more explicit or to build hypotheses. The vast majority of these researches involve: (a) bibliographic survey; (b) interviews with people who have had practical experience with the research problem; and (c) analysis of examples that encourage understanding and will be adopted throughout the project process. Students with visual impairments and teachers who develop teaching and learning with the student participated in this research. It will also be carried out the consolidation of research report for dialogue and return to the school involved in the project.

Keywords: Learning. Visually Impaired. Teaching Geography. Inclusion.



INTRODUÇÃO

Este artigo discute a temática da educação inclusiva, com destaque aos alunos que possuem deficiência visual e são atendidos nas turmas regulares do ensino público da Escola Estadual Monteiro Lobato, localizada na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A escolha da temática fundamenta-se na necessidade de estudar os processos metodológicos de aprendizagem executados pelos professores de geografia com alunos Portadores de Necessidade Especiais (PNE), com destaque aos alunos com deficiência visual. Considerando que na prática nem sempre os professores dispõem de recursos apropriados e suficientes a atender as necessidades específicas dos alunos, o que exige do professor capacidade de improvisar e adaptar materiais antes destinados a outros públicos (MELLO, 2000).

Parte-se da compreensão de educação inclusiva adotada na Declaração de Salamanca de 1994, que recomenda aos governos e organizações internacionais que garantam o direito de acesso a todas as crianças, com necessidades especiais, as turmas regulares, com pedagogia compatível as características e necessidades especiais de cada discente (PAVÃO; PAVÃO, 2018).

Nesta linha, o presente artigo teve como problema de pesquisa responder quais os processos pedagógicos adotados pelos professores de geografia ao trabalharem com alunos com deficiência visual na Escola Estadual Monteiro Lobato na cidade de Boa Vista/RR?

A pesquisa teve como objetivo analisar as metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino, na escola objeto do estudo e como objetivos específicos identificar os processos de aprendizagem nas turmas com alunos

portadores de necessidades visuais; verificar os recursos adotados pelos professores; examinar a eficiência das metodologias e dos recursos adotados pelos professores de geografia.

Quando se trata da educação inclusiva cabe mencionar Freire (2004), que ressalta que a educação, não é uma doação ou imposição, mas uma restituição dos conteúdos coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas frente ao mundo.

Nesse sentido, a pesquisa discute a educação inclusiva a partir do contexto dos alunos com deficiência visual ao considerar que educação é o meio que produz um coeficiente de larga expectativa tendo o poder de transformar a realidade. Dessa forma, o ensino da geografia necessita buscar meios para proporcionar um ensino que contemple esse público.

Sendo assim, o ensino de Geografia se volta para os alunos com deficientes visuais como o objetivo de desenvolver a autonomia espacial desses alunos. A autonomia espacial permitirá aos alunos sua independência para se deslocar tanto no ambiente escolar, quanto nos demais espaço promovendo em sua em mente a consolidação da organização espacial (RODRIGUES, 2019).

METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido na Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR, durante o ano de 2019. Sendo assim, a pesquisa parte da revisão bibliográfica de cunho descritivo e avança para a fase exploratória onde tem como objetivo aproximar o problema tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema

pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão e será adota em todo o processo do projeto.

Dessa forma, a técnica adotada para a realização de coleta dos dados seja documental ou campo, ocorreu por meio da pesquisa de campo através de visita in loco na Escola Estadual Monteiro Lobato em Boa Vista-RR, durante o ano de 2019, situado no endereço Rua Cecília Brasil, 1506, bairro Centro, com o CEP 69301-080, onde foram realizadas as entrevistas com as docentes regentes de turma para analisar a qualidade de aprendizado da aluna portadora de deficiência visual, mediante seus professores, e as dificuldades de lecionar para alunos que requerem maior cuidado, o seu grau de estudo, dificuldades enfrentadas pelos docentes que passaram a ser chamados de docente A e B.

A escola oferece educação especial, ensino fundamental, ensino fundamental - anos finais 6º ao 9º e ensino médio. Localizada nas coordenadas 2.8228808276839037, -60.67543208465697, possui internet banda larga, biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra de esportes, com todo o espaço escolar com dependências e acessibilidade.

Figura 1: Localização Geográfica da Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR.



Fonte: Google Earth (2019). Adaptados pelos autores.

Como parte da coleta de dados, no segundo momento, foram-se aplicados três questionários de cunho investigativo para traçar a percepção discente sobre a qualidade de ensino empregada e a percepção da aluna e sobre o processo de inclusão diante dos outros estudantes da mesma classe do ensino regular. Para preservar a identidade do educando, a pesquisa lhe menciona como discente X. Para compreender a percepção familiar do avanço da aluna no meio escolar foi aplicado também um terceiro questionário junto à família da discente, no qual a pesquisa identifica como mãe Y.

Para a escolha da amostra, foram utilizados como critérios as listagens de escolas que lecionavam para alunos portadores de necessidades especiais fornecidas pela secretaria de educação do estado de Roraima, e, por fim, chega-se à Escola Estadual Monteiro Lobato. Dessa forma, foi solicitada a permissão para proceder com a pesquisa investigativa por meio de relatórios, questionários e entrevista com alunos, professores e familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama da Educação Inclusiva no Brasil

O presente tópico aborda a discursiva da educação inclusiva no Brasil abordando o processo histórico da educação especial e as leis e jurisdição que fundamentam e asseguram o ensino inclusivo nas escolas brasileiras.

A discussão no Brasil sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde a década de 40, no século passado. Assim, na assembleia geral das Nações Unidas foram produzidos diversos documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Mundial sobre a Educação para todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades básicas de

Aprendizagem; Declaração de Salamanca; Convenção de Guatemala e a Declaração de Montreal (FRIAS; MENEZES, 2009)

Na busca de assegurar a educação para pessoas com deficiência, cabe mencionar a legislação federal (Constituição Federal de 1988, a Lei 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394/1996, e a Declaração de Salamanca 1998) que fundamental juridicamente o ensino inclusivo. Conforme a constituição Federal Brasileira, a educação é direito de todos. Nesse sentido, a lei geral de educação, que passou a vigorar para assegurar esse direito, foi a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro do ano de 1996, no qual a inclusão de portadores de necessidades especiais ganhou força.

Dessa forma, a inclusão em escolas de ensino regular foi sendo ampliada, ainda que em ritmo inferior a necessidade do país. As conquistas legais permitiram fazer com que a pessoa com deficiência passasse a ser reconhecida pela sociedade como cidadã com direito a educação e amparo legal. Todavia, se fez necessário requerer a necessidade de reformulação do ensino, iniciando pela capacitação de professores, qualificando-os para lecionar com eficácia para turmas heterogêneas, e estrutura adequada visando promover uma maior habitualidade do discente em esfera escolar.

De acordo com o Artigo 53 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, preceitua que: “a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, a educação deve priorizar a criança como um todo, de maneira que a educação seja para todos e de forma inclusiva preparando o indivíduo para o pleno exercício da cidadania, independente da sua condição social.

Nessa perspectiva, cabe mencionar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida em 1994 na Espanha em parceria com a UNESCO, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes sobre educação inclusiva, que recebeu o nome de Declaração de Salamanca (SANTOS; SANTOS; SALES, 2015). Dessa forma, consta expressamente na Declaração de Salamanca que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1998, p. 17-18).

Conforme a Declaração de Salamanca a escola é um lugar de acolhimento, na qual a criança se encontra na condição de igualdade, logo, a presente documentação norteia o debate de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ações para promover a oferta da educação inclusiva nas escolas regulares.

Cabe ainda mencionar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que após a assinatura de convenção da ONU em 2008, a questão de inclusão de crianças, jovens e adultos no âmbito escolar, ganhou mais importância no Brasil, onde o ensino regular com presença de estudantes com necessidade especial também ocorre paralelamente ao ensino destinado a crianças com necessidades especiais em escolas especializadas (SILVA; CASTRO; CASTELO BRANCO, 2006).

É importante mencionar que a presente convenção da ONU, consiste em um instrumento internacional de direitos humanos das Nações Unidas de fundamental importância

para a proteção dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência. Sendo assim, fundamental para discutir a questão da inclusão, pois a convenção passou a impactar as políticas públicas no Brasil dando maior visibilidade para a educação inclusiva no país.

Nesse sentido, ao considerar que durante todos esses anos em relação a essa questão nota-se que a inclusão ganhou relevância, principalmente ao observar os dados do Ministério da Educação (MEC) pode-se perceber o crescimento de matrícula de alunos (PNE) no ano de 2003, que somava 28% das matrículas, e em 2014, houve uma crescente para 78%.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010, no Brasil, há mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, onde 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos); e 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar); e outros 29 milhões de pessoas declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes (IBGE, 2010).

Os presentes dados mostram que existe no Brasil uma parcela significativa da população que necessita de assistência para que seus direitos fundamentais sejam assegurados. No contexto da educação brasileira nota-se que de fato existe uma necessidade de inclusão no âmbito escolar ao considerar que se esse público não for assistido, o Estado não cumpre com seu papel de ofertar e gerir educação para todos. Sendo assim, percebe-se que na sociedade em geral no Brasil o quantitativo de pessoas com deficiências visuais é relevante.

Dessa forma, torna-se importante analisar o panorama do quantitativo regional de pessoas com deficiências visuais no sentido de compreender a necessidade da aplicabilidade das políticas públicas para assistir e assegurar os direitos das pessoas com deficiências visuais

(Tabela 01):

Tabela 1: Pessoas com Deficiência Visual Por Região.

Pessoas com deficiência visual por região	Total	% população local
Norte	574.823	3,6
Nordeste	2.192.455	4,1
Sudeste	2.508.587	3,1
Sul	866.086	3,2
Centro-Oeste	443.357	3,2

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística- IBGE 2010.

Conforme se observa na Tabela 1, a maior proporção de pessoas com deficiências visuais se concentra nas regiões do Sudeste e Nordeste, seguido pela região Sul, Norte e Centro-Oeste. Diante desse panorama nota-se a necessidade de promover a inclusão de portadores de necessidades especiais, com equidade e erradicando de uma vez qualquer tipo de discriminação. No âmbito escolar, esse processo de inclusão, deve contemplar alunos com e sem necessidades especiais no sentido de atender suas dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 97) menciona que:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Nessa perspectiva, cabe considerar o conceito e o termo incluir na definição do dicionário Larousse (1999) que define o termo como sinônimos, compreender, abranger, encerrar, inserir, envolver, implicar, somar, entre outros.

Nessa ótica de Sá, Campos e Silva (2007, p. 13) mencionam que:

Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas de conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números. Assim, necessidades decorrentes de limitações

visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias.

Nessa perspectiva, Camargo (2017) menciona que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica reestruturaram o sistema educacional brasileiro.

[...] postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (BRASIL, 2001, p. 40).

Dessa forma, a importância da educação inclusiva na vida de estudantes portadores de necessidades especiais representa uma conquista para a promoção da cidadania de um povo. Com a implantação de políticas públicas, juntamente com a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, ampliou-se as possibilidades de exigir do Estado o cumprimento de sua responsabilidade na promoção da educação inclusiva (VILLELA et al., 2010).

Dentre os objetivos da legislação sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais tem como principal objetivo homogeneizar a convivência dos educandos, equiparar a qualidade de aprendizado evitando ao máximo a exclusão e distinção, visando uma sociedade mais integrada (SILVA; CASTRO; CASTELO BRANCO, 2006).

Segundo Campbell (2009) cabe frisar que

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar os alunos apresenta alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os alunos que os

outros e todos sejam cidadãos de direitos em escolas regulares, bem-vindos e aceitos, formando parte daquela comunidade (CAMPBELL, 2009, p. 139).

Apesar dos avanços e conquistas da educação inclusiva, ainda é possível o discurso nos corredores das escolas, de que o aluno portador de necessidades especiais desenvolveria suas habilidades de forma mais específica estudando somente em escolas especializadas que oferecem estudos direcionados as múltiplas deficiências. Entretanto, esta é uma questão que não encontra amparo na legislação pátria.

Alegando que seriam bem melhor assistidos e alfabetizados, no entanto outros consideram a integração crucial para a promoção de uma sociedade igualitária, ensinando os discentes considerados normais a respeitar, aceitar e ajudar na promoção da inclusão de seus colegas de classe, visando uma sociedade mais homogênea perante as diferenças (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

Panorama da Educação Inclusiva e Aprendizagem de Aluno com Deficiência Visual no Município de Boa Vista – RR

Os resultados e discussão partem da investigação realizada pelos procedimentos metodológicos a partir do levantamento bibliográfico e documental; entrevista aos docentes de Geografia responsáveis por turmas com alunos com deficiências (sala multifuncional); entrevista com os professores de Geografia das turmas regulares com alunos portadores de necessidades especiais da visão e visita *in loco*.

Assim foram entrevistados, a professora responsável pela sala multifuncional, que além da entrevista nos permitiu ter acesso a todo o acervo de trabalhos realizados na sala e todo seu apanhado de registros sobre o desenvolvimento dos alunos, equipamentos utilizados e o todo material de apoio que desenvolvem em parceria com a necessidade dos professores das

disciplinas escolares. Além de entrevista com a professora de geografia da aluna com deficiência visual, permitindo assim um panorama sobre a educação inclusiva e a aprendizagem de aluno com deficiência visual no município de Boa Vista-RR, bem como a análise do processo de ensino e aprendizagem de geografia com alunos deficientes visuais na Escola Estadual Monteiro Lobato.

De acordo os registros documentais fornecido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED) sobre o desenvolvimento dos alunos, equipamentos utilizados, bem como todo material de apoio que desenvolvem em parceria com a necessidade dos professores das disciplinas escolares. O estudo mostra que as escolas Estaduais de Boa Vista desenvolvem um trabalho voltado para as crianças portadoras de necessidades especiais, sendo Boa Vista um dos 160 municípios do Brasil que possui polo de atendimento do programa “Sala Lúdica” e têm implementado em toda a rede o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) (SEED/RR, 2021).

Nota-se que o município de Boa Vista encontra-se contemplado pela rede de atendimento a educação especial com salas e serviços que podem assistir diversas necessidades, entre elas os alunos com deficiência visual.

Conforme a Secretaria Estadual de Educação de Roraima, o município de Boa Vista tem uma infraestrutura para oferecer uma rede de serviços e equipamentos que promovam a inclusão social das crianças deficientes no ambiente escolar. As Salas de Recursos Multifuncionais é um exemplo disso, e está presente em 59 escolas urbanas do município (SEED/RR, 2021).

As salas multifuncionais são equipadas com recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que auxiliam no desenvolvimento de crianças

portadoras de necessidades especiais. Nestas salas são atendidos atualmente 915 alunos, sendo que, 525 é público-alvo da Educação Especial, e possuem algum tipo de deficiência física, intelectual, auditiva, visual, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Hoje, 118 profissionais estão capacitados para atuarem nas Salas de Recursos Multifuncionais da rede de ensino do município (SEED/RR, 2021).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação de Roraima, as crianças especiais, no que diz respeito aos (PNE) estão matriculados na rede municipal de ensino, especificamente alunos com deficiência visual. Essas crianças primeiramente são inseridas em âmbito escolar, nas salas multifuncionais, levando-se em consideração a polidez que se tem que haver com esses discentes, os mesmos são ambientados e familiarizados com a estimulação do tato e em seguida insere-se o método Braille (SEED/RR, 2021).

Pode-se notar que conforme a Secretaria Estadual de Educação de Roraima existe um processo inicial de inclusão no ambiente escolar, no qual as crianças tem acesso primeiramente a sala multifuncional e todos os aparatos que auxiliam para se familiarizarem com a escola e com os demais alunos.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, as salas multifuncionais contam com o ensino do código Braille equipadas com máquina de escrever Braille, reglete, punção e impressora Braille (SEED/RR, 2021).

Conforme a Secretaria Estadual de Educação, depois de inseridos com duas línguas o Braille e o português, essas crianças são encaixadas na sala de ensino regular, acompanhada de um professor capacitado que vai promovendo a inclusão em espaço escolar e o aprendizado consequentemente (SEED/RR, 2021).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, além da inclusão nas escolas, existe o

“Centrinho”, Centro Municipal Integrado de Educação Especial (CMIEE), um complexo ligado a educação municipal, onde dispõem de uma equipe multidisciplinar, composta por fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, terapeuta ocupacional e assistência social. Onde viabiliza e amplia o desenvolvimento de estudantes da rede municipal de Boa Vista (SEED/RR, 2021).

Diante da análise documental percebe-se que a educação inclusiva na rede municipal de ensino de Boa Vista encontra-se com uma estrutura física e de equipamentos bem assistida, bem como um recurso humano de profissionais significativo para atender a demanda dos alunos com necessidades especiais.

O Processo de Ensino e Aprendizagem de Geografia com Alunos Deficientes Visuais na Escola Monteiro Lobato

Com relação a responder aos objetivos propostos, a pesquisa mostra inicialmente que a Escola Estadual Monteiro Lobato possui Atendimento Educacional Especializado – AEE, de deficiência visual e conta com 10 alunos com idade escolar uma proposta totalmente voltada para a inclusão e desenvolvimento cognitivo dos alunos. Dessa forma, ao analisar as metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino, a pesquisa mostra conforme entrevista com a docente A os seguintes apontamentos:

Quando questionados como a prática docente é realizada na escola, e quais os amparos ou recursos utilizados, a entrevistada relata que: o trabalho realizado na Escola na sala multifuncional é muito gratificante, pois através das propostas desenvolvidas ali, os alunos têm acesso ao processo de ensino aprendizagem, como também a parte de estimulação visual que é prescrita por profissionais da área de oftalmologia. Eles contam com sala

multifuncional e professores capacitados para o desenvolvimento de todas as matérias e em especial a de Geografia.

Com relação ao quantitativo de alunos portadores de necessidades especiais, e em especial os com deficiência visual, a docente A relata que: são ao todo, dez alunos portadores de necessidades especiais, sendo que apenas um desses alunos possui deficiência visual.

Quanto ao uso de recursos e metodologias utilizadas pelos docentes e disponíveis na sala de aula, a pesquisa mostra que a Escola Estadual Monteiro Lobato localizada em Boa Vista-RR, para atender os alunos portadores de necessidades especiais e deficiência visual, dispõe de uma sala multifuncional ampla e bem estruturada com equipamentos que ajudam o aprendizado dos alunos (Figura 2).

Figura 2: Estrutura física e equipamentos da sala Multifuncional da Escola Estadual Monteiro.



Fonte: Rosângela Pelzer (2020).

De acordo com a Figura 2, a sala é organizada com uma estrutura física de boa qualidade com equipamento que acompanham o aprendizado dos alunos e ainda são implementadas práticas pedagógicas voltadas à sensibilidade do tato visando a absorção de conhecimento nas várias disciplinas, inclusive de geografia. A Escola Estadual Monteiro apesar de ter a sala multifuncional e ser bem equipada não possui professor de geografia específico para portadores de necessidades especiais (PNE).

Quanto à entrevista com a discente X, a pesquisa mostra que a discente é aluna regular da Escola Estadual Monteiro Lobato, cursando o 1º ano do Ensino Médio e a partir do seu exame oftalmológico é possível comprovar a presença da deficiência visual da mesma. A aluna estuda no turno matutino, frequentando apenas o seu horário regular de aula, pois não é matriculada em nenhum centro de ensino para aprimorar seus sentidos, é alfabetizada em método Braille, todavia por problemas particulares recebe em casa em horário oposto às aulas, ajuda por parte da pedagoga da sala multifuncional.

Quando questionada sobre quais os recursos e metodologias adotados pelos professores e a eficiência dessas metodologias, a discente X, relata que o apoio recebido pela pedagoga ajuda no aperfeiçoamento do tato e dos trabalhos escolares. Dessa forma, Vieira e Ferraz (2016) afirmam que é importante trabalhar essa dinâmica visual do estudo da geografia para portadores de necessidades especiais visuais, objetivando-se os trazer ao mais próximo da realidade tornado o estudo dessa ciência interessante aos sentidos, desses alunos portadores de deficientes visuais (PNE) por meio do tato (VIEIRA; FERRAZ, 2016).

Conforme entrevista realizada com a docente/pedagoga B, no que se refere aos processos de aprendizagem nas turmas com os alunos portadores de necessidades visuais e os recursos que colaboram para o desenvolvimento dos

mesmos, o Estado disponibiliza apoio às escolas estaduais através do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE), agregando diversas associações voltadas à pessoa com deficiência, e atendendo a uma diversidade de deficiências. Porém é importante frisar que a Aluna X em questão não usufrui desses recursos.

Sobre a análise das metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino e examinar a eficiência das metodologias e dos recursos adotados pelos professores de geografia, a pesquisa mostra conforme relato das docentes A e B, que não existe um apoio específico para a disciplina.

Nesse sentido, Vasconcelos, Campos e Celeri (2019) reforçam que para um desempenho da educação inclusiva com alunos com deficiência visual, os profissionais da educação, licenciados em geografia devem ter todo apoio necessário, para que haja um bom processo de ensino e aprendizagem aos alunos com deficiência visual.

Conforme Brasil (2008) o Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, estabelece que o Estado tem o dever de oferecer apoio técnico e financeiro para que o atendimento especializado esteja presente em toda a rede pública de ensino. Mas cabem ao gestor da escola e às Secretarias de Educação a administração e o requerimento dos recursos para essa finalidade. Entende-se desta forma que os processos de ensino e aprendizagem para que o ensino da ciência geográfica seja bem desenvolvido no âmbito escolar regular junto aos deficientes visuais, seja necessário a formação contínua e especializada desses profissionais para atender as necessidades da escola e dos alunos portadores de dificuldades especiais.

Dessa maneira, essa formação propicia ao deficiente visual seu desenvolvimento intelectual no local onde ele vive, fazendo com que esse aluno caso necessite adquirir mais

conhecimento, lhe seja ofertado atendimento que atenda suas expectativas. Partindo desta prerrogativa, é que se percebe a necessidade de o acompanhamento por parte do professor ser qualificado e realizado por processos que irão direcionar este profissional para um desempenho que atinjam os objetivos do aluno (VIEIRA; FERRAZ, 2016).

Sendo assim, ainda que seja uma crescente significativa ao que diz respeito à quantidade de educadores do ensino em escolas públicas que trabalham com alunos portadores de necessidades especiais, o número atual de professores capacitados é considerado irrisório ao que diz respeito à demanda de alunos portadores de necessidades especiais (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

Cabe então, ao professor se especializar buscando sempre estar bem preparado para atender suas expectativas e os anseios dos alunos com deficiência visual proporcionado um ensino diferencial, dinâmico e criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada e buscando responder aos objetivos da pesquisa, nota-se no decorrer desse estudo que para o desenvolvimento da educação inclusiva, existem inúmeras políticas públicas, decretos, leis, estatutos, discussões, congressos, fórum e debates voltados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência em âmbito escolar e na sociedade de modo geral.

Entretanto, a pesquisa mostra que no Estado de Roraima, a escola em foco é uma das poucas a disponibilizar vagas para alunos com deficiências múltiplas, logo se percebe a baixa quantidade de aluno com deficiência visual que frequentam a rede pública de ensino. Cabe mencionar que apesar dos últimos dados do censo escolar, mostrar um número significativo de alunos matriculados no ensino regular, bem

como as leis incentivos a erradicação do analfabetismo, a presença de alunos deficientes visuais inclusos no estado de Roraima ainda é uma realidade muito distante.

Dessa forma, ao responder aos objetivos, a pesquisa mostra que os docentes que acompanham os alunos portadores de necessidades especiais na sala multifuncional, são na sua maioria formados em pedagogia, e apesar da especialização para lidar com crianças portadoras de necessidades especiais, os meninos não tem formação em geografia, sendo este um fator desfavorável no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais.

Nota-se, assim, que na disciplina o desenvolvimento do aprendizado não ocorre da maneira mais adequada, já que um profissional formado em geografia poderia conduzir melhor esse processo de ensino e aprendizagem. Muito ainda tem que se avançar no Brasil e principalmente no estado de Roraima ao que diz respeito a um apoio mais consistente para o atendimento educacional especializado (AEE), e a capacitação de professores formados, principalmente na disciplina de geografia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 23, n. 1, 2017.
- CAMPBELL, S. I. Múltiplas faces da Inclusão. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014.
- DEMO, P. Avaliação Qualitativa. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.
- FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Paranavaí. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf?PHPSESSID=2010012008183564>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- GIL, A. C. Como Elaborar um projeto de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LAROUSSE CULTURAL. Dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.
- MANTOAN, M. T. E. (org.). A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Editora Menon - SENAC, 1997.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, p. 98-110, 2000.
- MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da UFBA, 2012.
- PAVÃO, S. M. O.; PAVÃO, A. C. O. (orgs.). Atendimento educacional especializado: reflexões e práticas necessárias para a inclusão. Santa Maria: Editora da UFSM, 2018.
- RODRIGUES, Laís Caroline. Ensino de geografia para deficientes visuais: confecção de mapas táteis com materiais acessíveis e de baixo custo. ENANPEGE, publicado em setembro de 2019, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562893458_ARQUIVO_ArtigoCompletoLaisCarolineRodrigues.EnsinodeGeografiaparaDeficientesVisuais-Confeccaodemapastateiscommateriaisacessiveis edebaixocusto.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ROSA, S. P. S. Educação inclusiva. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2003.
- SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Deficiência Visual. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.
- SANTOS, I.; SANTOS, A. D.; SALES, S. G. A Educação Inclusiva na Rede Regular de Ensino para alunos com surdez: breves reflexões. Encontro

Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 3, n. 1, 2015.

SILVA, A. F.; CASTRO, A. L. B.; CASTELO BRANCO, M. C. M. (orgs.). A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha: 1994 e 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

VASCONCELOS, T. R.; CAMPOS, A. A. C.; CELERI, M. J. Abordagem da paisagem para alunos com deficiência visual: caminhos para um currículo que vá além da geografia tradicional. Universidade Federal do Ceará. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 10, n. 20, pp. 1-12, 2019.

VIEIRA, J. M.; FERRAZ, C. B. O. O Desafio do Ensino de Geografia para Deficientes Visuais. GeoAtos: Revista Geografia em Atos, v. 2, n. 2. 2015.

VILLELA, A. L. et al. Instituto Alana. Projeto criança e consumo: origem e missão. v. 18, 2010. Disponível em: <<http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/Projeto.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Análise metodológica de ensino em Geografia para promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no Município do Cantá/RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1049>

Gracione Pereira da Costa
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0003-4964-511X>

Osvair Brandão Mussato
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-2254-5357>

Escola Municipal Professora Leci Ribeiro Alves no Cantá-RR.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática das metodologias e inclusão, refletindo sobre as metodologias da educação inclusiva no ensino de geografia diante da realidade das Escolas Municipais Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no município do Cantá-RR, tendo como objetivo analisar as metodologias de ensino em geografia, que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais do Cantá-RR. Dessa forma, a pesquisa examina o aprimoramento da didática, partindo de uma análise histórica dos direitos fundamentais dos referentes discentes assegurados pelo ECA, apontando assim, que políticas públicas podem ser criadas ou como implementar as já existentes para a melhor formação de portadores de deficiência. A metodologia da pesquisa parte da revisão de literatura, caracterizada como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, exploratório, sob a ótica da pesquisa participante e relato de experiência numa abordagem qualitativa, mensurando seus resultados a partir da análise de conteúdo. Sendo assim, os resultados mostram a avaliação da estrutura física disponível para os alunos especiais, a identificação dos docentes quanto suas habilitações, formação e recursos didático-pedagógicos adequados para a educação inclusiva, bem como a análise do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência (PcD) em Geografia, nas referidas instituições.

Palavras-chave: Cantá-RR; Educação Inclusiva; Geografia; Metodologia.



ABSTRACT

This research is about the topic of methodologies and inclusion, reflecting on the methodologies of inclusive education in teaching geography before the reality of the Municipal Schools Leci Ribeiro Alves and Dr. Arnaldo Brandão in the town of Cantá-RR, as goal to analyze the teaching methodologies in geography that can enable the promotion of inclusive education in municipal schools in Cantá-RR. In this way, the research examines the improvement of didactics starting from a historical analysis of the fundamental rights of student referents guaranteed by the ECA, thus pointing out which public policies can be created or how to implement the existing ones for the better training of people with disabilities. The research methodology starts from the literature review characterized as descriptive, exploratory bibliographic research, from the perspective of participant research and experience report in a qualitative approach, measuring its results from content analysis. In that case, the results show the assessment of the physical structure available to special students, the identification of teachers regarding their qualifications, training and didactic-pedagogical resources suitable for inclusive education, as well as the analysis of the development of the teaching-learning process of students with special needs in Geography, in those institutions.

Keywords: Cantá-RR; Inclusive Education; Geography; Methodology.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um lugar democrático de encontro, onde sujeitos de diferentes universos sociais se encontram e desenvolvem conhecimento, cultura e saber, formalizam e compartilham histórias de vida e aprendizagem individuais e coletivas. Mas, também é um espaço privilegiado pela docência mediadora de professores incansáveis, que produzem e consolidam conhecimentos para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem (FRANCIOSI; TORRES, 2013).

Nessa perspectiva, a escola é um lugar de inclusão, um espaço voltado para a formação da cidadania e da capacitação profissional. Nesse espaço, os indivíduos se inter-relacionam contribuindo para a produção e configuração da sociedade que se constrói em diferentes tempos e espaços, seja em escala local, regional ou nacional (DOMINGOS, 2005).

Nesse contexto de inclusão, Mazzotta e D'antino (2011) citam que a pessoa com deficiência tem que ser incluída sob a perspectiva de um modelo social de direitos humanos e de potencialidades. Logo, o tema proposto nessa pesquisa está relacionado às metodologias e à inclusão e abrange o ensino voltado para os alunos com deficiência, inclusos e contemplados pela disciplina de geografia.

Nesse sentido, as estratégias de ensino, tanto para a geografia, quanto para qualquer disciplina, devem ser pensadas e desenvolvidas a partir de vivências coletivas para aplicação concreta no cotidiano. Ninguém fica a vida toda na escola. Assim, é indispensável que ela prepare para o mundo do trabalho, desenvolvendo o potencial de crianças e jovens (LOPEZ, 2016).

Partindo desse princípio, a pesquisa ressalta a importância da inclusão e da formação profissional tanto dos alunos especiais quanto dos ditos normais. Logo, o estudo destaca a

necessidade de repensar estratégias e metodologias que possam estimular os desafios do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, nos quais apresentam níveis diferentes e acentuados de aprendizagem e necessitam de um trabalho pedagógico com metodologias específicas, recursos pedagógicos diferenciados e apoio de uma equipe multiprofissional (FRANCIOSI; TORRES, 2013).

Então, o presente trabalho visa analisar as metodologias de ensino em geografia que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no município do Cantá-RR. Dessa forma, o estudo sobre os discentes portadores de deficiência, investigou/ analisou e/ou identificou quais metodologias são aplicadas sobre educação inclusiva e como se desenvolve o ensino de geografia diante da realidade das Escolas Municipais Leci ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão.

A pesquisa tem como metodologia, a revisão de literatura, caracterizada como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, exploratório, sob a ótica da pesquisa participante e relato de experiência numa abordagem qualitativa, mensurando seus resultados a partir da análise de conteúdo.

Nesse sentido, a pesquisa encontra-se estruturada fazendo uma abordagem teórica da inclusão, educação inclusiva, inclusão voltada para a geografia, e a análise metodológica de ensino em geografia para promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no município do Cantá-RR.

METODOLOGIA

Procedimentos metodológicos

A metodologia da pesquisa parte da revisão de literatura, caracterizada como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, exploratório,

sob a ótica da pesquisa participante e relato de experiência numa abordagem qualitativa, mensurando seus resultados a partir da análise de conteúdo.

Dessa forma, para discorrer sobre as concepções de inclusão, educação inclusiva e inclusão no ensino de geografia, a pesquisa fez uso da pesquisa bibliográfica descritiva. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é importante para todo trabalho acadêmico, pois são os aportes teóricos que vão embasar e dar credibilidade à pesquisa, tornando-a um trabalho científico. Quanto à pesquisa descritiva, Gil (2008) cita que esse método tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis que geralmente assumem a forma de levantamentos de dados, sendo possível generalizar resultados.

Para refletir sobre as metodologias de ensino da geografia na promoção da educação inclusiva, a pesquisa fez uso da pesquisa participante. Conforme Gil (2008), a pesquisa participante compreende o método onde o pesquisador atua diretamente com seu objeto de estudo, por meio de uma pesquisa-ação, aplicando entrevista com um relato de experiência. Logo, a pesquisa participante tem uma abordagem qualitativa. A abordagem do método qualitativo pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador (RAMOS; RAMOS; BUSNELLO, 2005).

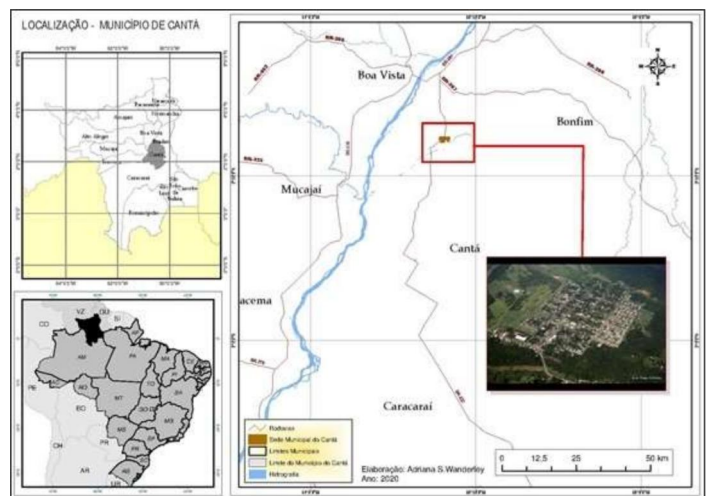
Para analisar as metodologias de ensino da geografia na promoção da educação inclusiva nas escolas estaduais do município do Cantá-RR, o estudo fez uso da pesquisa exploratória e explicativa. O estudo parte da pesquisa exploratória para proporcionar maior familiaridade com o problema por meio do levantamento bibliográfico e entrevista com uma Professora e Turismóloga residente na cidade de

Boa Vista-RR. A pesquisa explicativa vem atender a complexidade do estudo quanto a realidade pesquisada (GIL, 2008).

Localização geográfica da área em estudo

A pesquisa se desenvolve no município do Cantá, localizado na região centro-leste do Estado de Roraima, limita-se ao Norte com os municípios de Boa Vista e Bonfim, ao Sul com o município de Caracará, a Leste com o município de Bonfim e a Oeste com os municípios de Boa Vista, Mucajaí e Iracema, ver mapa na Figura 01.

Figura 01: Localização Geográfica do município do Cantá-RR.



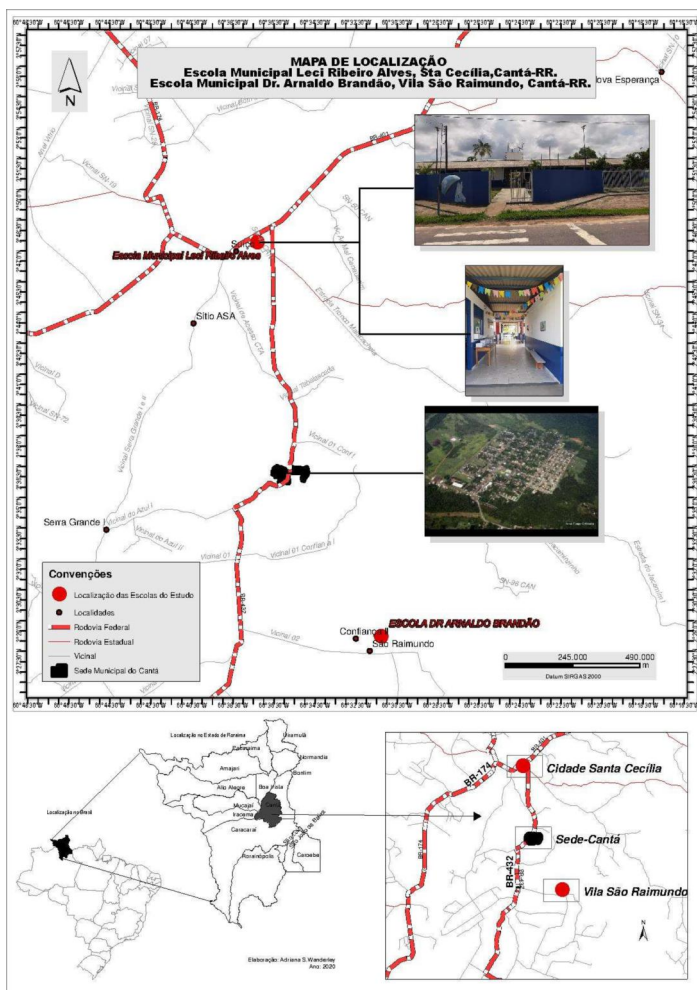
Fonte: Mapa produzido por Adriana de Souza Wanderley (2021).

A coleta de dados ocorreu nas escolas Municipais Leci ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no município do Cantá-RR durante o primeiro semestre de 2019 e que em virtude da pandemia da COVID-19, não foi possível o retorno à escola, ver mapa na Figura 02.

Sendo assim, a pesquisa objetivou-se em analisar as metodologias de ensino em geografia que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais do Cantá-RR. Para isso, buscou-se identificar as metodologias aplicadas pelos professores de Geografia no ensino desta disciplina para alunos com PcD, no sentido de perceber o desenvolvimento ensino-aprendizagem desses alunos nas Escolas Municipais, verificando assim a qualidade de

ensino. Ao que diz respeito a inclusão, a pesquisa analisou quais são os materiais e métodos aplicados para o desenvolvimento de estudantes mais inclusivos e qualificados na disciplina de Geografia, bem como a estrutura física e das escolas para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Figura 02: Localização Geográfica das Escolas Públicas do município do Cantá-RR.



Fonte: Mapa produzido por Adriana de Souza Wanderley (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação inclusiva

Todos são iguais, mas cada pessoa é diferente de todas as outras. De acordo com a Convenção

sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009), no Brasil, o Estado tem como compromisso assegurar os direitos da pessoa com deficiência, proibindo qualquer tipo de discriminação em todos os aspectos da vida, como saúde, educação, transporte e acesso à justiça.

Entretanto, percebe-se nas vivências cotidianas uma grande dificuldade quanto às relações de valores morais, éticos, humanos e na aceitação quanto às diferenças. No que se refere ao contexto escolar, ainda é notória certa resistência a aceitação dessas diferenças no que concerne as questões de inclusão, talvez por receio de como lidar com determinadas situações ou até mesmo por preconceitos e tabus (CARVALHO, 2006).

De acordo com Nascimento e Silva (2012), a segregação e diferenciação no trato com o deficiente na década de 1960 eram visíveis e culturalmente aceitáveis, onde esses indivíduos ainda não eram atendidos em escolas regulares e sofriam descaradamente um atendimento discriminatório:

O objeto de análise fixava apenas no indivíduo, enquanto as instituições responsáveis pelo tratamento ficavam relegadas a um segundo plano, pois não conseguiam fazer com que o deficiente aprendesse nada mais além de simples movimentos motores, mecânicos e repetitivos (LIMA, 2006, p. 28).

A partir do ano de 1970 foram aceitas nas escolas regulares para Pessoas com Deficiência (PcD), e eles eram obrigatoriamente induzidos a se adaptar aos métodos de estudo padrão imposto, que na maioria das vezes não conseguiam, e somente na década 80, logo depois da criação da constituição de 1988, essa separação foi revogada e logo em seguida implantada a educação inclusiva, onde alunos com deficiência eram postos nas mesmas salas dos considerados normais, sem exclusão de classe (PADILHA, 2014).

Na década de 90, época que de fato o assunto de inclusão foi levado em consideração, passando a ter várias discussões, foi um dos principais assuntos abordados na declaração mundial de educação para todos, que por sua vez, foi considerado direito fundamental de todos (MANTOAN, 2010).

Nessa perspectiva, Lima (2018) cita a Declaração de Salamanca (1994), considerada um documento de referência de educação inclusiva para o mundo, onde a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se à todas as crianças e jovens, cujas carências se relacionam com as deficiências ou dificuldades escolares.

Nesse conceito terão que ser incluídas crianças com deficiências ou superdotadas, criança de rua, criança que trabalha, crianças de populações remotas, nômades, criança de minoria lingüística, étnicas ou culturais, crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p. 06).

Conforme Barreta e Canan (2012), após a assinatura de Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2008 sobre o direito de Pessoas com Deficiência (PcD), a questão de inclusão de crianças, jovens e adultos no âmbito escolar ganhou mais importância no Brasil. Dessa forma, onde o ensino regular passou a contar com a presença de estudantes com deficiência, bem como ocorre paralelamente ao ensino destinado a crianças com deficiência em escolas especializadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018).

Percebe-se que todos esses anos de lutas pelos direitos da inclusão escolar e os debates em relação a essa questão, refletem em resultados significantes quando se observa os dados do Ministério da Educação (MEC), podendo se notar o crescimento de matrícula de alunos com deficiência – PcD no ano de 2003, que somava 28% das matrículas, subindo em 2012 para 78% (BRASIL, 2014).

As conquistas ao longo do tempo são reflexos

de anseios demandados de uma parte da sociedade que não está sendo assistida em suas necessidades de socialização e desenvolvimento humano. As políticas públicas exercidas através das leis, são conquistas que precisam ser colocadas efetivamente em prática, mas encontram diversas barreiras para sua efetivação, visto que tais mudanças precisam permear todos os âmbitos da sociedade para que funcione também na escola, pois de forma isolada não se consegue tornar a inclusão um processo completo e abrangente (CARVALHO, 2006).

Todavia, nota-se a necessidade da atualização do educador para lidar com os novos paradigmas da educação. Entretanto, a equipe gestora da escola tem que estar apta para lidar com as novas exigências educacionais, incentivando e apoiando a formação continuada do professor e o trabalho de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ambiente escolar, orientando-os e dando suporte aos professores nessa nova caminhada (ALVES, 2012).

Inclusão voltada para a Geografia

A experiência vivenciada com estudantes de inclusão mostrou a necessidade de criar e analisar materiais pedagógicos diferenciados, para poder dispor conhecimentos a esses estudantes sem que a inclusão se torne uma exclusão (CARMO, 2013).

Sendo assim, para sanar as dificuldades de aprendizagem relacionadas a cognição do indivíduo dentro do processo educativo, criou-se a modalidade educacional chamada de Educação Especial, desenvolvida com objetivo de atender as necessidades de um público específico com a comunidade escolar e a sociedade organizada, para minimizar as diferenças existentes entre as pessoas, através de recursos de acessibilidade, tornando então, o ambiente escolar um lugar para todos, independentemente de suas condições ou

características (ROTH et al., 2006).

Dessa forma, as escolas comuns devem se capacitar para atender todos os alunos, especialmente aqueles que são deficientes. Toda pessoa tem o direito fundamental à educação e a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Todo aluno possui características, capacidades, interesses e necessidades de aprendizagem própria. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados, de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades (ALVES; DUARTE, 2011).

Conforme Paula (2007), a escola precisa oferecer os seguintes suportes para dar condições de ensino e assistência à criança:

Oferece períodos de capacitação aos professores de classes comuns, em reuniões de estudo com professores especializados, com supervisão de profissionais da delegacia de ensino e coordenação ou diretoria de ensino (conforme a região)? Oferece serviço de apoio pedagógico especializado em período diferente do período em que o aluno frequenta a classe comum (sala de recurso com professor especializado, o qual pode realizar um trabalho itinerante, indo às escolas onde os alunos estão matriculados)? A escola oferece condições de participação da família, como: reuniões de pais e mestres, conselhos de escola, associação de pais e mestres e outras próprias de cada unidade escolar? Existem projetos que envolvem a comunidade, como os estudos de meio ambiente e socioculturais, atividades desportivas e recreativas? (PAULA, 2007, p. 02).

De acordo com Mantoan (2000), todos os interessados devem agora aceitar o desafio e trabalhar, de modo que a educação para todos seja efetivamente, para todos, em especial para os mais vulneráveis e com mais necessidades.

Corroborando com esse viés, Santos (2015)

afirma que inclusão não consiste apenas em acolher alunos com deficiência, é necessário promover meios para que esses alunos avancem no processo de aprendizagem. Entretanto, esse processo é uma ação conjunta que envolve diversos profissionais especializados, munidos de equipes bem organizadas com uma rede de serviços bem estruturadas que atendam às necessidades da escola inclusiva.

Sendo assim, é necessário acolher e promover a integração social e ensinar, pois esse é o papel da escola e do sistema educacional. Para isso, as escolas têm que capacitar os funcionários, desde os diretores até os zeladores, para dar carinho, amor, e passar para essas crianças algum aprendizado que possa ser útil na sua vida familiar e no futuro, na sua vida profissional (GADOTTI, 2005).

Pensar em estratégias de ensino para atuar no ambiente escolar, faz parte das atribuições articuladas ao professor, que precisa redirecionar suas ações sempre que os resultados esperados não sejam alcançados, pois as demandas são diferentes à medida que as pessoas aprendem de uma forma particular, baseando-se nas suas experiências para produzir conhecimento. Estabelecer uma prática que seja significativa para todos os alunos é o maior desafio em uma educação que está sempre com novas e diferentes descobertas (SANTOS, 2012).

Logo, uma postura educacional inclusiva não é aquela que faz de conta que todos são iguais, mas a que pressupõe que a partir das diferenças pode-se construir um universo mais rico de aprendizagem e de produção da vida sócio educacional (MANTOAN, 2000).

Dessa forma, partindo da crença de que todas as Pessoas com Deficiência (PcD), seja ela qual for, podem ser atendidas para expandir sua consciência na busca do seu espaço justo e merecido na sociedade em que vive, a Produção Didática Pedagógica, apresentada na forma de Unidade Didática (UD), aborda o ensino de

Geografia para estudantes incluídos a partir do sexto ano do Ensino fundamental (LOPEZ, 2016).

O PCN de Geografia mostra que o Ensino Fundamental de crianças e de adolescentes, desde as primeiras etapas da escolaridade, deve mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações, sociedade e natureza, formam um todo integrado, do qual ele é membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente com os valores humanísticos (PAULA, 2009).

Conforme Albuquerque (2011), um dos grandes obstáculos para trabalhar com esses alunos está justamente na falta de conhecimento das pessoas frente a essa especificidade, dificultando na aprendizagem e não identificando as reais necessidades desses alunos. Nesse sentido, Carvalho (2007, p. 24) menciona ser preciso “conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas múltiplas manifestações de deficiências não devem ser confundidas com impedimentos”.

Segundo Brasil (2006), professores capacitados para trabalhar com esses alunos possibilitam não apenas saber identificar as limitações de cada educando, mas também a criação de metodologias para suprir a necessidade de cada um, adequada para cada realidade.

Portanto, precisa-se sensibilizar esses profissionais de que não se pode ter um profissional que não seja especializado para trabalhar com esses alunos, que no mínimo, tenha uma especialização na área a qual está atuando, visando a qualidade educativa desses estudantes (OLIVEIRA et al., 2012).

Cabe ressaltar que a questão sobre a inclusão é um assunto ainda muito abordado pela sociedade em geral e cheio de preceitos a ser aplicado. Logo, este trabalho busca abordar o ensino de Geografia e Educação Inclusiva, colocando em evidência a fragilidade na

formação dos professores no que diz respeito à docência para crianças e jovens deficientes, o que implica também na aprendizagem e desenvolvimento escolar dos alunos.

Sendo assim, essa temática tem merecido atenção de diferentes estudiosos, em razão dos movimentos sociais, reivindicando igualdade de direito ao acesso à escola.

Diagnóstico realizado nas Escolas Municipais Professora Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no Município do Cantá/RR

A pesquisa foi realizada no município do Cantá, com alunos inclusos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental das escolas Professora Leci Ribeiro Alves e Doutor Arnaldo Brandão da rede municipal de ensino.

Com relação a caracterização das escolas, observa-se que as Escolas Municipais Professora Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no Cantá-RR, dispõem atualmente do atendimento educacional especializado (AEE), de forma quase similar ao que existe na constituição de 1988, de modo que este atendimento não pode substituir o ensino regular, assim como prevê a mesma. Uma vez, que serviços são feitos em horários diferentes do ensino comum.

Porém, percebe-se nitidamente também que a aprendizagem dos alunos com deficiência - PcD, se desenvolve mais quando estes têm acesso ao atendimento educacional especializado na sala multifuncional, sala equipada de materiais paradidáticos, máquinas e livros adaptados, computadores e outros. Cabe frisar, que uma vez que nesta sala existe maior apoio através das tecnologias assistidas, e recursos didáticos pedagógicos, dentre outros, a sala de aula não tem.

Cabe citar que, embora seja assegurado o direito à educação, ainda não se constitui de boa qualidade. Observado essa disparidade, foi possível perceber por meio de acompanhamento e entrevista com professores e alunos, que na

escola Arnaldo Brandão na vicinal II, no município de Cantá, é onde os estudantes de 1º a 9º se encontram mais desassistidos, pois não possuem sala multifuncional, porém contam com um professor que atende os alunos especiais, individualmente. Recentemente a escola foi reformada e conta com duas rampas de acesso a cadeirante na entrada e saída da escola, mas somente isso, chegando-se à conclusão que a inclusão prevista em lei, não vigora nessa escola.

Todavia na Escola Lecy Ribeiro que também é uma das escolas da prefeitura do município de Cantá, após dias de acompanhamento, estudo investigativo e entrevista, pode-se observar a presença de sala multifuncional (Figura 03).

Figura 03: Escola Municipal Professora Leci Ribeiro Alves no Cantá-RR.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

E assim como a Arnaldo Brandão, contém rampas de acesso, contudo estudantes com deficiência não são assistidos com a inclusão, com os demais alunos de ensino regular na matéria de Geografia, situação que não deveria ocorrer, pois esse direito está assegurado por lei.

No que se refere ao perfil dos professores e suas metodologias no ensino de geografia, utilizadas na promoção da educação inclusiva nas Escolas Municipais Professora Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão, a pesquisa mostra os seguintes resultados e discussões, conforme os Quadros 01 e 02.

Quadro 01: Relato de Experiência: Professor 1 da Escola Municipal Professora Leci Ribeiro Alves em Cantá-RR.

IDENTIFICAÇÃO		
	1. Formação: licenciatura em História, Pedagogia e Geografia 2. Área de concentração: Geografia 3. Há quanto tempo trabalha na escola: 14 anos	
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	Já fez algum curso de aperfeiçoamento, atualização e extensão voltada para educação, para atender as necessidades dos alunos com PcD? Quais?	<ul style="list-style-type: none"> • Pela internet, curso referente a crianças com autismo; Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outras.
2	Sua formação contribuiu/interfere de alguma forma para a sua atuação profissional?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Eu era formado somente em história, mas senti a necessidade de buscar conhecimento em outras ciências para atender da melhor forma aos meus alunos e no processo de repassar o conteúdo. • Sendo assim, percebi através dos estudos que, no início a história e a geografia era apenas uma única ciência, sem a diferenciação. • Então resolvi fazer geografia também, ao qual ampliei meus conhecimentos. Mesmo assim, precisei melhorar minhas técnicas de ensino e didática para com os alunos, neste sentido resolvi fazer pedagogia. • Dessa forma, verifiquei que facilitou o entendimento em minhas aulas, tanto de história como de geografia.
3	Já teve algum aluno com PcD?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Deficiência física e com deficiência psicológica.
CONCEPÇÃO SOBRE INCLUSÃO		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	O que é na sua perspectiva inclusão escolar?	<ul style="list-style-type: none"> • Durante muito tempo existia escolas especializadas para alunos com deficiências, mas depois de muitos estudos foi possível perceber que existia um aproveitamento muito melhor dessas crianças quando as mesmas aprendiam junto de outras crianças consideradas sem deficiências ("normais"). • Sendo assim, ocorreu a necessidade de incluir alunos com deficiências em "escolas normais". • Então, nessa perspectiva. A inclusão escolar é trabalhar a educação e o ensino de crianças com deficiência junto de crianças sem deficiência no mesmo contexto escolar e mesma área física – a escola.
2	Como percebe o processo de inclusão desenvolvido na escola?	<ul style="list-style-type: none"> • Na minha Escola Leci Ribeiro Alves, percebe que a inclusão escolar existe sim, de fato e de verdade, pois existe a sala multifuncional com pessoas capacitadas e envolvidas com a educação e o ensino de aluno com deficiência. • Também temos professores capacitados para trabalhar com as necessidades e deficiências de cada aluno, incluindo professoras ajudante para alguns alunos que necessitavam desse amparo. • É claro que ainda temos muito que melhorar, não apenas em nossa escola, mas como conceito de Brasil, e sua necessidade, que ainda é uma questão de muito trabalho e empenho de gestores públicos e leis que melhorem o acolhimento desses alunos com deficiência na escola.
3	Como é trabalhar em uma sala heterogênea, com alunos que apresentam deficiência?	<ul style="list-style-type: none"> • Cada aluno tem sua forma de aprender, diferente um dos outros, não importando se tem deficiência ou não. • Então temos apenas que trabalhar da melhor forma possível, levando em conta suas necessidades, buscando técnicas para melhor ensinar. • E confiando no apoio cedido por nossa escola através da sala multifuncional.
ASPECTOS ENVOLVENDO A PRÁTICA DOCENTE		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	No cotidiano da escola há espaço para discussão a respeito do processo de inclusão que vem sendo desenvolvido na escola?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. É muito importante que a escola e os professores estejam determinados a participarem da educação de alunos com e sem deficiência.
2	Você faz planejamento das aulas? Como é desenvolvido?	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Realizo o planejamento das minhas aulas, e também incluo técnicas para trabalhar com os alunos com alunos com PcD. • Alguns alunos ainda têm "deficiência" em leitura, então temos que trabalhar com formas expositivas tais como: mapas, cartazes e vídeos, que também é muito aproveitado pelos alunos sem deficiência especial.

3	Como é trabalhar em uma sala heterogênea, com alunos que apresentam deficiência?	<ul style="list-style-type: none"> Cada aluno tem sua forma de aprender, diferente um dos outros, não importando se tem deficiência ou não. Então temos apenas que trabalhar da melhor forma possível, levando em conta suas necessidades, buscando técnicas para melhor ensinar. E confiando no apoio cedido por nossa escola através da sala multifuncional.
ASPECTOS ENVOLVENDO A PRÁTICA DOCENTE		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	No cotidiano da escola há espaço para discussão a respeito do processo de inclusão que vem sendo desenvolvido na escola?	<ul style="list-style-type: none"> Sim. É muito importante que a escola e os professores estejam determinados a participarem da educação de alunos com e sem deficiência.
2	Você faz planejamento das aulas? Como é desenvolvido?	<ul style="list-style-type: none"> Sim. Realizo o planejamento das minhas aulas, e também incluo técnicas para trabalhar com os alunos com PcD. Alguns alunos ainda têm "deficiência" em leitura, então temos que trabalhar com formas expositivas tais como: mapas, cartazes e vídeos, que também é muito aproveitado pelos alunos sem deficiência especial.
3	Quais estratégias são planejadas e utilizadas para o trabalho com os alunos?	<ul style="list-style-type: none"> Como foi dito na questão 2, alguns alunos ainda tem deficiência em leitura então temos que trabalhar com outras formas expositivas como: mapas, cartazes e vídeos, que também é muito aproveitado pelos alunos sem deficiência especial.
4	Como é o processo de avaliação dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> A avaliação é feita diariamente, onde devemos perceber a evolução e aprendizagem de cada aluno sem e com alunos com PcD.
5	Quais são os desafios e possibilidades vivenciadas nesse processo?	<ul style="list-style-type: none"> Muitas vezes percebemos que mesmo a escola fazendo o possível para melhorar a aprendizagem desses alunos especiais, esses mesmos alunos não tem o mesmo apoio em casa. Muitas vezes devido os pais não terem conhecimento "científico" envolvendo a saúde do filho ou até mesmo tempo para acompanhar o trabalho que é feito na escola em casa

Fonte: Produção autoral (2021).

Ao observar como docentes em geografia se deparam com alunos inclusos no referente município, e de como os professores tinham várias dúvidas de como trabalhar com os mesmos, para que esses alunos tivessem potencial para acompanhar turma ou mesmo poder realmente concluir o ensino médio e ingressar na universidade como qualquer outro estudante. Muitos professores se consideram despreparados para trabalhar com alunos inclusos, até mesmo pela falta de instrução ocorrida durante a sua formação acadêmica, no entanto, precisam promover as práticas que evidenciam a compreensão da diversidade existente dentro da sala de aula, seja ela com ou sem alunos com essa problemática.

Cabe enfatizar que nesse processo de como chegar em uma educação de qualidade para esses alunos, há a necessidade de envolvimento de todos, sejam os alunos, como as famílias, a comunidade e a escola, para então melhorar as

Quadro 02: Relato de Experiência: Professor 2 da Escola Municipal Professora Leci Ribeiro Alves em Cantã -RR.

IDENTIFICAÇÃO		
1. Formação: formado na área de Licenciatura em Geografia e Pós-graduado. 2. Área de concentração: geografia 3. Há quanto tempo trabalha na escola: 12 anos		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	Já fez algum curso de aperfeiçoamento, atualização e extensão voltada para educação para atender aos alunos com PcD? Quais?	<ul style="list-style-type: none"> Não fiz curso voltado para educação de alunos com PcD.
2	Sua formação contribuiu/interfere de alguma forma para a sua atuação profissional?	<ul style="list-style-type: none"> A minha formação não interfere na minha atuação profissional.
3	Já teve algum aluno com PcD?	<ul style="list-style-type: none"> Tenho 02 (dois) alunos com necessidades educacionais.
CONCEPÇÃO SOBRE INCLUSÃO		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	O que é na sua perspectiva inclusão escolar?	<ul style="list-style-type: none"> Sem resposta.
2	Como percebe o processo de inclusão desenvolvido na escola?	<ul style="list-style-type: none"> Existe uma diferença muito grande (lacuna) na formação inicial do aluno em sala de aula.
3	Como é trabalhar em uma sala heterogênea, com alunos que apresentam deficiência?	<ul style="list-style-type: none"> Sem resposta.
ASPECTOS ENVOLVENDO A PRÁTICA DOCENTE		
ORDEM	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	No cotidiano da escola há espaço para discussão a respeito do processo de inclusão que vem sendo desenvolvido na escola?	<ul style="list-style-type: none"> Sim. A professora Edmilia é a responsável pela sala multifuncional, ela vem discutindo a respeito do processo de inclusão na escola. Ela almeja que realmente tenhamos uma escola "preparada" para atender, "digo no padrão de normalidade", com uma sala ampla, pois na escola a sala multifuncional é um espaço pequeno. Por mais que tenhamos "amor" e vontade de trabalhar com essa clientela, ainda está longe de ser uma sala que seja contemplada com equipamentos de informática, mobiliário, materiais pedagógicos específicos para os alunos com PcD. Apesar de todas as necessidades e dificuldades, ainda temos uma sala com essa finalidade, pois tem escolas que não tem a sala multifuncional. Penso que se a escola tivesse todos os recursos necessários para trabalhar, e também a disposição de atender as crianças que necessitem de: libras; braille; soroban; tecnologia assistida, entre outros que auxiliam na aprendizagem destes alunos, auxiliando na integração, comunicação e aprendizagem escolar.
2	Você faz planejamento das aulas? Como é desenvolvido?	<ul style="list-style-type: none"> Sim. Realizamos o planejamento de aula para a disciplina de geografia para todos os alunos, e a professora Edmilia trabalha encima das dificuldades dos professores quando há uma necessidade de adaptação no plano de aula.
3	Quais estratégias são planejadas e utilizadas para o trabalho com os alunos?	<ul style="list-style-type: none"> Utilizo de mapas, fotos, coordenação motora.
4	Como é o processo de avaliação dos alunos?	<ul style="list-style-type: none"> Realizo avaliação contínua com os meus alunos (sem ou com deficiência) acompanhando o seu desenvolvimento.
5	Quais são os desafios e possibilidades vivenciadas nesse processo?	<ul style="list-style-type: none"> Sem resposta.

Fonte: Produção autoral (2021).

condições de educação de qualidade para todos, pois assim, os alunos inclusos se beneficiarão de um ensino de qualidade.

Com relação a análise da sala multifuncional,

somente a Escola Municipal Professora Leci Ribeiro tem esse espaço físico, onde a “professora 3” relatou que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado na Sala de Recurso Multifuncional, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. E esse atendimento complementa e/ou suplementa à formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Conforme a mesma, consideram-se serviços e recursos da educação especial, aqueles que asseguram a condição de acesso ao currículo e por meio da promoção, acessibilidade aos materiais didáticos, e aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação, e ao conjunto das atividades escolares.

Ela informou que a criança é um todo, único, dotado de um ritmo próprio, o que deve ser observado e respeitado. Quando apresentar algum tipo de dificuldade, deverá ser observada em todos os aspectos: cognitivo, social, emocional, motor e sensorial, os quais deverão intervir em seu desenvolvimento, ajustando e equilibrando o seu rendimento escolar.

De acordo com ela, na vivência do cotidiano escolar, os professores que pelo contato direto com as crianças têm melhores condições de observar e avaliar seus alunos, detectam os possíveis problemas que estejam interferindo em seu desenvolvimento, seus interesses e habilidades e que deverão preencher uma ficha de observação do aluno, tornando-se desta maneira o ponto de partida para que a equipe multifuncional possa avaliar os casos de cada aluno.

Conforme relato dela e da Gestora, no “Primeiro dia de aula na Escola Municipal Leci Ribeiro Alves não veio ônibus, o mesmo

encontra-se em manutenção, provavelmente amanhã teremos ônibus na rota funcionando normalmente, logo, não veio o aluno para o atendimento (meus alunos só vem no ônibus), horário matutino”.

É importante ressaltar que devido às medidas de prevenção em relação ao Coronavírus (COVID-19), a Prefeitura Municipal do Cantá, por meio da Secretaria de Educação, suspendeu as aulas das escolas públicas da rede municipal de ensino a partir do dia 31 de março de 2021, impossibilitando o retorno à escola. Neste período, as escolas funcionaram somente para atividades administrativas. Dessa forma, a escola informou um novo calendário escolar que será divulgado, contemplando a legislação em vigor dos 200 dias letivos. Durante o horário de suspensão das aulas, as crianças permaneceram em casa, evitando aglomerações e adotando as medidas de prevenção.

Sendo assim, com a suspensão das aulas devido a pandemia da COVID-19, fez com que os estudantes ficassem em casa junto com seus familiares, muito deles não sabendo ensinar seus filhos por falta de conhecimento, pois os mesmos não tiveram oportunidade de frequentar à escola, como fica a situação desses alunos? Muitos não têm acesso à internet, celular, computador e etc.

Nesse sentido, a análise de investigação sobre a inclusão de alunos com deficiência – PcD asseguradas a partir dos direitos humanos, constitucionais e pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), ocorreu por meio da identificação das metodologias aplicadas pelos professores de Geografia no ensino desta disciplina para alunos com Pessoas com deficiência e perceber o desenvolvimento de ensino e aprendizagem desses alunos nas Escolas Municipais Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no Cantá-RR.

Logo, a pesquisa, avaliou a estrutura física disponível para os alunos especiais, no ensino

de Geografia, identificando que os docentes possuem habilitação, formação e/ou cursos de formação e recursos didático-pedagógicos adequados para a educação inclusiva, e compreende que o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência – PcD em Geografia nas Escolas Municipais Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no Cantá-RR está além das estruturas físicas, materiais e profissionais, a pesquisa mostra que grande parte das ações são bloqueadas pelas diversas medidas burocráticas que o sistema educacional continua enfrentando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder ao objetivo de analisar as metodologias de ensino em geografia que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no município do Cantá-RR, a pesquisa procurou contribuir com essa temática, investigando como o ensino de Geografia ocorre no processo de ensino/aprendizagem na perspectiva inclusiva dos alunos, nas Escolas Municipais Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no Cantá-RR.

Partindo desse princípio, observou-se que o ensino de Geografia apresentado na escola Dr. Arnaldo Brandão, na confiança II, vicinal II, no município de Cantá, não dispõe de sala multifuncional, e os professores buscam qualificação para atender esses alunos, mas encontram diversas limitações ao que diz respeito à educação inclusiva, e essa problemática vem oriunda da base de formação de professores que se habilitam a lecionar a esses respectivos alunos sem a devida capacitação, que seria crucial para atuar com maior capacidade e responsabilidade no desenvolvimento e aprendizado dos alunos.

Portanto, ao contrário do que muitas pessoas pensam, é possível afirmar que muitos desses

alunos podem aprender de maneira eficaz e significativa se respeitadas suas especificidades, dentre elas o ritmo de aprendizagem e temporalidade, se o professor/escola atribui a estes, um olhar diferenciado, procurando realizar os apoios pedagógicos necessários, eliminando os obstáculos à aprendizagem, desde os apoios físicos até a adaptação do currículo, sem perder os conteúdos essenciais à sua formação. E se estes forem valorizados e constantemente incentivados, podem tornar-se sujeitos ativos capazes de atuar nos diferentes segmentos da sociedade.

Partindo do pressuposto de que o ensino na educação especial requer metodologias diferenciadas, que vão de encontro ao nível de desenvolvimento e aprendizagem do aluno e considerando também, que a prática pedagógica em geografia deve partir do espaço de vivência do mesmo, o objetivo deste projeto foi analisar as metodologias de ensino em geografia, que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais do Cantá-RR, facilitando e promovendo sua independência pessoal, inclusão educacional e social, e construção gradativa da consciência espacial, para gerar a possibilidade de ampliação de conhecimentos para além da escala local.

Sendo assim, se reconhece que a inclusão é verdadeiramente um desafio, e para as Escolas Municipais Dr. Arnaldo Brandão e Professora Leci Ribeiro Alves tem sido, pois embora já tenham algum apoio Municipal, pois em uma das escolas já dispõe de tecnologias assistidas, adaptações de livros paradidáticos, entre outros, elas passam por uma dificuldade principal, o que diz respeito à aprendizagem dos alunos. E isso é um dos pontos cruciais da educação inclusiva, fazer com que todos aprendam.

Porém as escolas não tem condições de fazer acontecer isso, uma vez que um de seus professores ainda não tem capacitação e/ ou formação na educação inclusiva e isto recai

exatamente sobre a aprendizagem dos alunos que têm necessidades diferenciadas e os professores não sabem ensiná-los.

Logo, diante deste desafio torna-se necessário e urgente uma reforma na estrutura pedagógica da escola, para que assim se obtenha inovação e aprimoramento de suas práticas, as quais atendam realmente as diferenças em geral, sejam elas de aprendizagem ou alguma deficiência específica, entre outras, e que a partir disto haja a percepção de como a diferença vem sendo enfrentada em sala de aula, e, portanto no currículo, de uma forma geral para que assim ocorra a aprendizagem de todos os alunos sem qualquer tipo de exclusão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. V. P. Barreiras a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em uma unidade pública de ensino do Distrito Federal. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar). Brasília: UNB/UAB, 2011.
- ALMEIDA, F. A. A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: repensando a prática docente. IGT na Rede, v. 16, n. 31, 2019.
- ALVES, I. K. A formação docente no contexto da educação inclusiva. Monografia (Curso de Especialização Educação Especial: Processos Inclusivos). Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente. Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 207-218, 2011.
- BARRETTA, E. M.; CANAN, S. R. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: IX AMPED SUL, Anais [...], 2012.
- BORGES, H. D. S.; ALMEIDA, L. E. D. F. Formação para professores da educação especial: uma experiência no programa de desenvolvimento educacional no Paraná. v. I, Secretaria de Educação. Curitiba: PDE - Produções Didático-Pedagógicas, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_horaides_defant_de_souza_borges.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Relatório educação para todos no Brasil 2000-2015. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2006.
- CARMO, S. R. B. F. A geografia para estudantes cegos e com baixa visão na rede estadual de ensino regular. v. I, Secretaria de Educação. Curitiba: PDE - Produções Didático-Pedagógicas, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_horaides_defant_de_souza_borges.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- CARVALHO, R. E. Removendo barreiras a aprendizagem - Educação Inclusiva. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.
- DOMINGOS, M. A. A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.
- FRANCIOSI, R. R. M.; TORRES, E. C. A geografia para alunos com necessidades especiais: orientação

- espacial a partir da escala local por meio de maquete. v. I, Secretaria de Educação. Curitiba: PDE - Produções Didático-Pedagógicas, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_horaides_defant_de_souza_borges.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000.
- GIL, A. C. Metodologia do ensino superior. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- LIMA, C. C. Inclusão escolar: dificuldades e desafios na prática pedagógica dos professores de educação infantil da cidade de Delmiro Gouveia-AL. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia). Alagoas: UFAL, 2018.
- LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Editora Avercamp, 2006.
- LOPEZ, G. Estratégias inclusivas para o ensino de geografia. Instituto Rodrigo Mendes. Portal Eletrônico Diversa [2016]. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/estrategias-inclusivas-para-o-ensino-de-geografia/#~:text=Nesse%20sentido%2C%20as%20estrat%C3%A9gias%20de,para%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20concreta%20no%20cotidiano>>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- MANTOAN, M. T. E. Educação para todos: desafios, ações, perspectivas da inclusão nas escolas brasileiras. ETD - Educação Temática Digital, v. 1, n. 3, 2000.
- MANTOAN, M. T. E. et al. A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2010.
- MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.
- NASCIMENTO, A. F.; SILVA, A. C. A. O ensino de geografia e educação inclusiva: Escola Estadual Tarcísio Maia/Pau dos Ferros-RN. Revista Geotemas, v. 2, n. 2, p. 85-100, 2012.
- OLIVEIRA, E. S. et al. Inclusão social: professores preparados ou não? POLÊMICA, v. 11, n. 2, p. 314 a 323, 2012.
- OLIVEIRA, P. A. C.; OLIVEIRA, P. S. M. Atendimento Educacional Especializado - reflexões e práticas necessárias para a inclusão. Porto Alegre: UFSM, Editora Experimental PE.com, 2018.
- PADILHA, C. A. T. Educação e inclusão no Brasil (1985-2010). Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: UNICAMP, 2014.
- PAULA, A. R. A hora e a vez da família em uma Sociedade Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2007.
- PAULA, D. O. A geografia escolar sob um novo olhar pedagógico. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Brasília: UNB, 2009.
- RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.
- ROTH, B. W. et al. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SANTOS, R. A. Inclusão escolar: a implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Minas Gerais: UFJF, 2015.
- SANTOS, T. C. C. Educação Inclusiva: práticas de professores frente à deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio Grande do Norte: UFRN, 2012.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

A prática de estágio na formação do professor de Geografia: A experiência do Estágio Curricular Supervisionado II na Escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira em Boa Vista/RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1052>



Dalto Alves
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-2033-9832>

Escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira em Boa Vista/RR.

RESUMO

O presente artigo trata em apresentar sobre a importância do estágio curricular supervisionado II como requisito na formação do professor de Geografia. A problemática da pesquisa é analisar a experiência adquirida no estágio curricular com as séries de 8º e 9º no turno vespertino realizada na escola estadual Coema Souto Maior Nogueira localizado no bairro Tancredo Neves na zona Oeste de Boa Vista - RR apresentando os principais fatores positivos e negativos que a experiência de regência proporcionou na formação do Professor de Geografia. O objetivo geral se trata em apresentar a importância da prática de estágio na formação do professor com uma metodologia com base na descrição do artigo de acordo com os padrões científicos e uma justificativa de caráter social, científico e de campo buscando visar o alcance de uma literatura de caráter similar. O período de estágio foi realizado nos meses de agosto, setembro e outubro de 2018.

Palavras-chave: Estágio. Currículo. Geografia.

ABSTRACT

The presenting article is about presenting the importance of supervised curricular internship II as a requirement in the formation of the Geography teacher. The research problematic is to analyze the experience acquired in the curricular internship with the 8th and 9th grades in the afternoon shift held at the state school Coema Souto Maior Nogueira located in the Tancredo Neves neighborhood in the West zone of Boa Vista - RR presenting the main positive factors and negative effects that the conducting experience provided in the formation of the Geography Teacher. The general objective is to present the importance of internship practice in teacher training with a methodology based on the description of the article according to scientific standards and a justification of a social, scientific and field character seeking to reach a literature of a similar character. The internship period was carried out in August, September and October 2018.

Keywords: Internship. Resume. Geography.



INTRODUÇÃO

O procedimento de graduação na formação do Professor da rede de ensino para a educação básica é de grande importância para que o mesmo se torne um excelente profissional e para que isto aconteça é necessário que se tenha em seu período de graduação etapas de estágio. Assim como informa ANELISE e CIBELE (2015) “O estágio supervisionado permite ao futuro docente, conhecer, analisar e refletir sobre seu ambiente de trabalho”, ou seja, o estágio contribui para o desenvolvimento para que este futuro docente tenha um grande preparo quando se adentrar para a rede de ensino em especial para a educação básica.

As etapas de estágios que ocorrem no período de graduação contribuem constantemente para a formação do Professor em especial para o docente de Geografia, Assim como afirma NETA e MENDES (2008 p 04).

O estágio coloca-se como um importante período na trajetória do graduando de Geografia, pois é esta a experiência, que move a responsabilidade de ser docente e de iniciar-se na profissão, esse contato auxilia para que o estudante componha sua postura enquanto profissional da educação.

O Professor de Geografia tem uma grande missão na jornada de formação para os seus discentes com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho e para o bom convívio com a sociedade compreendendo o espaço geográfico em que está inserido e buscando despertar um senso crítico perante as realidades em que lhes são apresentados.

O presente artigo vem apresentar sobre a experiência adquirida no estágio curricular supervisionado em Geografia realizado na Escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira no ano de 2018 com o objetivo de demonstrar os principais pontos positivos, negativos e quais as principais

experiências que a regência proporcionou para o acadêmico através do período de estágio realizado entre os meses de agosto a outubro de 2018.

O artigo está estruturado em Resumo, introdução, a importância do estágio para a formação do Professor de Geografia, Localização da escola campo, Análise dos Resultados, Conclusão, referências Bibliográficas e a tarefa de ensinar Geografia na Educação Básica que será o próximo item a ser apresentado a seguir.

A TAREFA DE ENSINAR GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A tarefa de ensinar se tornou um grande desafio no Brasil em meio às muitas dificuldades em que a educação está enfrentando em especial o professor e o aluno da educação básica assim como explica LEONARDO & ADEMIR (2008) “as condições de trabalho docente é um dos fatores mais discutidos em todas as ocasiões em que se trata da melhoria do ensino, qualquer que seja a disciplina considerada” Ou seja, os docentes de forma geral estão sendo bastante desvalorizados muito em decorrência das mínimas condições de trabalho que lhes são atribuídos e pela falta de apoio que este profissional não tem diante do olhar da sociedade.

Para um professor ensinar na educação básica de um modo geral é um grande desafio não apenas para a Geografia, mas para qualquer outra disciplina, pois os desafios são inúmeros, contudo perpetrando um olhar mais voltado para a Geografia os principais desafios são a falta de apoio que o professor de geografia tem em explicar e a falta de materiais didáticos acessíveis para ensinar de um modo mais dinâmico o conteúdo proposto.

De acordo com SILVA, (2014 p 03).

Ensinar Geografia na atualidade constitui uma tarefa bem mais complexa, pois essa ciência ganhou outra

conotação e largou as vestes do ensino mecânico, que tinha o aluno como mero receptáculo de conteúdo e passou a adotar novas metodologias de ensino que favoreçam a real aprendizagem dos alunos. O conhecimento não está mais associado apenas a aspectos descritivos e sim, a uma gama de fatores que se inter-relacionam e interagem entre si. Tais fatores devem estar associados à realidade do aluno, dando ênfase ao seu conhecimento de mundo.

A falta de materiais didáticos é outro desafio que o professor de Geografia tem que enfrentar para ensinar de uma maneira mais dinâmica o conteúdo proposto como, por exemplo, para um professor de Geografia ensinar cartografia sem o uso de algum mapa se torna algo bastante complicado, pois os mapas dão uma visão mais abrangente para a explicação e o entendimento do conteúdo trabalhado.

Assim como afirma MANOEL, (2014 p 03).

Vários autores apontam para a necessidade de ampliar as metodologias e os recursos didáticos nas aulas de Geografia, pois aulas com o padrão tradicional não satisfazem a exigência do atual momento, já que a cidadania plena está condicionada ao uso da informação, e a escola transformando-a em conhecimento para a vida. Assim está evidente que conhecimento é poder, seja no sentido de lutar pelos seus direitos, ou ainda, fomentando a politização da sociedade, enfim é através da educação de qualidade que conseguiremos uma sociedade melhor.

Em boa parte das ocasiões os principais materiais disponíveis para o educador são apenas os livros didáticos e às vezes nem isso o professor tem, o que torna a explicação de uma maneira menos acessível sem essa grande ferramenta de trabalho.

A geografia na educação básica é bem trabalhada, porém enfrenta muitas barreiras e não são muito aprofundadas como deveriam ser o que torna a disciplina menos interessante para

o aluno é mais difícil para o professor e esse desafio é algo muito comum o que já está em evidência há muito tempo.

De acordo com CÍCERO, (2004, p 03).

No caso específico da Geografia que está ligado a Ciências Sociais e Naturais, talvez fique mais fácil para o professor relacionar o conhecimento ao interesse do aluno, entendendo quando ele pode e deve ministrar conteúdos que venham ao encontro do interesse deles, pois não há aprendizagem significativa em um ambiente onde os objetivos do professor não coincidem com os de seus alunos.

É necessário que a Geografia tenha mais espaço e apoio no âmbito escolar para que os conteúdos propostos sejam mais assimilados pelos alunos e que os professores tenham menos dificuldades para aplicar os conteúdos trabalhados.

Mesmo em meio às dificuldades o professor de Geografia precisa buscar alternativas para ensinar os conteúdos para seus alunos da melhor maneira possível, pois ele precisa prepará-los para as demais séries e também para futuramente fazer vestibulares, às vezes é necessário buscar formas diferentes de metodologias para efetuar os conteúdos propostos.

Assim como afirma OTÁVIO e EDIVANI, (2010, p 04).

Na atualidade, a ocorrência de dificuldades está relacionada à maneira como são conduzidas as didáticas e metodologias utilizadas na Geografia escolar. Embora haja situações difíceis enfrentadas pelos professores, por exemplo, a baixa remuneração, a formação inicial desqualificada, o excesso de carga horária de trabalho, além do problema da indisciplina e a ausência da família na tarefa de educar, o professor deve buscar alternativas para superar e transformar a realidade em que está inserido.

Nota-se que o principal desafio do professor

em especial o de Geografia são as diversas dificuldades que ele deve enfrentar para poder exercer a sua profissão e essas barreiras como as condições precárias das escolas, falta de materiais didáticos adequados, falta de apoio da sociedade e da família do aluno, desrespeito e desvalorização acabam desmotivando e desgastando este profissional que é muito importante para a sociedade. Porém mesmo com muitas dificuldades o docente continua seguindo sua profissão muito em decorrência da paixão que ele tem em ministrar aulas e explicar os conteúdos ajudando a sociedade através do ensino e da pesquisa.

A escola ideal em que um professor deveria ter seriam condições de trabalho mais organizadas como um salário maior e em dias, turmas com uma quantidade não muito grande de alunos, auxílio saúde, mais materiais didáticos, quantidades de turmas mais reduzidas e mais tempo para o planejamento de aulas.

Para os alunos uma educação e ensino para melhorar e que serviria de base para que seu filho possa estudar seriam primeiramente mais materiais didáticos, salas climatizadas, merenda com qualidade, aulas mais dinâmicas, mais atividades culturais, esportivas, família está mais presente na vida escolar do aluno e incentivo a pesquisa.

O professor é um profissional que deve ser valorizado por todos, pelos alunos, sociedade, famílias dos alunos, autoridades, pois todos precisam deste grande profissional e os primeiros passos para exercer esta profissão se dão ainda na graduação com as etapas de estágios e a importância dos mesmos que será o próximo tópico a ser apresentado.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O estágio curricular supervisionado é uma das etapas mais importantes na preparação de um profissional seja em qual profissão ele tiver

que seguir, este desafio é um tanto o quanto difícil, pois proporciona algumas dificuldades no decorrer da elaboração das etapas, porém não é tão complicado assim e os conhecimentos adquiridos são de fundamental importância para o estagiário, pois é algo novo e as experiências adquiridas são assimiladas de acordo com as realidades que o mesmo obtêm nas atividades de estágio apresentando momentos positivos e negativos.

Nesta caminhada que é muito importante é necessário que se faça com muito empenho e buscando sempre desenvolver o seu melhor para poder adquirir o máximo de conhecimento possível durante esta atividade que associa a teoria com a prática e mostra os primeiros passos que o acadêmico inicia em sua vida profissional. De acordo com CLAUDIANA et.al, (2015, p 02).

Assim, o estágio permite a análise metodológica, o conhecimento do campo de estágio e, principalmente a relação entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. Suas atribuições vão desde a busca do desenvolvimento pessoal até ao processo de formação do professor educador/mediador em suas aptidões para enfrentar não apenas os desafios da docência, mas para estar preparado diante dos cenários que exigem uma base cada vez mais comprometida com a sociedade e, por sua vez, com a educação a ela oferecida.

O estágio proporciona um conhecimento mais amplo e diversificado muito em decorrência da junção da teoria com a prática e dá os primeiros passos na carreira de um graduando em especial para a geografia as experiências adquiridas durante as etapas de regência sejam elas positivas ou negativas contribuem para um crescimento profissional para o estagiário que somente esta etapa de regência pode proporcionar. De acordo com SILVA, (2008, p 02).

Como o espaço geográfico está em constante transformação, às propostas curriculares também precisam ser modificadas pensando no que ensinar para sujeitos reais, então as abordagens, conteúdos, métodos e metodologias de ensino dessa ciência/disciplina escolar necessitam de uma constante readequação para atender as necessidades dos educandos e aos desafios que se apresentam hoje na prática pedagógica.

Entre os principais desafios que se encontram em uma etapa de estágio estão as dificuldades como a pouca experiência, o nervosismo. Os cronogramas que se devem seguir para a elaboração de um estágio bem feito e a busca constante pelo conhecimento para aproveitar da melhor forma possível esta etapa na vida acadêmica e profissional.

Conforme explica NETA e MENDES, (2014, p 02).

O estágio se consolida como um componente teórico-prático de oportunidade de aprendizagem que permite ao discente de formação em licenciatura, uma percepção da realidade escolar. Constitui-se uma atividade que possibilita ao estudante vivenciar o aprendido na universidade. É em sala de aula que nós como educadores descobrimos que na prática não existem formulas prontas, ficando assim ganhos de experiências como educadores demonstrando a capacidade de lidar com situações difíceis e de buscar a superação de eventuais dificuldades que possa surgir no decorrer do processo de estágio.

Para um graduando em Geografia a etapa de estágio é de fundamental importância, pois proporciona os primeiros passos na abordagem da vida profissional do acadêmico visando entender de que forma se aplicam as aulas de Geografia na educação básica. Assim como explica EDIVANI e BORGES (2010) "O estágio supervisionado em Geografia, componente curricular da licenciatura constitui uma etapa fundamental na formação do profissional de

Geografia, pois no transitar entre a universidade e a escola, o estagiário, o professor-orientador e o professor-regente desempenham papéis importantes na troca de experiências e construção de conhecimentos, compreensão e busca de alternativas para melhoria do ensino na educação básica. Ou seja, é necessário que o acadêmico do estágio possa entender e assimilar a rotina e o ambiente de espaço do seu futuro local de trabalho.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o currículo de Geografia (1998 p 26).

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira. As temáticas com as quais a Geografia trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação. É possível encontrar uma farta bibliografia sobre várias questões que entrelaçam os temas de estudo da Geografia com as questões sociais apontadas como prioritárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Outro aspecto essencial é que os conteúdos propostos de Geografia para os alunos do ensino fundamental assumem a responsabilidade de trabalhar os conteúdos de informação e formação.

Ainda seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998 p 26).

É importante dizer, também, que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania.

A metodologia da pesquisa é uma das etapas de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa bem como o local em que foram coletadas as informações para o manuscrito. A Escola Campo é um dos pontos muito importantes que são vistos como o local para a prática e experiência do estágio, neste sentido o local escolhido foi a escola Coema Souto Maior Nogueira sua localização, estrutura e a metodologia são os próximos tópicos a serem apresentados a seguir.

METODOLOGIA

Os métodos científicos utilizados para a construção da pesquisa tiveram como base uma busca de autores e metodologias que contribuíram para a análise e escrita do artigo de acordo com os parâmetros científicos da pesquisa.

O método utilizado para a pesquisa foi o Dedutivo partindo da dedução de se buscar algo com o intuito de analisar e relatar a experiência do estágio através das aulas ministradas de Geografia e a convivência na escola no período de estágio. "Sugere uma análise de problemas do geral para o particular". PRODANOV (2013, p 127).

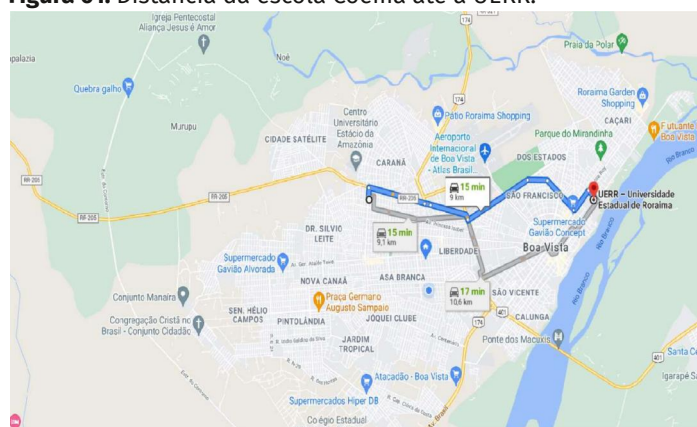
Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta um caráter explicativo com o foco em relatar os principais aspectos positivos e negativos da experiência da etapa de estágio supervisionado. De acordo com GIL, "esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas." GIL (1946 p 42).

Os procedimentos da pesquisa são com base em materiais já publicados buscando desenvolver uma literatura de caráter similar. "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente em livros e artigos científicos". GIL (1946, p 44).

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO

De acordo com o Plano Político Pedagógico, a escola estadual Professora Coema Souto Maior Nogueira se encontra na Av. São Sebastião N° 92 Bairro Tancredo Neves II na zona Oeste de Boa Vista em que o público de estudantes é dos bairros Santa Tereza, Tancredo Neves, Cidade Satélite e outros mais adjacentes. Em frente à escola tem um terreno de propriedade da empresa Sguario e ao lado esquerdo se localiza o 3° Distrito Policial conforme ilustra a figura do mapa abaixo.

Figura 01: Distância da escola Coema até a UERR.



Fonte: Google Maps (organizado pelo autor), 2022.

Figura 02: (Fotos de identificação da fachada da escola e sala de Geografia).



Fonte: Arquivo Pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência do estágio de regência realizada na escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira teve início no dia 29 de agosto com as turmas do

9º ano, o primeiro impacto que se observa é de trabalhar com adolescentes que estão bem próximos de finalizar o ensino fundamental e iniciar o ensino médio. Com as turmas de 8º ano o início foi no dia 31 de agosto, a primeira percepção que se tem é de alunos pré-adolescentes e com muitas mudanças de personalidades.

As duas turmas de 9º ano eram um pouco diferentes, enquanto uma era mais agitada a outra turma era mais organizada, porém ambas tinham bons alunos e alguns estavam motivados para fazer a prova do IFRR. Com as turmas de 8º ano as duas eram agitadas, porém uma era um pouco mais e também já havia alguns alunos que tinham interesse em fazer a prova do IFRR.

Um dos primeiros acontecimentos que se teve no início da regência foi a curiosidade que os alunos tinham em saber do estagiário como é a Universidade, etapas do estágio, como era o comportamento do estagiário no tempo em que ele era aluno da educação básica e entre outras informações. Outra observação que se tem das turmas é a diferença de quantidade de alunos, pois algumas tinham mais de 30 alunos e outras menos de 20 alunos.

A receptividade da escola e dos professores foi muito boa, porém eles foram bastante realistas ao relatar as dificuldades que os professores têm que enfrentar em sala de aula e como eram as condições da escola e o comportamento dos alunos. Mesmo eles tendo sido muito realistas em seus argumentos, eles também ficaram felizes ao saber que um jovem ainda sonha em ser professor.

A professora supervisora é uma excelente profissional foi uma ótima colaboradora que contribuiu bastante para que o estágio fosse realizado com êxito, sempre foi muito prestativa e ajudou em alguns momentos em que as turmas ficavam um pouco agitadas e dispersas, colaborou na elaboração do plano de ensino e nas explicações dos conteúdos trabalhados.

Os aspectos mais positivos que houve na regência eram quando os alunos conseguiam compreender os conteúdos que estavam sendo abordados durante as aulas, os questionamentos que eles arranjavam perante os assuntos, o feedback (retorno) das atividades propostas e a participação nas aulas. Os pontos mais negativos durante as aulas foram o desinteresse por parte de alguns alunos perante o assunto trabalhados em sala de aula, a agitação e bagunças durante a explicação do professor.

Algumas dificuldades encontradas durante a regência foi à falta de materiais didáticos para poder trabalhar durante as aulas com os alunos, geralmente o recurso mais utilizado era o livro didático, a elaboração do plano de ensino também foi um dos fatores que dificultaram um pouco no início da regência, o nervosismo e a timidez em alguns momentos também foram pontos que dificultaram na caminhada de estágio.

Em relação à regência anterior algumas diferenças apontadas foram à mudança de escola porque o estágio I foi realizado na Escola Estadual Caranã e o estágio II foram realizados na Escola Coema Souto Maior Nogueira, a mudança de turno, pois na regência anterior foi realizado pelo turno matutino e o atual foi realizado no turno vespertino, o público alvo (alunos) com uma faixa etária de idade um pouco mais avançada, ou seja, trabalhando com alunos adolescentes, a utilização dos tempos de aulas porque no antigo eram apenas um tempo por turma e o atual estágio eram tempos seguidos.

A experiência adquirida durante a regência II proporcionou uma maior confiança perante a segurança em ministrar aulas com as turmas, uma melhor explicação e didáticas diferentes durante as aulas de regência, elaboração mais qualificada dos planos de aulas, diversidade de atividades e pesquisas para elaborar com os alunos e uma maturidade maior perante a

caminhada na regência.

O que se espera do estágio III é de um novo nível com alunos mais exigentes e com certeza com uma faixa etária um pouco maior, também se espera encontrar alunos com preparação e motivação para as provas dos vestibulares, serão três séries diferentes e não duas séries, mas sempre almejando para que seja um ótimo estágio de regência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto percebe-se que o estágio II proporcionou mais enriquecimento e maturidade na experiência adquirida durante as aulas de regência, porém, percebeu-se uma maior realidade encontrada no local de trabalho do professor, em especial para o docente de Geografia.

O estágio II proporcionou uma vivência maior desta realidade e que o estagiário é mais desvalorizado ainda, pois muitos notam que ele ainda não é um profissional e às vezes seus erros que são comuns são levados como deboches.

No entanto, mesmo em meio às dificuldades, o professor busca exercer sua profissão da melhor maneira possível e trabalhando com o pouco de recursos didáticos que tem, pois a sua paixão em ensinar é muito maior do que qualquer dificuldade que ele possa enfrentar e assim vale para o estagiário que mesmo com erros e desvalorização se dedica pelo sonho de ser professor e se tornar um grande profissional da sua área de ensino.

REFERÊNCIAS

ANELISE, C. Dalla Corte; CIBELE, K. Lemke. O estágio supervisionado e sua formação Docente Frente aos novos Desafios de Ensinar. 2015, p 02.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia /

Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. p 26.

CLAUDIANA, Antonia Claudiana de Lucena Freitas; VIANA, Idalécia Viana Batalha; SANDRA, Tereza Sandra Loiola Vasconcelos. Os desafios para a prática docente no estágio supervisionado em Geografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2014/2015, p 01.

CÍCERO, Adão Cícero Ferreira Nunes. As dificuldades de ensinar Geografia. Geografia-Londrina-Volume 13-Número 1-Jan./Jun 2004 p 3. Disponível em <http://www.geo.uel.br/revista>.

EDIVANI, Maria Edivani Silva Barbosa; BORGES, Luzyanni Borges Rocha. Estágio Supervisionado em Geografia: Oportunidade de reflexão sobre o espaço escolar. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 01.

GIL, Antônio Carlos; 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002, p. 42, 44.

MANOEL, Clavir Manoel de França. Os desafios em ensinar Geografia: Uso de diferentes metodologias e recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem. Paraná, 2014, P 03.

NETA, Maria da Paz dos Santos; MENDES, Ismael Mendes Andrade. Estágio em Geografia: Teoria e prática na formação dos professores. Universidade do Estado da Bahia. Bahia, 2014, 02 e 04.

OTÁVIO, Francisco Otávio Landim Neto; EDIVANI, Maria Silva Barbosa. O Ensino de Geografia na Educação Básica: uma análise da relação entre a formação e sua atuação na Geografia Escolar. Universidade Federal do Ceará- UFC- Geosaberes- V 1, n.2, Dezembro, 2010, p 04.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, P 127.

SILVA, Guilherme Leonardo Freitas; ROSSO, Ademir José. As Condições do trabalho docente

dos Professores das escolas Públicas de Ponta Grossa-PR. UEPG. Paraná. 2008, p 02.

SILVA, Osana da Silva Costa. Os Desafios de Lecionar Geografia no Ensino Fundamental II: Um estudo com professores das escolas públicas do Município de Areia-PB. Paraíba. 2014, p 02, 03.

Roraima: Aspectos históricos da evolução da pesca esportiva no extremo norte do Brasil

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1040>

Robson Oliveira de Souza
Universidade Estadual de Roraima / UERR
<http://lattes.cnpq.br/3179039444155137>

Pousada Itaparã, Município de Rorainópolis, RR.

RESUMO

A pesca é uma das atividades mais antiga do mundo, praticada pelo homem desde os primórdios da humanidade, quando o homem começou a viver em sociedade, formando povoado as margens de rios, lagos, lagoas em busca de alimentos abundantes. A pesca tornou-se uma paixão mundial, sendo uma das atividades de lazer mais praticada no mundo. A pesca recreativa no Brasil é recente, começou na década de 1990, e aumenta a cada ano. O trabalho objetivou relatar os aspectos históricos da evolução da pesca esportiva em Roraima. A atividade de pesca esportiva foi iniciada pela empresa Ecotur Turismo, na década de 1990, no rio Água Boa do Univini, no sistema pesque-e-solte. A região bem conservada é cenário ideal para a prática da pesca esportiva apresentando ambientes com água transparente e elevada biodiversidade de espécies e especialmente a alta abundância de espécies peixes esportivos. Um exemplo é o tucunaré (*Cichla* spp.), que habita lagos, lagoas e rios, sendo considerado o embaixador da pesca esportiva na Amazônia. A mídia internacional, através da revista Forbes em 2010, apontou a região do baixo rio Branco no Estado de Roraima, como um dos melhores destinos de turismo de pesca esportiva do mundo. Após essa divulgação, foram realizadas propagandas no Brasil e exterior nos sites das empresas operadoras de turismo de pesca esportiva que atuam na região. Observou-se nos anos seguintes uma demanda crescente na vinda de turistas-pescadores esportivos para o local, a fim de realizar pescaria na

Amazônia para captura de grandes troféus.

Palavras-chave: Pesca esportiva. Baixo Rio Branco. Tucunaré. Revista Forbes. Estado de Roraima.

ABSTRACT

Fishing is one of the oldest activities in the world, practiced by man since the dawn of humanity, when man began to live in society, forming villages on the banks of rivers, lakes, lakes in search of abundant food. Fishing has become a worldwide passion, being one of the most popular leisure activities in the world. Recreational fishing in Brazil is recent, starting in the 1990s, and increasing every year. The work aimed to report the historical aspects of the evolution of sport fishing in Roraima. The sport fishing activity was initiated by the company Ecotur Turismo, in the 1990s, on the Água Boa do Univini river, in the fish-and-release system. The well-preserved region is an ideal setting for the practice of sport fishing, featuring environments with transparent water and high species biodiversity and especially the high abundance of sport fish species. One example is the peacock bass (*Cichla* spp.), which inhabits lakes, lakes and rivers, and is considered the ambassador of sport fishing in the Amazon. The international media, through Forbes magazine in 2010, named the lower Branco river region in the State of Roraima as one of the best sport fishing tourism destinations in the world. After this disclosure, advertisements were carried out in Brazil and abroad on the websites of sport fishing tourism operators operating in the region. In the following years, there was a growing demand for sporting tourists-fishermen to come to the area, in order to fish in the Amazon to capture large trophies.

Keywords: Sport fishing. Low white River. Peacock bass. Forbes Magazine. State of Roraima.



INTRODUÇÃO

A pesca é considerada uma das atividades praticada pelo homem mais antiga da humanidade como forma de suprir sua alimentação. Com o crescimento populacional no planeta, essa atividade foi cada vez mais se desenvolvendo mundo a fora, e, passou a ser uma atividade essencial na alimentação humana. Com o passar dos anos, a pesca além de suprir a alimentação do homem, passou a ser uma paixão, surgindo então, a pesca recreativa ou de lazer e entretenimento.

A pesca recreativa é uma atividade social e econômica importante que utiliza os recursos pesqueiros na maior parte do mundo (COOKE; SCHRAMM, 2007). Com o crescimento populacional nos países desenvolvidos e a crescente expansão do turismo em países em desenvolvimento, cresceu a participação da pesca recreativa (COOKE; SCHRAMM, 2007).

Esse turismo de pesca recreativa ou de lazer a cada ano, apresenta um maior crescimento no mundo, um exemplo é o Estados Unidos da América, onde estimativas da taxa de participação e número de pessoas com 16 anos ou mais participando variam de 17% a 29% ou 35,2 milhões a 57,9 milhões investidos na pesca recreativa (DITON; HOLLAND, ANDERSON, apud USDOJ e USDOC 1997; CORDELL et al.1999).

O Brasil, apresenta recursos com grande potencial para o desenvolvimento da prática da pesca recreativa, com uma vasta diversidade da ictiofauna nos diferentes biomas, nas imersas bacias hidrográficas, ofertando ao pescador esportivo várias opções de pesca (BRASIL, 2010)

Segundo Fabri (2006), no Brasil, a pesca recreativa começou na década de 1990 no Centro-Oeste brasileiro e tem apresentado um crescimento de 45% no país mesmo em momento de recessão da economia, estimando-se cerca de 25 milhões de pescadores amadores

praticando a pesca no país.

Para Chaves e Freire (2012), na pesca amadora, surgimento da modalidade “*pesque-e-solte*” (*catch-and-release*) que a liberação do peixe após a captura é tão antiga quanto a própria pesca. O motivo para soltura dos peixes, podem ser um simples descarte do peixe não desejado, como também, o cumprimento das normas legais sobre a espécie, tamanho e cota ou ainda a colaboração do pescador com a proteção à fauna e ao meio-ambiente.

A modalidade “*pesque-e-solte*” surgiu como medida de conservação dos estoques pesqueiros, no final da década de 40 e início da década de 50 nos Estados Unidos, onde essa prática foi disseminada para vários países (CHAVES; FREIRE, 2012).

Com o advento do crescimento da pesca amadora e a disseminação da modalidade de “*pesque-e-solte*” no mundo. O Brasil também começa adotar essa prática da liberação do peixe após a captura, como forma usual na pesca esportiva, inclusive no país já se vinculou a pesca esportiva à proteção de “*pesque-e-solte*” (*catch-and-release*) (Portaria IBAMA nº 4, de 19 de março de 2009, Art. 2º), embora a liberação do peixe após a captura não é praticada em todo o território nacional, tem algumas regiões brasileira onde o peixe capturado é consumido (CHAVES; FREIRE, 2012).

A Amazônia, com sua exuberante biodiversidade, onde em seus rios habitam milhares de espécies de peixes. A Bacia Amazônica é rota obrigatória para os aficionados da pesca esportiva, devido à sua singularidade, onde se pode encontrar diversos tipos de peixes esportivos em seus rios, lagos, ressacas e igarapés limpos e preservado, em meio à sua incontestável beleza selvagem e isolamento dos grandes centros urbanos.

Os estados amazônicos onde a pesca esportiva é bastante praticada, destacam-se o Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins, que

investem fortemente na pesca amadora/esportiva (SOUZA; FREITAS, 2021)

O Amazonas é um dos destinos que mais recebe turistas, entre brasileiros e estrangeiros, querendo conhecer as belezas da floresta amazônica e se aventurarem na pesca do tucunarê. Freitas e Rivas (2006), o crescimento da pesca esportiva está diretamente relacionado à presença de grandes exemplares de tucunarés *Cichla sp.* em rios de águas pretas da bacia.

No estado de Roraima, a ocorrência da pesca esportiva está localizada no rio Branco, principal rio do estado. Formado pela confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, cerca de 30 km a norte de Boa Vista, capital do estado. Esse rio é dividido em três segmentos de acordo com o tipo de vegetação de cada trecho: Alto, médio e baixo rio Branco (ZEE, 2018).

A pesca esportiva, concentra-se na região do baixo rio Branco nos municípios de Caracaraí e Rorainópolis na região sul do Estado, o rio Branco deságua na foz do rio Negro, no estado do Amazonas (ZEE, 2018).

O rio Branco também tem atraído uma grande quantidade de turistas brasileiros e estrangeiros. O principal atrativo para pesca na região do baixo rio Branco é a abundância de espécies de tucunaré *Cichla spp.*, de ocorrências neste rio, além de outras espécies consideradas esportivas (SOUZA, 2020).

Na bacia do rio Branco a principal área de pesca esportiva explorada inicialmente foi o rio Água Boa do Univini. A atividade de pesca amadora na modalidade de “*pesque-e-solte*”, começou com as operações do empreendimento Lodge de Pesca da Ecotur Turismo no município de Caracaraí em 1994, sendo o único que operava na região. Esse empreendimento operava com pescadores esportivos estrangeiros. Esses pescadores esportivos pioneiros, principalmente norte-americanos, acostumados com a pesca tipo “*pesque-e-solte*”, implementaram essa conscientização na pesca esportiva em Roraima.

De acordo com Souza (2020), “a pesca esportiva em Roraima já nasceu sob o modelo de conservação do estoque pesqueiro, pois começou com pescadores esportivos estrangeiros que já praticam esse modelo de pesca conservacionista em seus países de origem”, cabe a todos os atores envolvidos na pesca esportiva consolidar essa prática.

Essa demanda expressiva de pescadores esportivos na região do baixo rio Branco, principalmente no rio Água Boa do Univini, ocorreu a partir de 2010 quando a Revista de economia FORBES elegeu esse rio como o melhor destino para pesca esportiva do mundo, ocupando a 1ª posição no *ranking Top 10 Fly Fishing Lodges*, superando lugares tradicionais em pesca esportiva, como os Estados Unidos, Canadá, Bahamas, Chile, Rússia e Nova Zelândia (SOUZA, 2019). Foram realizados vários trabalhos de divulgação no Brasil e exterior das empresas operadoras de turismo de pesca que atuam na região a partir dessa data (SOUZA, 2019).

Devido a esses fatores de divulgação nacional e internacional da região, diversas empresas operadoras de turismo em pesca esportiva foram constituídas, tais como: Roraima Adventures; Água Boa Amazon Lodge; Porto Tur Transporte e Turismo; Fishing Business, Barco Hotel Dona Socorro, Marqui Turismo, Wellington Thomaz, Eden F. de Lima, Itapará Sport Fishing Ltda (DINELLI, 2017; SOUZA, 2020). Essas empresas têm promovido o estado de Roraima a um status de valioso destino de pesca esportiva, atraindo turistas de todas as regiões do país e do exterior, aumentando consideravelmente a quantidade de pescadores esportivos por temporada, proporcionando aumento na quantidade de tucunarés grandes capturados.

Diante do exposto, realizou uma revisão sistemática sobre o histórico da evolução e consolidação da pesca esportiva no estado de Roraima, desde o início da pesca esportiva na década de 1990 na região até o presente.

Considera-se o ano de 2010 como o ápice da pesca esportiva na região, devido à publicação na revista FORBES, colocando o estado de Roraima, como o melhor lugar para prática da pesca esportiva no mundo, na modalidade *Fly Fishing*, onde todo o trabalho de consolidação da pesca esportiva no baixo rio branco foi coroado com essa publicação internacional e com isto mostrando a região de pesca para o Brasil e para o mundo. Outro fator importante nesse processo, foi a pousada Itaparã localizada no rio Itaparã, ser eleita por dois anos consecutivos, como a melhor pousada de pesca do Brasil, eleita nos anos de 2011 e 2012. Essas ações proporcionaram um aumento considerável no número de empresas operadoras de turismo e de pescadores esportivos no estado de Roraima. Em face disto, ano após ano, é visível o número crescente de pescadores que se deslocam para essa região com o propósito de pescar um grande tucunaré, considerado o embaixador da pesca esportiva na Amazônia.

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ARTIGOS

BASES DE DADOS

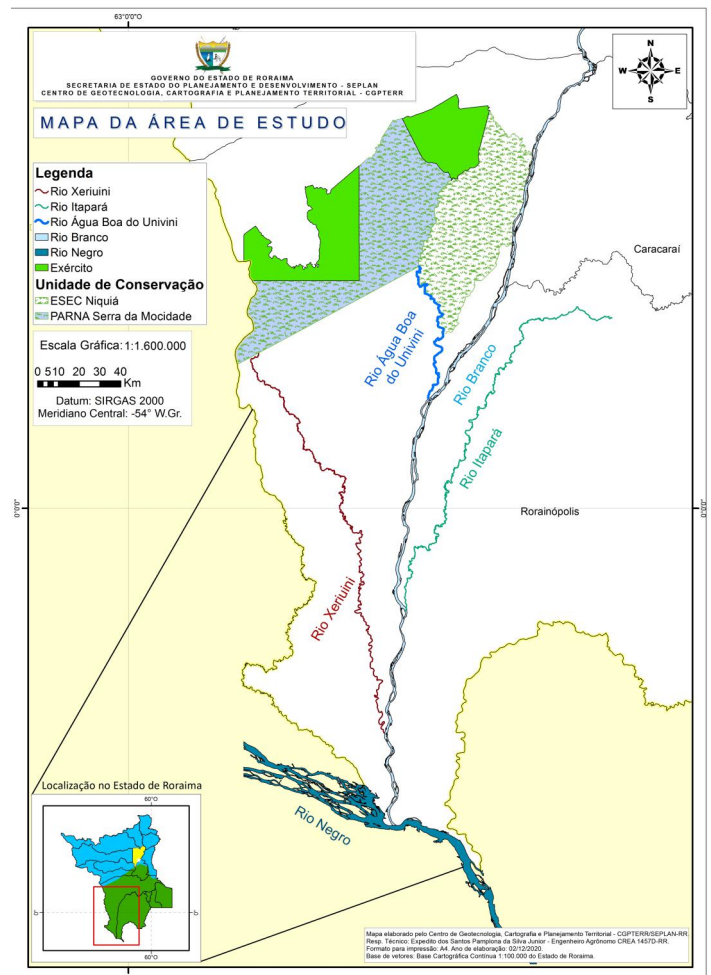
Para elaboração do artigo, as buscas foram realizadas em quatro bases de dados bibliográficas, nos portais: Google acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), Portal de Periódicos CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), SciELO (www.scielo.org) e Sciverse Scopus (www.scopus.com), utilizando-se a seguinte palavra-chave: pesca esportiva do tucunaré no estado de Roraima, e ao finalizar as pesquisas em cada base, as referências duplicadas foram excluídas, também utilizou-se um levantamento bibliográfico impresso, tais como livros, folder e revista sobre a pesca esportiva, como referências para compor este artigo de revisão.

PESCA ESPORTIVA

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O *lôcus* da pesquisa foi a região do baixo rio Branco, localizados no sul do estado de Roraima, nas fronteiras meridionais do estado de Roraima com o noroeste do estado do Amazonas (Figura 1).

Figura 1: Localização da área da região do baixo rio Branco, Roraima, Brasil.



Fonte: SEPLAN, 2021.

O turismo de pesca esportiva cresce dia a dia, cerca de aproximadamente 150 milhões de turistas praticam a pesca esportiva no mundo (FABICHAK, 1995) e no Brasil 25 milhões de pescadores amadores (FABRI, 2006). O Ministério do Turismo em seu caderno Turismo de Pesca:

orientações básicas, relata que o Brasil, apesar de possuir uma grande rede hidrográfica e mais de 8 mil km de costa e dispõe de recursos com potencial para atrair pescadores do mundo todo, recursos estes representados pela diversidade de peixes em diferentes biomas, pelas vastas bacias hidrográficas, com lagos, lagoas, manguezais, reservatórios de hidrelétrica, proporcionando diversas opções para a prática da pesca esportiva (MTur, 2010). No Brasil cerca de 1,3 milhões de pescadores pescam com licenças, porém há muitos pescadores que não são devidamente credenciados para a prática da pesca esportiva (FABICHAK,1995).

A pesca esportiva por ser uma atividade nova é ainda não é claramente definido, segundo MTur (2010) hoje não se tem uma definição unânime dentro da cadeia produtiva do segmento e do poder público. Existem entendimentos de que a pesca esportiva é sinônimo de atividade esportiva, onde estão as competições de pesca, por outro lado, na visão dos turistas, a pesca esportiva é utilizada como hobby, ou seja, não, necessariamente é expressa como sinônimo de atividades de esportes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Para Moraes e Martins (2010), este conceito está ligado a relação do pescador com o meio ambiente, seu sentimento quando pesca e a prática do pesque e solte. De acordo com o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, (PNDPA 2001), que fomentou oficialmente a partir de 1998, a pesca esportiva como um segmento turístico no Brasil. Onde o pescador esportivo é um turista que viaja curtas ou longas distancias para pescar, conhecer novos lugares e ficar em contato com a natureza, gerando serviços relacionados ao turismo. Na legislação a pesca foi regulamentada pelo Decreto-lei nº 221, de 28/2/67, revogado pela Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, a qual define a pesca amadora (esportiva), como sendo aquela praticada por pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade

competente, pratica a pesca sem fins econômicos. Depois a prática da pesca esportiva ficou a cargo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Em documento final do 1º Encontro Nacional da Pesca Amadora (1º ENPA) vai além, definido a pesca esportiva como sendo:

“Turismo de pesca” compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora (MTur, 2008), ou seja, é o deslocamento de pessoas de suas origens para a prática da pesca amadora, a qual envolve uma série de serviços específicos e especializados desta atividade. (1º ENPA, 2010, p.7, grifo do autor).

Dentre os segmentos o turismo de pesca esportiva apresenta como principal atrativo a utilização dos recursos pesqueiros por meio da atividade de pesca. Para o MTur (2010), na publicação Turismo de Pesca: orientações básicas, o segmento compreende:

Considera-se por “atividades turísticas” o conjunto de atividades e serviços gerados em função do turismo, ou seja, no caso do turismo de pesca, da viabilização prática da pesca amadora aos indivíduos que se deslocam a partir de sua residência habitual. Esse conjunto envolve a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como: Operação e agenciamento turístico; Serviços de transporte; Meios de hospedagem; Serviços de alimentação; Recepção e condução; Eventos; Material para pesca; outras atividades complementares que existam em função do turismo de pesca – oficinas de reparos de embarcações, estaleiros, entre outros. (MTur, 2010, p.16-17, grifo do autor).

O peixe é o atrativo principal do produto de Turismo de Pesca, pois é o que motiva a ida do turista até o destino (1º ENPA, 2010). A pescaria proporciona ao turista emoções indescritíveis. Cada peixe que se pesca é um sentimento diferente. A sensação de se fisgar um tucunaré-

açu, por exemplo, é inesquecível, pois proporciona um enorme embate, com arrancadas iniciais impressionantes e resistência que põe a prova o preparo físico dos pescadores que tentam capturá-lo. Isso fascina o pescador e grava em sua memória experiências que nunca irá esquecer (BRASIL, 2010).

Souza *et al.* (2014, p. 170) destaca que

Como esperado, em face da elevada diversidade de peixes, a ictiofauna amazônica apresenta diversas espécies-alvo dos aficionados pela pesca esportiva, com destaque para as diversas espécies de tucunaré (*Cichla spp.*), alguns bagres da família *Pimelodidae*, aruanã (*Osteoglossum spp.*), várias espécies de piranha (*Serrasalminidae*) e alguns Characiformes de hábito carnívoro, como peixe-cachorro (*Raphiodon vulpinus*).

Para Nogueira e Ghedin (2010) dentre os segmentos turísticos explorados na região amazônica, o turismo de pesca esportiva vem se desenvolvendo através dos hotéis de selva e barcos hotéis nos estados do Amazonas e de Roraima constituindo um mercado em ascensão.

Segundo Barroco e Freitas (2014) a pesca esportiva tem mostrado grande importância no desenvolvimento econômico e social de regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde a atividade costuma ser praticada com maior frequência por turistas, sendo apontada como uma fonte geradora de emprego e renda.

Devido ao alto grau de informalidade existente na atividade de pesca esportiva, existem poucos dados e informações sobre o Turismo de Pesca, no Brasil, na Amazônia e especialmente em Roraima, sobre o perfil do turista, quantidade de turistas nos locais de pesca, períodos de maior e menor visitação, tempo despendido com a atividade (BRASIL, 2010). Para melhor entendimento da pesquisa, o autor dividiu a atividade de pesca esportiva em Roraima em três períodos, os quais o

pesquisador chamou de: i) o início da pesca esportiva (período de 1990 a 2000), ii) a consolidação da atividade (período de 2001 a 2010) e iii) o crescimento dessa prática na região do baixo rio Branco (período de 2011 ao presente momento).

INÍCIO DA PESCA ESPORTIVA EM RORAIMA

Período de 1990 a 2000

A pesca esportiva é regida pela prática do *pesque-e-solte*, sistema utilizados na região do baixo rio Branco, na qual os peixes são liberados imediatamente após a captura (COOKE; SUSKI, 2004). Esta prática é realizada sob o pressuposto de que o peixe libertado vai sobreviver para ser pescado novamente no futuro, permitindo por parte do pescador uma consciência mais ecológica (SIEPKER *et al.*, 2007).

Em levantamento realizado na década de 1990 para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima (2002), listou sítios importantes para a prática da pesca esportiva encontrados na bacia hidrográfica do baixo rio Branco, alimentada pelo conjunto das sub-bacias do Ajarani, Anauá, Água Boa do Univini, Catrimani, Itaparã, Xeruni, Amajaú, Jufari e Jauaperi e por drenagens secundárias (igarapés) do Mexedê, Maú e Curiucu, afluentes do rio Branco, principal rio do estado. Os recursos pesqueiros de notório interesse econômico, eram explorados de forma indiscriminada e predatória por pescadores de Roraima e do Amazonas, visando à comercialização junto aos grandes centros de consumo, resultando na redução da qualidade e quantidade de espécies da ictiofauna roraimense. O autor considera a década de 1990, como o marco referencial do período inicial da atividade de pesca esportiva na região do baixo rio Branco, no Estado de Roraima, o rio Branco com água transparente e elevada biodiversidade de espécies e especialmente a alta abundância de espécies

adequadas para a pesca esportiva, como o tucunaré (*Cichla spp.*) foram considerados como chave para a indicação das localidades.

Os municípios de Caracaraí e Rorainópolis, situado às margens do rio Branco, é o portão de entrada do polo de ecoturismo, com vários rios que, durante a época de cheia, formam extensas áreas de várzea. Na década de 1990 o local já era destino de praticantes da pesca esportiva, principalmente estrangeiros (RUFFINO, 2005).

Para Isaac e Barthem (1995) o ecossistema amazônico é dominado pela pronunciada periodicidade do ciclo das chuvas e o degelo dos Andes. Durante as enchentes, a maioria das espécies de peixes se deslocam para as novas regiões de savanas e florestas alagadas, onde encontram renovadas fontes de alimento aquático ou acesso a frutos, sementes, artrópodes e outros itens de origem terrestre, assim como refúgio e proteção dos predadores (ISAAC; BARTHEM, 1995).

Segundo Junk *et al.* (1989, p. 112, tradução nossa) o pulso de inundação é a força motriz dos sistemas de planícies aluviais e os mantém em equilíbrio dinâmico. Ainda segundos os autores, a pulsação da descarga do rio, a inundação é a principal força que controla a biota nas várzeas. A troca lateral entre planície de inundação e o canal do rio e a reciclagem de nutrientes dentro da planície de inundação tem um impacto mais direto em nutrientes em espiral. Eventos semelhantes ocorrem ao longo da bacia do rio Branco (Roraima), e em especial, região do baixo rio Branco, na qual o transbordamento das águas durante a estação chuvosa resulta na formação de muitos lagos, que são habitados por uma grande quantidade de espécies de peixes (FERREIRA *et al.*, 2007). Em razão destes deslocamentos atraí os pescadores para estas áreas (ISAAC; BARTHEM, 1995).

De acordo com Ferreira *et al.* (2007) “do ponto de vista ictiofaunístico, uma característica importante da bacia do rio Branco é o fato de

estar inserida completamente em uma grande bacia de água preta, a bacia do rio Negro.”

Segundo Ferreira *et al.* (2007, p.113) explica que

No rio Branco e afluentes de maior porte, os igapós são ocupados por muitas espécies de peixes, onde se destacam os pacus e as piranhas (*Characidae*), diversos aracus (*Anostomidae*), vários acarás e tucunarés (*Cichlidae*) e bagres doradídeos.

Ferreira *et al.* (2007, p.113) comenta que

Nos afluentes de águas pretas do baixo rio Branco, como os rios Xeriuini e Tapará (ou Itapará), a fauna de peixes que ocupa o igapó é fortemente influenciada pelas espécies típicas do rio Negro. Dentre essas, registramos a presença de piranhas *Serrasalmus gouldingi* e *S. manueli*, dos acarás *Hoplarchus psittacus*, *Heros notatus*, *Satanoperca lilith* e *Hypselecara coryphaenoides*, e dos tucunarés *Cichla temensis* e *Cichla orinocensis*.

Ferreira *et al.* (2007, p.113) enfatiza que

A produtividade primária elevada e as largas faixas de floresta alagadas fazem com que esses ambientes se assemelhem bastante aos lagos de várzea típicos da planície do sistema do rio Solimões / Amazonas. A presença de muitos curimatídeos detritívoros (por exemplo, *Potamorhina latior* e *Psectrogaster ciliata*), hemiodontídeos (*Hemiodus microlepis* e *H. argenteus*), anostomídeos (*Leporinus fasciatus* e *Schizodon fasciatus*), (*Mylossoma aureum* e *M. duriventre*), peixes-cachorro (*Acestrorhynchus falcirostris*, *A. microlepis* e *A. heterolepis*) e loricariídeos (espécies de *Hypostomus*, *Loricariichthys* e *Loricaria*), caracteriza bastante bem esses ambientes e demonstra a similaridade com os lagos de várzea da planície central amazônica.

De acordo com Souza *et al.* (2014) o rio Água Boa do Univini, além de outros afluentes da bacia do rio Branco, apresenta uma ictiofauna

muito rica, constituindo como local propício para a captura de grandes tucunarés. Sendo utilizado pelas pescas: esportiva, subsistência e comercial.

O rio Água Boa do Univini, sem dúvida é um dos mais piscosos do estado de Roraima, do Brasil e do mundo. É o habitat de várias espécies de peixes esportivos, em especial grandes tucunarés açú. Devido à esportividade do tucunaré e também pelo tamanho do tucunaré açú encontrado na região, essas características favoráveis a prática da pesca esportiva, contribuíram para implantação do primeiro grande empreendimento nessa atividade de ecoturismo, instalado em 14 de maio de 1994 no rio Água Boa do Univini, afluentes da margem direita do rio Branco (ZEE, 2002), com características do tipo hotel de selva, denominado de Lodge de Pesca Ecoturismo Ltda. Atualmente esse empreendimento denomina-se Água Boa Amazon Lodge, ver figura 2.

Figura 2: Hotel de selva Água Boa Amazon Lodge, Município de Caracaraí, RR.



Fonte: Robson Oliveira, 2019.

Segundo Filho, Andretta e Nogueira (2005) o Água Boa Amazon Lodge possui licença para operar um hotel de Selva no rio Água Boa do Univini, o qual recebe principalmente turistas estrangeiros praticantes da modalidade *fly*

fishing, que utiliza iscas artificiais e, por seu perfil menos agressivo, reconhecidamente causa menor estresse aos peixes.

Conforme Filho, Andretta e Nogueira (2005, p. 180) tais exemplares, tanto pelo tamanho quanto pela esportividade (disputa proporcionada), são um dos fatores que impulsionam o turista pescador a empreender uma temporada de pesca na Amazônia.

O segundo empreendimento de pesca esportiva constituído foi o Itapará Turismo em 05 julho de 2001, localizado a margem do rio Itapará, um dos mais famosos do mundo pelo tamanho dos exemplares de tucunarés que habitam suas águas, afluente da margem esquerda do rio Branco (ZEE, 2002), em uma região pouco explorada da floresta amazônica, ao sul de Roraima. Esta empresa tem dois operadores de hotéis de Selva: i) um Lodge fixo, que dispõe de uma instalação principal e um posto avançado rio acima, utilizado para diminuir a necessidade de deslocamentos e aumentar a área a ser explorada; ii) um hotel flutuante móvel. Ambos recebem principalmente turistas estrangeiros em sua maioria norte-americanos. A principal modalidade praticada é o *baitcasting* ou pesca de arremesso, em que iscas artificiais são movimentadas com o objetivo de imitar um pequeno peixe ou outro tipo de animal (presa) nadando, fugindo ou ferido. É modalidade mais técnica, onde o pescador necessita conhecer os hábitos dos peixes e as características do ambiente de pesca (FILHO; ANDRETTA; NOGUEIRA, 2005, p. 179), conforme figura 3.

Figura 3: Pousada Itaparã, Município de Rorainópolis, RR.

Fonte: Pousada Itaparã, 2020.

Segundo Ferreira *et al.* (2007) os afluentes de águas pretas do baixo rio Branco, como os rios Itaparã e Xeruini, a fauna de peixes que ocupa o igapô é fortemente influenciada pelas espécies típicas do rio Negro. Dentre essas, os tucunarês, as piranhas, os surubins, as aruanãs, as pirararas, os acarás e o grande pirarucu.

Destaca-se que nesse período, existiam apenas as duas empresas operadoras do turismo de pesca esportiva trabalhando na região do baixo rio Branco, em Roraima: a ECOTUR – Turismo operando no rio Água Boa do Univini e a Itaparã Turismo, operando no rio Xeruini, ambas tituladas pelo mesmo empresário (informação verbal¹). O município de Caracaraí na sua administração, promovendo a atração de novas empresas especializadas na pesca esportiva, surgiu no cenário da pesca esportiva uma terceira empresa, a Amazon Peacock Bass Pesca Esportiva Ltda em 28 de julho 2000 e instalou-se no curso médio do rio Xeruini, precisamente junto ao Igarapé Macaroca, o Xeruini é afluente da margem direita do rio Branco com o propósito de consolidar a atividade de forma gradual e progressiva e já a partir das primeiras temporadas de pesca, ocorreu o reconhecimento da mídia nacional e internacional (informação verbal¹).

Para SOUZA *et al.* (2014) a paisagem ainda inalterada na região do baixo rio Branco. A beleza dos rios e a biodiversidade existentes em Caracaraí e Rorainópolis é um atrativo para pescadores de outras regiões do país e do exterior. A pesca esportiva constitui uma atividade com grande potencial de desenvolvimento para a região, principalmente pela capacidade de geração de emprego e renda em um local com baixos indicadores de atividade econômica e de qualidade de vida, situado no extremo norte do Brasil.

Esses três empreendimentos iniciais de turismo de pesca, foram fomentados bravamente pelos operadores de pesca do estado de Roraima, segundo o Caderno Nova Cartografia (2014); Vitório (2014), esses empreendedores trabalharam fortemente a paisagem do local, como as belezas dos rios e a biodiversidade ictiofaunística, além de investir na operação de agenciamento, transporte, hospedagem, alimentação, recreação e entretenimento, atraindo cada vez mais pescadores esportivos brasileiros e estrangeiros para a região.

CONSOLIDAÇÃO DA PESCA ESPORTIVA EM RORAIMA

Período de 2001 a 2010

Dos três empreendimentos iniciais, em 05 de julho de 2001, a Itaparã Turismo foi vendida e sob nova direção a empresa passou a ter o nome fantasia de *Itaparã Sport Fishing Ltda*. Por outro lado, a ECOTUR – Turismo Ecológico Ltda foi vendida no início de 2007 e teve seu nome fantasia mudado para *Água Boa Amazon Lodge*. Enquanto a *Amazon Peacock Bass Pesca Esportiva Ltda*, continua atuante até o presente momento (informação verbal²).

Nesse segundo período as empresas *Água Boa Amazon Lodge*, *Itaparã Sport Fishing Ltda* e

¹ Notícia fornecida por Gilberto Marcelino. Secretário da Secretaria do Meio Ambiente do Municipal de Caracaraí. 2006, em setembro de 2006.

² Informação fornecida por Jean Roman Wilt. Proprietário do Lodge de Pesca Ecotur Turismo Ltda, em 24 de fevereiro de 2014.

Amazon Peacock Bass Pesca Esportiva Ltda trabalharam intensamente no processo de consolidação da pesca esportiva na região do baixo rio Branco. Destaque especial para *Água Boa Amazon Lodge*, que começou um trabalho de segmentação do mercado turístico em pesca esportiva na região, através da comunicação integrada de *marketing* com ferramentas capazes de atingir o público desejado com a eficiência pretendida. Entre as várias ferramentas mercadológicas utilizadas pela empresa: a) Propaganda (mídias digitais e impressa, folder, filme promocional em CD-ROM, DVD e *pen-drive*); b) Promoção de Vendas (no Brasil e exterior); c) Eventos e Experiências (eventos voltados para os agentes de viagem (*Famtour*) e imprensa (*Press Trips*) conheçam o destino; d) *Marketing* Direto (malas diretas, e-mail, etc); e) *Marketing* Eletrônico (uso de internet como ferramenta de promoção e comercialização); e, f) “Boca-a-boca” (comentário de amigos e parentes). Essa combinação de ferramentas, com propósito de divulgação e fortalecimento da cadeia produtiva da pesca esportiva na região do baixo rio Branco, trouxe cada vez mais pescadores esportivos nacionais e estrangeiros para a região (MTUR, 2010).

Água Boa Amazon Lodge para manter o estoque de tucunaré no rio *Água Boa* do Univini esta empresa adotava rigorosa e por vezes questionáveis medidas de proteção. Um exemplo do que estava acontecendo é a situação denunciada pelo presidente da Associação de Pescadores de Vista Alegre. Pessoas estão sendo impedidas de acessarem o rio, devido às proibições da empresa de pesca esportiva (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 4).

Caderno Nova Cartografia (2014) a empresa tornou o rio *Água Boa* do Univini uma propriedade particular, chegando ao extremo de colocar correntes nas margens, para impedirem que as pessoas pesquem ou colem produtos extrativistas. Funcionários da empresa atuavam

como jagunços para intimidarem os pescadores e já ameaçavam atirar caso os mesmos insistem em navegar pelo rio que corta e beneficia o hotel de selva da *Água Boa Amazon Lodge* (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014, p. 4).

Para Caderno Nova Cartografia (2014) na visão do *Água Boa Amazon Lodge* a construção desse novo paradigma desenvolvimentista, cunhado na proteção, recuperação e uso sustentável dos estoques ictiofaunísticos do rio *Água Boa* do Univini, se fazia presente como desafio a superar, o receio e o desinteresse de empresas especializadas no turismo de pesca na região do baixo rio Branco.

Dentre as estratégias de política de conservação e consolidação da pesca esportiva na região do baixo rio Branco pelo proprietário da empresa *Água Boa Amazon Lodge* culminou com a publicação em 2010 na Revista *Forbes* de Economia (PESCARIA BRASIL, 2010; SILVA; LIMA, 2014; VITÓRIO, 2014) classificando o rio *Água Boa* do Univini no estado de Roraima como um dos melhores lugares do mundo para a prática da pesca esportiva do tucunaré na modalidade de pesca “*fly fishing*”, superando países com “*know-row*” nessa área, como: Canadá, Bahamas, Rússia, Chile, Nova Zelandia e Estados Unidos da América.

Em face aos resultados do efeito das diversas comunicação integrada de *marketing*, a publicação desse artigo, o destino “baixo rio Branco” considerado um dos melhores destinos de turismo de pesca esportiva do mundo pela Revista *Forbes* de Economia no ano de 2010, na modalidade “Fly-Fishing”, conforme figura 4 (PESCARIA BRASIL, 2010; SILVA; LIMA, 2014; VITÓRIO, 2014, grifo nosso). A partir dessa publicação, houve a consolidação da cadeia produtiva da pesca esportiva e nos anos seguintes observou-se uma crescente na vinda de turistas-pescadores esportivos para o local (VITÓRIO, 2014).

Figura 4: Pesca na modalidade de Fly-Fishing

Fonte: Água Boa Amazon Lodge, 2019.

Em 2010 as empresas Porto Tur Pesca Esportiva e Marqui Turismo, começaram a operar na região do baixo rio Branco e a partir de 2011 até o momento atual várias empresas dos estados de Roraima e Amazonas operam nos rios do baixo rio Branco ofertando serviços turísticos no segmento da pesca esportiva nessa região. Notou-se um número crescente de pescadores esportivos a cada ano que passa na região do baixo rio Branco, no Estado de Roraima, em razão do trabalho de *marketing* dessas operadoras de turismo.

Segundo Silva e Lima (2014) nesse contexto o título “o paraíso da pesca esportiva” atribuído ao município de Caracaraí, é devido o mesmo, apresentar um rio rico em diversidade de espécies de peixes, tais como: o tucunaré, a pirarara, o filhote, a piraíba, o jandiar e o surubim e, tendo em vista, que nos últimos anos esse município roraimense é uma das áreas mais procuradas por pescadores esportivos para a prática da pesca na região do baixo rio Branco em Roraima.

Deve ser destacado que até o ano de 2006, as empresas com operação no interior do perímetro da Área de Proteção Ambiental Xeruíni não estavam obrigadas a inserir as comunidades nos resultados financeiros obtidos no atendimento à

sua clientela. Limitando o processo de inclusão social das comunidades situadas na área influência direta da atividade na oferta e ocupação de postos de trabalho pelos ribeirinhos (SILVA; LIMA, 2014).

CRESCIMENTO DA PESCA ESPORTIVA EM RORAIMA

Período de 2011 ao presente

O grande potencial turístico da região foi confirmado pela Revista *Forbes* de Economia, em 2010, que elegeu o rio Água Boa do Univiní como a melhor pesca esportiva do mundo para a modalidade *Fly-Fishing* (DINELLI, 2017). De três empresas iniciais operando com o turismo de pesca esportiva em 1990, com a consolidação do setor, mais empresários apostaram no segmento da pesca e atualmente têm-se oito empresas atuando na região do baixo rio Branco, com oferta de traslado, acomodação, alimentação e lazer aos pescadores esportivos em barcos-hotéis, acampamentos ou estruturas flutuantes e hotéis de selva (DINELLI, 2017). Esse crescimento é devido a intensa campanha de mídia promovido pelas empresas de turismo de pesca esportiva (VITÓRIO, 2014).

Devido à crescente vindas de pescadores esportivos para a prática da pesca esportiva na região do baixo rio Branco (VITÓRIO, 2014), o Ministério da Pesca e Aquicultura é o órgão responsável pela implantação de políticas públicas no setor pesqueiro no País. Com relação à pesca amadora, destaca-se a competência pela concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da atividade MTur (2010). Em Roraima, cabe a Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH, emitir as carteiras de pescadores através da Lei Nº 516/2009 (FEMACT/RR, 2007) em locais onde a pesca é permitida. A Licença para a pesca amadora é obrigatória para todos os pescadores amadores/esportivos MTur (2010). Com propósito de conhecimento da crescente demanda de

pescadores esportivos na região, foram realizados levantamento na FEMARH do número de pescadores esportivos licenciados, empresas e ano de temporada de pesca esportiva na região do baixo rio Branco. No tocante esses pescadores esportivos nacionais ou estrangeiros que viajam à região do baixo rio Branco, em Roraima para a prática da pesca esportiva embarcada vem com uma expectativa de capturar o maior tucunaré da Amazônia. Esse levantamento só foi possível para os pescadores nacionais, os pescadores estrangeiros o estado não tem nenhuma informação, já que esse turista vem e sai do estado sem passar por nenhum controle.

Segundo Ruffino (2008) “os recursos pesqueiros têm sido tradicionalmente subestimados na sua importância pelas autoridades governamentais. Prova disso é a quase inexistência de séries de dados estatísticos e informações científicas sobre a pesca nos diagnósticos econômicos, informes ecológicos ou até publicações turísticas sobre a região amazônica.” Em Roraima, a situação da estatística pesqueira é semelhante à descrita por Ruffino (2008). Em razão disso, foi realizado na FEMARH uma pesquisa sobre o número de pescadores licenciados para a prática da pesca esportiva na região do baixo rio Branco, os dados apresentados através do gráfico 1. A empresa Porto Tur Turismo que despontou no cenário da pesca esportiva roraimense em 2010, apresentou no ano de 2014, 161 licenças de pesca para pescadores esportivos pescarem no rio Água Boa do Univini. Em 2015, a Porto Tur Turismo solicitou a FEMARH a emissão de 206 licenças de pesca, verifica-se um crescimento do número de pescadores esportivos de uma temporada para a outra no rio Água Boa do Univini. Já em 2016 foram liberadas 151 licenças de pesca para os pescadores esportivos aptos a praticarem a pesca esportiva na região. Verificou-se que essa empresa trouxe 518 pescadores esportivos para pescarem no rio Água Boa do Univini de 2014 a

2016.

Ainda conforme o gráfico 2, observar-se que a empresa Marqui Turismo que atua também no rio Água Boa do Univini, em 2014 solicitou à FEMARH licenças de pesca para 115 pescadores esportivos nessa temporada de pesca. Em 2015, a empresa Marqui Turismo obteve 156 autorizações de licenças de pesca para os pescadores esportivos usufruírem a pesca esportiva embarcada no rio Água Boa do Univini. Houve segundo os dados colhidos na FEMARH uma diminuição no ano de 2016 para apenas a emissão de 28 licenças para a atividade da pesca nessa temporada. Totalizando 299 autorizações de licenças de pesca embarcadas em 2014, 2015 e 2016 emitidas pela FEMARH.

A empresa Wellington Thomaz com atuação rio Água Boa do Univini, pelos dados colhidos na FEMARH, verificou-se que houve em 2014 a emissão de apenas 46 licenças de pesca para essa temporada. Observou-se que nos anos de 2015 e 2016 foram liberadas 40 e 35 licenças de pesca, respectivamente para os pescadores esportivos praticarem a pesca esportiva no rio Água Boa do Univini. O que pode observar que essa empresa apresenta um porte pequeno, ao receber nessas três temporadas de pesca apenas 121 pescadores esportivos licenciados.

Verificar-se a relação da emissão de licenças de pesca da empresa Eden F. de Lima (trabalha em parceria com o Barco Dona Socorro), os dados colhidos na FEMARH são das temporadas de pesca de 2015 e 2016. A FEMARH liberou para a empresa Eden F. de Lima em 2015 o montante de 152 licenças de pesca. Em 2016 foram emitidas 179 licenças para os pescadores esportivos nessa temporada de pesca. Em duas temporadas de pesca esportiva a empresa levou 331 pescadores esportivos para pescarem no rio Água Boa do Univini.

Com isso observou-se que as empresas operadoras de pesca esportiva trouxeram em 2014, 2015 e 2016 cerca de 322, 554 e 393

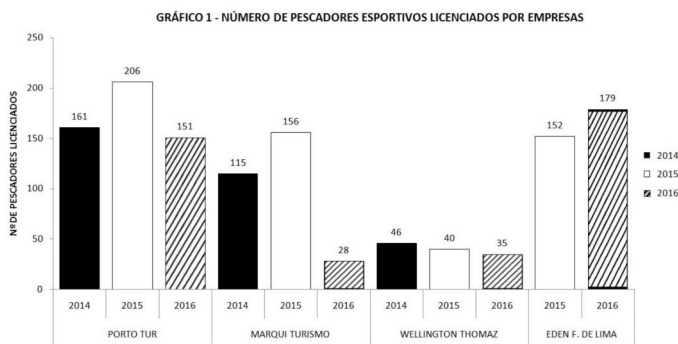
pescadores esportivos, respectivamente, totalizando nessas três temporadas de pesca 1.269 pescadores esportivos que pescaram no rio Água Boa do Univini. Ressalta-se que não houve estatística para os pescadores esportivos que visitaram os outros rios que integram a região do baixo rio Branco, em Roraima, por falta de conhecimento, o estado não detém essas informações, pois são operadores que entram pelo estado do Amazonas, sem a licença emitidas pela FEMARH.

pesca na região do baixo rio Branco, em função do trabalho de *marketing* das empresas operadoras de turismo de pesca esportiva, que aponta o grande potencial turístico regional do estado confirmado pela revista internacional *Forbes* que, em 2010, elegeu o Rio Água Boa do Univini como a melhor pesca esportiva do mundo para a modalidade *Fly-Fishing* (VITÓRIO, 2014; DINELLI, 2017).

Outra informação importante, as empresas: Porto Tur Turismo, Marqui Turismo, Wellington Thomaz, Cidomar P. Moraes e Éden F. de Lima (Barco Dona Socorro), são empresas que operam por Boa Vista, ficando relativamente fácil rastrear todas as atividades de pesca no estado. Em contra-partida, as empresas: *Água Boa Amazon Lodge*, Amazon Price, Velho Arthur, Liga de Eco-Pousadas da Amazônia (River Plate), Itaparã Sport Fishing, Amazon Peacock Bass Pesca Esportiva Ltda, todo o “transfer” é realizado Manaus – operadora de pesca esportiva - Manaus, como todo o processo é realizado sem o conhecimento do estado de Roraima, o estado não tem acesso as informações das operações realizadas na temporada de pesca nesses empreendimentos. Ressalta-se que a empresa Itaparã Sport Fishing a tratativa com os clientes é feita pelos estados de São Paulo e Manaus, realizada a reserva na pousada, o traslado é feito Manaus-Pousada-Manaus, ficando inacessível ao estado de Roraima obter as informações desse empreendimento.

A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ESPORTIVA

De acordo com Petreire (2014), “estima-se que a pesca amadora responda por 12% da captura mundial de pescado e mobilize cerca de 140 milhões de pessoas na América do Norte, na Europa e na Oceania, e 700 milhões em nível mundial.” SOUZA *et al.* (2014, p. 175-176) “nos Estados Unidos, são gastos anualmente U\$ 38 bilhões em atividades diretamente ligadas à pesca esportiva, com cerca de 37,5 milhões de



Durante a pesquisa de coleta de dados na FEMARH, não se encontrou informações sobre a liberação de autorizações de licenças de pesca para os rios Xeruíni e Itaparã. No rio Xeruíni quem opera com a pesca esportiva é a empresa Liga de Eco-Pousadas da Amazônia. Enquanto no rio Itaparã quem desenvolve as atividades de pesca esportiva é a Itaparã Sport Fishing. As demais empresas desenvolvem suas atividades de pesca esportiva no rio Água Boa do Univini, aliás, esse rio Água Boa do Univini concentra as seguintes empresas de turismo de pesca esportiva: Marqui Turismo, Porto Tur Turismo, Amazon Lodge Água Boa, Wellington Thomaz, Amazon Price, Velho Arthur, Cidomar P. Moraes e Éden F. de Lima (Barco Dona Socorro) (DINELLI, 2017).

Verifica que houve desde a década de 1990 até o momento atual, um crescimento do número de operadoras de turismo de pesca esportiva, assim como, no número de pescadores esportivos nacionais e estrangeiros que visitam a região para usufruir dessa modalidade de

pescadores esportivos licenciados, cuja demanda de serviços gera 1,2 milhões de empregos.”

Nogueira e Ghedin (2010), nesse conjunto que o turismo de pesca esportiva desenvolve no Brasil e, cerca de 4 milhões de brasileiros praticam a pesca, sendo que desses mais ou menos 250 mil são licenciados. Movimentam aproximadamente de 1 bilhão de reais por ano, gerando cerca de 200 mil empregos diretos e indiretos. Catella (2001), na década 1999 foram registrados aproximadamente 59.000 pescadores esportivos no Pantanal de Mato Grosso do Sul, estimando-se que cerca de ¼ desse número, isto é, 74.000 pescadores esportivos pescaram na região. Petrere (2014) corrobora que a pesca amadora capturou em torno de 75% do pescado registrado e hoje ainda responde por 50% da produção no pantanal mato-grossense.

Comenta Petrere (2014), para cada peixe capturado e embarcado por pescadores amadores, cerca de um peixe e meio foi capturado e solto, considerando apenas as espécies nobres, principalmente porque não atingiram o tamanho mínimo de captura. Em todo o mundo, cerca de 30 bilhões de indivíduos são anualmente liberados após a captura. Na América do Norte, 60% dos peixes capturados são soltos.

De acordo com a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR, 2018), órgão do Governo do Amazonas cerca de 10 mil turistas praticam a pesca esportiva no Amazonas e injetam cerca de US\$ 6,6 milhões na economia local. Os turistas têm uma permanência média de quatro a sete dias e grande parte deles vem dos Estados Unidos, em torno de 95%. Entre os brasileiros, os paulistas são os mais assíduos na região, dispostos a pagarem cerca de R\$ 3,5 mil a R\$ 10 mil por pacotes turísticos.

Em Roraima, para grupo de 12 pescadores, com transfers terrestres, hospedagem no barco-hotel, serviços de alimentos e bebidas,

lavanderia diária e serviços gerais, licenças de pesca e guia especializado. Esse pacote será cobrado US\$ 4.790 e se o grupo for de 8 pescadores será cobrado o valor de US\$ 5.590, para o período de 7 dias (VITÓRIO, 2014).

CONFLITO DE PESCA

Santos, Ferreira e Val (2010, p. 67), “o crescimento da pesca na Amazônia, nas últimas décadas, tem gerado e agravado conflitos sociais entre grupos com diferentes capacidades de exploração.” Corroborado por Ruffino (2005) historicamente existe conflito de pesca em qualquer região onde a pesca tem importância e potencial suficiente para gerar demanda de usos múltiplos. Se por um lado os pescadores profissionais reivindicam o direito de exploração do recurso pesqueiro que tradicionalmente atendem as suas necessidades, dos quais, dependem a sua sobrevivência, em contrapartida, os pescadores amadores argumentam que o convívio das duas modalidades torna-se difícil na medida em que os pescadores profissionais capturam todos os peixes, inclusive retiram do ambiente os espécimes mais desejados pelos pescadores amadores, os grandes peixes (RUFFINO, 2005).

Em se tratando de conflitos na pesca, destaca que,

No Rio Negro, os conflitos de pesca observados estão relacionados a três fatores principais: 1) uso diferencial do mesmo recurso (pesca comercial e esportiva), 2) competição e/ou territorialidade pelos usuários do mesmo recurso (pesca artesanal e comercial ou pescadores urbanos e rurais), e 3) monitoramento (extratores e agências ambientais) (LEME e BEGOSSI, 2013, p. 80).

No estado de Roraima, em 2005, foi realizado um estudo denominado “Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento de Pesca Esportiva na região do baixo Rio Branco”, onde

constatou-se a existência de conflitos entre operadores de turismo, pescadores profissionais e a comunidade local, devido à dificuldade de gestão dos recursos por parte do poder público e órgãos ambientais (FILHO; ANDRETTA; NOGUEIRA, 2005). Freitas (2002) registrou que os conflitos e competições em rios da água preta entre pescadores comerciais e ribeirinhos é menor em rios de água branca. Para Leme e Begossi (2013) há registro de conflito envolvendo a pesca esportiva do tucunaré (*Cichla spp.*).

Segundo Petre (2014) ocorre forte conflito de interesse entre a pesca profissional e a amadora. Esse conflito é devido pela falta de políticas públicas que não buscam conciliar a prática das duas atividades, tratando-as como excludentes. A pesca amadora tem um forte *lobby* facilitando seu acesso aos meios de comunicações e acentua o viés das decisões políticas a seu favor.

O uso de recursos na região do baixo rio Branco envolve regras culturais e institucionais. Entretanto, o crescimento dos conflitos de acesso aos recursos pesqueiros, associado aos órgãos ambientais de fiscalização federal, estadual e municipal, turismo e grandes barcos pesqueiros (conhecidos como grandes geleiros), sugere que o sistema de manejo baseado no controle estatal precisa de mudanças estruturais que possibilitem maior autonomia e envolvimento das populações locais com o manejo e a conservação dos recursos naturais (LEME e BEGOSSI, 2013).

Sobreiro e Freitas (2008) experiências com acordos de pesca como forma de co-manejo, estão sendo discutidos como forma de gestão dos recursos pesqueiros para minimizar os conflitos na região no Médio rio Negro. Em Roraima, através da IN nº 180/2008, foi realizado o acordo de pesca no baixo rio Branco, no sentido de minimizar os conflitos entre os atores envolvidos nesse processo através da disciplina do uso dos recursos pesqueiros da região

(IBAMA, 2008). Aumento do número de pescadores e a escassez de áreas ricas em recursos naturais faz com que a pressão pelo uso dos estoques pesqueiros aumente a cada ano.

O Acordo de Pesca do baixo rio Branco, instituído através da Instrução Normativa nº 180/2008, objetiva a resolução dos problemas vigentes no baixo rio Branco, com normas de uso comum para a bacia. O Acordo é fundamentado em normas de uso compartilhadas entre os diversos atores que usufruem dos recursos naturais do estado e visa a resolução dos conflitos e a normatização das formas de uso do rio Branco e de seus principais afluentes, tais como: Zoneamento de áreas de pesca e definição de cargas de exploração pela pesca comercial. As disputas locais entre operadores de turismo e pescadores comerciais e de subsistência culminou com a publicação da Portaria FEMACT nº 01 de 2011. A referida define a capacidade suporte dos rios Água Boa do Univini, Itaparã e Xeruíni.

O conjunto dessas medidas de ordenamento e proteção da ictiofauna roraimense (DOERR, 2007) e de consequente implantação de um novo modelo de gerenciamento dos recursos pesqueiros do baixo rio Branco fez Roraima ingressar no contexto da pesca esportiva mundial (SILVA; LIMA, 2014). Tanto que estimulou e segue estimulando a criação de novas empresas regionais do turismo de pesca esportiva, melhorando a economia regional (VITÓRIO, 2014).

ARGUMENTAÇÕES

Na década de 1940, a pesca esportiva tinha como objetivo a briga do pescador com o peixe, e, posterior abate do peixe. A partir década de 1980 a pesca amadora/esportiva continuou aumentando no Pantanal do Mato Grosso do Sul, entretanto na década de 1990 com os movimentos ambientalista no Brasil, a pesca

esportiva veio sofrendo constante mudanças, atualmente a pesca esportiva continua sendo a briga do pescador com o peixe, porém com o objetivo de minimizar esse impacto, ocorreu a adoção do sistema *pesque-e-solte*, como uma forma de preservação da ictiofauna. Esse modelo de *pesque-e-solte* serviu de referência para os estados da Amazônia que adotaram essa técnica. A Amazônia assim como o Pantanal com sua vegetação exuberante e os seus rios caudalosos proporciona um ambiente perfeito para a prática da pesca amadora em suas diferentes modalidades.

O estado de Roraima, apresenta uma extensa rede hidrográfica, áreas naturais preservadas ideal para a pesca amadora/esportiva. Despertou o interesse do empresário do ramo de pesca esportiva, e assim surgiu as empresas operadoras de pesca esportiva: Ecotur Turismo, atualmente denominado Água Boa Amazon Lodge e o Itaparã pertencente ao mesmo proprietário, que com sua competência e habilidade identificou e dominou esse nicho de mercado com muito alcance e engajamento para atração do público estrangeiros, principalmente norte-americanos. A pesca é um dos hobbies favoritos dos norte-americanos. De acordo com *National Survey of Fishing, Hunting and Wildlife – Associated Recreation*, em 2016 foram gastos anualmente U\$ 46,1 bilhões em atividades diretamente ligadas à pesca esportiva, com mais de 35,8 milhões de pescadores esportivos licenciados, cuja demanda de serviços gera 1,2 milhões de empregos diretos.

Visando esse mercado dos pescadores esportivos estrangeiros, principalmente norte-americanos e brasileiros, adotaram a modalidade de *pesque-e-solte* como estratégia de negócios para esses empreendimentos, uma vez que o pescador estrangeiro valoriza muito a soltura do peixe vivo na água e não matar o peixe. Tal atitude de liberar o peixe vivo na água é uma maneira de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento das espécies sem risco de

extinção e também esse exemplar poderá ser fígado novamente no futuro. Através do *pesque-e-solte* na pesca esportiva constitui uma maneira de preservação das espécies de peixes, entre os quais, os peixes esportivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de pesca esportiva no Estado de Roraima iniciaram na década de 1990, com o passar do tempo, ocorreu surgimento das demais empresas de turismo de pesca esportiva na região do baixo rio Branco, tornando-se cada vez mais sólida essa atividade, tanto econômico como social, devido ao trabalho dessas empresas de pesca por meio da comunicação integrada de *marketing* como ferramentas capazes de atingir o público desejado com a eficiência pretendida.

Essas empresas desenvolveram um trabalho de consolidação da pesca esportiva na região, que culminou com a publicação em 2010, da Revista *Forbes*, que classificou o rio Água Boa do Univini, em Roraima como o melhor lugar no mundo para a prática da pesca esportiva, na modalidade de *Fly Fishing* superando países com muita tradição em pesca esportiva como: Canadá, Bahamas, Rússia, Chile, Nova Zelândia e Estados Unidos da América. Devido a essa mídia mundial e muita propaganda no Brasil e exterior nos sites das empresas operadoras de turismo de pesca que atuam na região.

A partir de 2010 a região do baixo rio Branco se destacou no cenário da pesca esportiva em número de empresas especializadas em turismo ecológico e em número de pescadores esportivos nacionais e estrangeiros, com o objetivo de pesca de lazer nos rios do Estado de Roraima.

O local escolhido foi devido a paisagem ainda ser quase inalterada com água transparente e elevado potencial pesqueiro apresentado por sua malha hídrica e especialmente a alta abundância de espécies adequada para a prática

da pesca esportiva, como os grandes tucunarés.

Mediante essa crescente demanda de pescadores esportivos que buscam a região, e, antecipando as informações necessárias para avaliar com precisão a sustentabilidade ambiental provocado pela intensa pesca na região. Diante disso, estimular o turismo ordenado com práticas de pesca esportiva sustentável, melhorar os serviços prestados pelos pilotos de barcos (conhecidos por piloteiro) e guias de pesca das comunidades ribeirinhas, através de capacitação profissional, além do envolvimento dessas comunidades locais nas atividades e na compensação ambiental proporcionando qualidade de vida e preservando seus sistemas fluviais existentes na região.

Conclui-se que o turismo de pesca esportiva na região do baixo rio Branco é um segmento muito importante para geração de renda e inclusão da comunidade ribeirinha na prestação de serviços ou nas vendas de produtos regionais para os turistas durante o período de pesca esportiva, que no estado de Roraima, ocorre de novembro a março do ano seguinte, período esse de maior visitação de turistas na região.

REFERÊNCIAS

- AMAZONASTUR, 2018. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/pesca-esportiva-vai-atrair-dez-mil-turistas-ao-amazonas/%20%3E>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- BARROCO, L. S. A.; FREITAS, C. E. de. C. A Pesca Esportiva na Amazônia: Implicações para a sustentabilidade dos aspectos pesqueiros e da atividade. *Scientia Amazonia*. v.3, n.2, 93-99. 2014. Revista one-line <http://www.scientia.ufam.edu.br>. Mai-Ago. ISSN: 2238.1910.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. - 2. ed. - Brasília: Ministério do Turismo. 2010. 58p.; 24 cm.
- _____. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0221.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.
- _____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 29 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.
- _____. 2008. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Superintendência de Roraima. Núcleo de Recursos Pesqueiros. Instrução Normativa nº 180/2008. Estabelece o Acordo de Pesca do Baixo Rio Branco. Boa Vista.
- _____. 2009. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Superintendência do IBAMA. Portaria nº 4 de 19/03/2009/IBAMA. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao Ibama e revoga as portarias que menciona.
- _____. Ministério da Pesca e Aquicultura. I Encontro Nacional da Pesca Amadora – I ENPA. Documento Final. Construindo a política da pesca amadora. Brasília, DF, 01 e 02 set. 2010. 28p.
- CATELLA, Agostinho Carlos. A Pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994-1999) / Agostinho Carlos Catella – Manaus, 2001. 351p.
- Caderno Nova Cartografia. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o

- Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 9 (set. 2014) – Manaus: UEA. Edições. 2014. v.: il.; 30 cm.
- CECCARELLI, Paulo Sérgio. Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos práticos. / Paulo Sérgio Ceccarelli, ...[et al]. – Brasília – Ibama, 2006. 52p. : il. Color.; 22 cm.
- COOK, S. J.; SCHRAMM, H. L. Catch-and-release science and its application to conservation and management of recreational fisheries. *Fisheries Management and Ecology*, 2007, 14, 73–79
- _____.; SUSKI, C.D. Are circle hooks an effective tool for conserving marine and freshwater recreational *catch-and-release* fisheries? *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 14, p. 229-326, 2004.
- CHAVES, Paulo de Tarso; FREIRE, Kátia Meirelles Felizola. A pesca esportiva e o *pesque-e-solte*: pesquisas recentes e recomendações para estudos no Brasil. *Bioikos*, Campinas, 26(1):29-34, jan./jun., 2012.
- DINELLI, Loren Caroline Ferreira. O Turismo de pesca esportiva na região do baixo rio Branco (RR) é sustentável? 2017. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Departamento de Ensino de Graduação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Boa Vista, RR. 2017.
- Fabichak, Irineu, 1923 – Pantanal – a pesca esportiva/ Irineu Fabichak. – 2. ed. rev. e atual. – São Paulo: Nobel, 1995.
- FABRI, J.B. 2006. Pesca. In DACOSTA, L. (org.) Atlas do Esporte no Brasil. CONFEEF, Rio de Janeiro, chap. 10; 9-12.
- FERREIRA, Efrem; ZUANON, Jansen; FORSBERG, Bruce; GOULDING, Michael; BRIGLIA-FERREIRA, Sylvio Romério. RIO BRANCO: Peixes, Ecologia e Conservação de Roraima. Gráfica Biblos. 2007. 201p.
- FILHO, Homero de Oliveira Salazar; ANDRETTA, Roald Antônio; NOGUEIRA, Elizabete Melo. Diagnóstico preliminar do potencial de desenvolvimento da atividade de pesca esportiva na região do Baixo Rio Branco, Estado de Roraima. Boletim Técnico-Científico do CEPNOR. Belém. v.5, n.1, p.173-195. 2005.
- FREITAS, C. E. C; RIVAS, A. A. F. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. Fonte. Ciênc. e cult. (São Paulo); 58 (3): 30-32. jul/ set. 2006.
- IBAMA. Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA. Brasília: IBAMA, 2001.
- ISSAC, Victoria, J.; Barthem, Ronaldo, B. Os Recursos Pesqueiros da Amazônia Brasileira. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, sér. Antropoli. 11(2), 1995.
- Junk, W.J.; Bayley, P.B.; Sparks, R.E.1989. The flood pulse concept in river-floodplain systems, p.110 - 127. In: D.P. Dodge [ed.] Proceeding of the International Large River Symposium. Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci. 106.
- LEME, A.; BEGOSSI, A. 2013. Uso de Recursos por Ribeirinhos no Médio Rio Negro. In: Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia – seg.edição / Organizado por Alpina Begossi – São Carlos, SP: RiMa Editora. 298p.
- MORAES, Maria Eugênia de Vilhena; MARTINS, Claudia Araújo de Menezes Goncalves. Turismo de Aventura: a atividade da pesca esportiva na bacia do rio Madeira – Amazonas. Revista Eletrônica Aboré. Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus – Edição 04 Dez/2010. p.108-120.
- NOGUEIRA, Elizabete Melo; GHEDIN, Leila Márcia. A pesca esportiva como suporte para o turismo de base legal no baixo rio Branco no estado de Roraima. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niteroi – RJ. 12 a 14 de abril de 2010.

PESCARIA BRASIL. Roraima é 1º no Ranking da revista *Forbes* para pescaria. Disponível em: <http://www.pescariabrasil.com.br/2010/11/05/roraima-e-1-no-ranking-da-revista-forbes-para-pescaria/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PESQUE-E-SOLTE. Informações gerais e procedimentos práticos. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais. Programa Nacional do Desenvolvimento da Pesca Amadora. Brasília, 2006.

PETRERE, JR., M. Pesque-solte: proteção ou dano para os peixes? *CIÊNCIA HOJE*, vol. 53, n. 317. p.16-19. Agosto 2014.

Robert B. Ditton; Stephen M. Holland; David K. Anderson. *Recreational Fishing as Tourism. Fisheries*. vol. 27. nº 3 (17-24). March 2002. Available at: www.fisheries.org.

Roraima. Governo do Estado de Roraima. Zoneamento Ecológico Econômico da região central do Estado de Roraima. Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio – SEPLAN. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Minas e Metalurgia. CPMR – Serviço Geológico do Brasil. Boa Vista, RR. 2002.

_____. Governo do Estado de Roraima. Lei Nº 516 de 10 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a pesca no estado de Roraima, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna, e dá outras providências. Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT/RR. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista. 2007.

_____. Governo do Estado de Roraima. Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima – FEMACT/RR. Portaria Normativa FEMARH nº 1 de 06/12/2011. Estabelece que na região do Baixo Rio Branco, (Rio Itaparã; Rio Água Boa do Univini; Rio Xeruiní), nos limites do território do Estado de

Roraima, fica permitido apenas a pesca amadora esportiva e a pesca de subsistência, ficando proibida as demais categorias de pesca. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista. 2011.

_____. Governo do Estado de Roraima. Zoneamento Ecológico Econômico da região central do Estado de Roraima - estudo técnico da Hidrologia do estado de Roraima. Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio – SEPLAN. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Minas e Metalurgia. CPMR – Serviço Geológico do Brasil. Boa Vista, RR. 2018. No prelo.

Ruffino, Mauro Luis. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia / Mauro Luis Ruffino.* – Manaus: Ibama. 2005. 135p.; 23 cm.

_____. Sistema integrado de estatística pesqueira para a Amazônia. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences* (2008) 3(3): 193-204.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; FERREIRA, Efremer Jorge Gondim; VAL, Adalberto Luis. Recursos Pesqueiros e Sustentabilidade na Amazônia: Fatos e Perspectivas. *Hiléia – Revista do Direito Ambiental da Amazônia*. n. 8. p. 43-77. 2010.

SILVA, E. I.; LIMA, I. B. O potencial econômico e turístico da pesca esportiva na Amazônia setentrional. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, p.779-804.

SIEPKER, M.J.; OSTRAND, K.G.; COOKE, S.J.; PHILIPP, D.P.; WAHL, D.H. A review of the effects of *catch-and-release* angling on black bass, *Micropterus* spp.: implications for conservation and management of populations. *Fisheries Management and Ecology*, 14, p. 91-101, 2007.

SOUZA, R. O. de.; GUTERES, L. F. dos R., BARROCO, L. S. A.; MONTEIRO, E. A.; FREITAS, C. E. de C. Pesca amadora/esportiva na Amazônia: potencial de desenvolvimento e análise de suas sustentabilidades ecológicas e econômicas. In: Silveira Edson Damas da (coord.) *Socioambientalismo de fronteiras: relações homem-ambiente na Amazônia.* / coordenação Edson Damas da Silveira, Serguei Aily Franco de

Camargo. / Curitiba: Juruá, 2014. 238p. – v. 3.

SOUZA, Robson Oliveira de. Capacidade de carga de pesca esportiva no Rio Água Boa do Univini na região do Baixo Rio Branco – Roraima - Brasil. / Robson Oliveira de Souza. Manaus-AM: UFAM, 2019.

157 f. il. Color 30 cm.

_____. Baixo rio Branco: o paraíso da pesca esportiva em Roraima, Brasil. In: Espaço geográfico e dinâmicas ambientais: usos e apropriação dos recursos naturais no Centro-Norte do Brasil. Anderson Pereira Portuguese / Carmem Lúcia Costa / Leda Correia Pedro Miyazaki (organizadores). Ituiutaba: Barlavento, 2020, p. 222- 243.

_____. Fotografe seu troféu. [recurso eletrônico] / Robson Oliveira de Souza e Carlos Edwar de Carvalho Freitas. Manaus: EDUA, 2021. 26 p. il. color.

SOBREIRO, T.; FREITAS, C.E.C. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília-DF, 2008.

VITÓRIO, L. de. S. Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, RS, 2014.

A Serra Grande de Caraumã, no Rio Branco: Notas sobre um marco natural e histórico de Roraima (séculos XVIII-XX)

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1064>



Prospecto da grande Serra do Caraumã, sobre a margem Oriental do Rio Branco, na distância de 91 léguas da sua foz.

André Augusto da Fonseca
Universidade Estadual de Roraima / UERR
<https://orcid.org/0000-0003-2747-3855>

Prospecto da grande Serra do Caraumã, sobre a margem oriental do Rio Branco; na distância de 91 léguas da sua foz, por José Codina, 1787 (FERREIRA, 1971).

RESUMO

Embora situada próxima à capital de Roraima, Boa Vista, a Serra Grande de Caraumã ainda se apresenta como uma área natural relativamente bem preservada, o que a torna uma atração turística local importante. Formação granítica com uma altitude de aproximadamente 900 metros, sobranceira a uma região muito plana de savanas com uma média de 80 metros, sempre foi um acidente geográfico notável na paisagem para todos os viajantes, tendo sido registrada em relatos de viagem pelo menos desde a primeira metade do século XVIII e fartamente representada na cartografia desde então. Do ponto de vista etnohistórico, este artigo utiliza a cartografia colonial e relatos de viajantes para reconstruir a trajetória de quase completo apagamento do topônimo de origem Carib (Caraumã, ou Karau-Tepö, incluindo o pico de Araraquara). Tida como área de potencial interesse econômico no período colonial por suas madeiras, aves ornamentais e caça, sede de comunidades Wapishana ancestrais como Malacacheta, Canauanin e Taba Lascada, a região adjacente à Serra Grande de Caraumã na primeira metade do século XIX era o lar de uma cultura mestiça de vaqueiros, antes mesmo da fundação de Boa Vista. A partir da segunda metade do século XX passou a abrigar, também, pequenos e precários projetos de colonização destinados à produção agrícola.

Palavras-chave: Roraima. Rio Branco. Cartografia histórica. Amazônia colonial. Toponímia. História da paisagem. História ambiental.

ABSTRACT

Although located close to the capital of Roraima, Boa Vista, the mountain known as Serra Grande de Caraumã still conserves a rich natural realm, which makes it an important local tourist attraction. It's a granitic formation with an altitude of approximately 900 meters, overlooking a very flat region of savannas with an average of 80 meters. Serra Grande has always been a notable geographic feature in the landscape for all travelers, having been recorded in travel reports at least since the first half of the 18th century and widely represented in cartography since then. From an ethnohistorical point of view, this paper uses colonial cartography and travelers' reports to reconstruct the trajectory of almost complete erasure of the Carib toponym (Caraumã, or Karau-Tepö, including the peak of Araraquara). Considered an area of potential economic interest in the colonial period for its woods, ornamental birds and game, home to ancestral Wapishana communities such as Malacacheta, Canauanin and Taba Lascada, the region adjacent to Serra Grande de Caraumã in the first half of the 19th century was home to a mestizo culture of cowboys, even before the foundation of Boa Vista. From the second half of the 20th century onwards, it also housed small and precarious colonization projects intended for agricultural production.

Keywords: Roraima. White River. Historical cartography. Colonial Amazon. Toponymy. Landscape history. Environmental history.



INTRODUÇÃO

Na planura dos campos gerais do rio Branco, cobertos pelo lavrado (denominação regional do cerrado), destacam-se algumas serras ou *inselbergs* de granito e basalto, testemunhos de um relevo muito erodido. Pontos de referência nos caminhos do lavrado por muitos séculos, cada uma dessas serras tinha um topônimo nas línguas locais, como o Macuxi e o Wapishana. Alguns desses topônimos ameríndios foram meramente traduzidos para o português, como a Serra da Moça – *Ulidishân-tepö* –, a Serra da Lua – *Kapoi-tepö* em Macuxi ou *Kayzdyky'u* em Wapishana (CARNEIRO, 2007; KOCH-GRÜNBERG, 2006) –, a Serra do Tabaco e a Serra do Mel. Mas alguns foram quase que completamente esquecidos em tempos recentes, como é o caso da mais alta dessas serras próximas à capital de Roraima, Boa Vista: a Serra Grande.

O etnógrafo Theodor Koch Grünberg, no início do século XX, ofereceu a etimologia Caribe do topônimo: a Serra Grande era, para os Macuxi, *Karau-tepö* (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 143). *Tepö* é serra e *karau* é o carão ou garça preta¹, seguindo-se daí que o topônimo original da Serra Grande se traduz como Serra da Garça Preta (figura 1). Por outro lado, *imã*, na verdade, é uma partícula aumentativa em línguas da família Caribe, como o Pemón (ARMELLADA; GUTIERREZ SALAZAR, 2007). É dessa forma que se formou o nome do Monte Roraima (*Roroimã*), por exemplo. *Karau-imã* parece, assim, ter dado origem ao topônimo Carumã para designar a Serra Grande, ou serra da grande garça preta.

A Serra Grande de Carumã mereceu a atenção de povos antigos, desde tempos imemoriais. Diversos sítios arqueológicos pré-coloniais já foram identificados ali (SILVA, 2020). Entretanto, depois da merecer a atenção dos viajantes e servidores da coroa no período colonial e de naturalistas e etnógrafos estrangeiros no período imperial, essa importante forma do relevo foi caindo em um relativo ostracismo.

A ERA DAS DEMARCAÇÕES

A partir de 1750, com o Tratado de Madri, a parte ocidental do estado do Grão-Pará começou a receber mais atenção da coroa portuguesa. Entretanto, a prioridade inicialmente era o rio Negro. Com a Guerra dos Sete Anos, o tratado foi denunciado, e somente em 1777 um novo acordo (Santo Idelfonso) seria celebrado. Nesse ínterim, um período de guerra não declarada entre Portugal e Espanha deu azo a tentativas de expansão por parte dos castelhanos tanto no extremo sul (ALDEN, 1961) quanto no extremo norte da América portuguesa. Rio Grande e a ilha de Santa Catarina foram ocupadas, enquanto no rio Uraricoera e no Tacutu destacamentos espanhóis tentaram fundar povoações, enfrentando resistência indígena. Como se sabe, uma expedição portuguesa foi organizada às pressas no rio Negro e foi bem-sucedida em expulsar os espanhóis em 1776 (HEMMING, 1990). Desse ponto em diante, diversos agentes régios, militares, geógrafos e cientistas buscaram elaborar propostas para o aproveitamento econômico do rio Branco, o que se intensificou com os trabalhos das comissões de demarcação na década de 1780.

Figura 1: Carão (*Aramus guarauna*)²



¹ *Aramus guaraúna*, também conhecida como carão, saracurão (no Rio Grande do Sul), Guaraúna (em Tupi) ou limpkin (em inglês), é uma espécie de ave que ocorre da Flórida até a Argentina e em todos os estados brasileiros. *Tepö*, significando serra, é do léxico Taurepang (Pemón), enquanto o vocábulo Macuxi equivalente seria na verdade *epíng*. Contudo, explicava Koch-Grünberg, os Macuxi que viviam em meio aos Taurepang usavam a palavra *tepö* como se fosse de sua própria língua (p. 138-139).

² <http://www.klimanaturali.org/2011/06/carao-aramus-guarauna.html>. Acesso em 10/4/2022.

Ainda em 1776, por exemplo, o então comandante da fortaleza de São Joaquim no rio Branco, Felipe da Costa Teixeira, procedeu ao exame da Serra do Caraumã, “por ser informado das muitas curiosidades que se lhe dizia que haviam nela”, mas parece não ter encontrado nada que os portugueses considerassem úteis (FERREIRA, 2007, p. 31).

Pouco tempo depois, os famosos exploradores e demarcadores Ricardo Franco de Almeida Serra (engenheiro) e Antônio Pires Pontes (astrônomo), em janeiro de 1781, subiram “n'ella com grande custo, e de cima vimos uma campanha de extensão indeterminavel aos olhos, e para Poente grandes montanhas que hão cortando o campo” (ALMEIDA, 1841). Assim como o desenhista José Codina, que acompanhou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em 1787, escreveram “Curumani” ou “Carumani” por Caraumã (figuras 2 e 3). Na viagem pelo rio Branco, depois de passar a foz do rio Mucajáí,

na distância de duas léguas, corre ao longo da margem oriental do Branco a sobredita serra de Curumani, que toda a manhã avistamos; as abas da serra quase que beijam a margem do rio; a serra é comprida e quem sobe rio acima vê que a sua cabeça é mais alta e pelo seu comprimento se vai pouco a pouco rebaixando, cheia de seixos e coberta de mato; pelas abas correspondem-lhe pequenos outeiros etc. e, do Mocajaí, quem observa a margem oriental vê por toda ela diversas cadeias de colinas e outeiros, mais e menos distantes da beirada do rio; dele para ambos os lados se vêem as mesmas. Fomos dormir defronte do meio [da serra de Curumani], no centro dela (FERREIRA, 2007^a, p. 14).

Figura 2: Prospecto da grande Serra do Caraumã, sobre a margem oriental do Rio Branco; na distância de 91 léguas da sua foz, por José Codina, 1787 (FERREIRA, 1971).

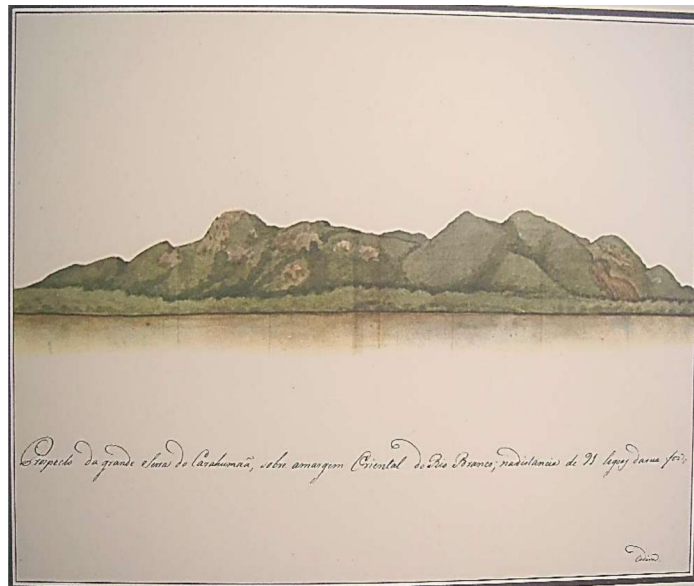


Figura 3: Detalhe do Plano geografico do rio Branco e dos rios Uraricaparã, Majary, Parimé, Tacutú e Mahu, c. 1781³



Alexandre Rodrigues Ferreira notou, nas fraldas dessa serra, a riqueza da caça, a profusão de árvores de paricá e a variedade de valiosos pássaros, cobiçados pela rainha D. Maria I. José Joaquim Freire, um dos desenhistas da expedição ou “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira, não pôde deixar de destacar a Serra de Carumani (Caraumã) em seu mapa (figura 4), da mesma forma que o matemático Simões de Carvalho (figura 5).

3 PONTES, Antonio Pires da Silva. Plano geografico do rio Branco e dos rios Uraricaparã, Majary, Parimé, Tacutú e Mahu, levantado por ordem do Ilmo. e Exmo. João Pereira Caldas... por Antonio Pires da Silva Pontes... e Ricardo Franco de Almeida Serra... [s.d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart206322/cart206322.jpg. Acesso em: 11 abr. 2022.

Figura 4: Detalhe da Carta geográfica do rio Branco ou Parimé e dos rios Caratirimani, Uararicaparã, Majari, Tacutú e Mahú que nelle confluem, 1787⁴



Figura 5: Detalhe da Carta do Rio Branco e suas confluente levantada e construída pelo Dr. em Matemática e Cap. Engenheiro, José Simoens de Carvalho, 1787⁵



É com esse nome (Caraumã ou suas variantes) que a Serra é representada em outros mapas do século XVIII⁶. O porta-bandeira Barata, em 1798, também chama a Serra de Carumã (BARATA, 1846).

EXPLORADORES NO PERÍODO IMPERIAL E REPUBLICANO

Na medida em que o rio Branco continuou sendo praticamente a única via de comunicação (além do distante canal Caciquire e do difícil rio Trombetas) entre o centro da Amazônia e as terras altas da Guayana espanhola/venezuelana e a bacia do Essequibo-Rupununi, pelo menos até a existência de um transporte aéreo regular na década de 1950 e uma rodovia na década de 1970, a Serra Grande de Caraumã dificilmente passaria despercebida para os viajantes que transitavam entre Manaus e a fronteira com os domínios britânicos na Guiana no século XIX e início do século XX.

Quando Robert Schomburgk andou pelo rio Branco, em 1838 (figura 6), confessou estar ansioso para explorar a Serra Grande, por causa de um suposto lago que existiria no cimo desse monte. Desde o relato setecentista de Nicolau Horstmann, em uma nota de rodapé do grande explorador, geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt, corriam boatos sobre um lago de água preta, que segundo os moradores dos arredores abrigaria até botos, a quase 900 metros de altitude. Schomburgk não conseguiu encontrar um guia para conduzi-lo até o cimo da serra, pois havia uma superstição de que todo aquele que a escalava sofria uma morte terrível logo em seguida (RIVIÈRE, 2006, p. 274-280). Como estrangeiro e com um olhar muito mais atento à alteridade cultural do que muitos dos viajantes luso-brasileiros que o antecederam, Robert Schomburgk observou também que as pessoas que viviam na região chamavam a Serra de Caraumã de “pai e mãe da chuva”, pois se não estivesse chovendo em nenhum outro lugar, certamente estaria chovendo perto dessa montanha.

4 FREIRE, José Joaquim. Carta geográfica do rio Branco ou Parimé: e dos rios Caratirimani Uararicaparã Majari, Tacutú e Mahú que nelle confluem. 1787. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 44,5 x 29,5cm em f. 47,2 x 32,3. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart511931/cart511931.html. Acesso em: 11 abr. 2022.

5 CARVALHO, José Simões de. Carta do Rio Branco e suas confluente levantada e construída pelo Dr. em Matemática e Cap. Engenheiro, José Simoens de Carvalho, na ocasião de exame que por ordem regia se executou... 1787. 1 mapa ms, desenho a tinta nanquim, 48 x 38cm em f. 59,8 x 50. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325607/cart325607.html. Acesso em: 11 abr. 2022.

6 Por exemplo, LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Carta geográfica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil. [193-?]. 1 mapa, cópia em ozalid, 136 x 150,1 cm. Escala [ca.1:3.820.000] Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530285/cart530285.jpg. Acesso em: 11 abr. 2022.

O naturalista foi apresentado, então, ao senhor André Miguel, “patriarca dos vaqueiros do rio Branco”, a quem todos recorriam em busca de conselhos e de conhecimento sobre a região. Fica claro então que nos arredores da Serra de Caraumã começava a se formar uma cultura mestiça de vaqueiros⁷ (figura 7), que se confundiam às vezes no modo de vida e na vida cotidiana com o efetivo militar do forte São Joaquim. O venerável André Miguel aceitou, então, guiar o grupo de Schomburgk para o cimo da serra.

Chegamos a um plano rochoso, inclinado no ângulo de cerca de 40° e bastante suave – ele nos oferecia, no entanto, as esperanças de uma bela perspectiva e, abandonando os sapatos, tentamos subir, e logo chegamos ao topo. A neblina ainda pairava sobre o vale, e apenas os cumes das montanhas Mocajahi, parecendo ilhas erguendo suas cabeças acima do oceano ondulante, eram visíveis. [...] Chegamos ao topo desta colina estávamos novamente num dos planos rochosos [...] notável por uma profusão de belas plantas e arbustos com ramos tortuosos. Nos limites das partes expostas da rocha, pode-se observar a maneira como esses planos estêreis são cobertos com a vegetação mais luxuriante. Líquens, samambaias [...] haviam se estabelecido em fendas onde uma umidade suficiente assegurava seu crescimento; este é o primeiro passo para a vegetação, e o solo vegetal sendo varrido das montanhas mais altas por cada torrente de chuva é aqui contido e se acumula com o tempo. As belas tribos de *Orchideae*, satisfeitas com pouco solo para seu sustento, surgem em seguida; de natureza semelhante são as *Bromeliaceae*, e a decomposição dessas plantas densamente entrelaçadas já produz solo suficiente para fornecer nutrição aos arbustos (RIVIÈRE, 2006).

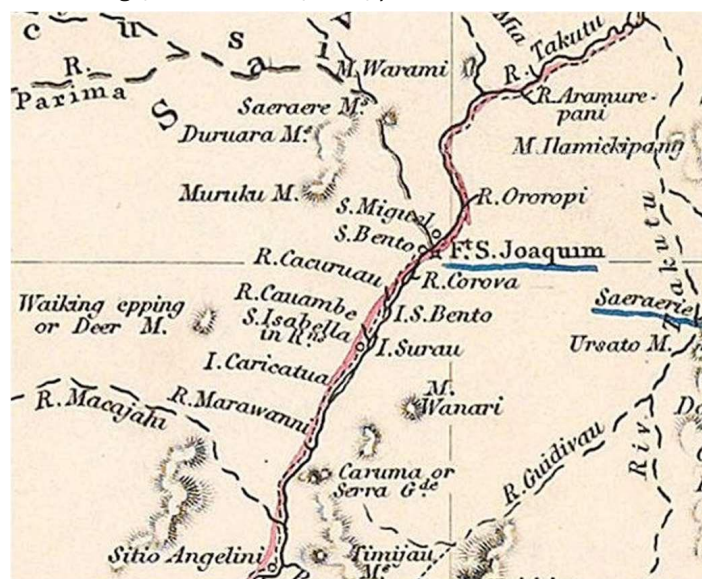
Graças ao conhecimento geográfico seu intérprete Pauxiana, chamado Sororeng, o naturalista alemão observou as serras e terras a

grande distância e foi informado de seus nomes, que utilizaria no detalhado mapa que elaborou depois:

Subi, no entanto, a uma das árvores com a bússola de Kater em minha mão e, tendo me acomodado o máximo que as circunstâncias permitiram, comecei a vasculhar a região circundante, e Sororeng, meu intérprete indígena, um pauxiano de nascimento, que está muito bem informado sobre a região, apontou-me as diferentes montanhas. (RIVIÈRE, 2006).

Depois de alguns dias de exploração pelo alto da serra, Robert Schomburgk concluiu que “um lago alpino estava fora de questão, e a água, que durante as torrentes de chuva desce aos borbotões, deve ter dado origem à fábula” (p. 288).

Figura 6: Detalhe do Mapa da Guiana elaborado por Robert Schomburgk, 1840 (RIVIÈRE, 2006, p. 234).



Na década de 1880, dois outros viajantes passariam por ali. Descrevendo a beleza do amanhecer no Cantá (na Comunidade Wapishana de Malacacheta), Henri A. Coudreau pintou com belas cores a região a leste da Serra de Caraumã em 1884:

O campo se transformava em um lago de ouro. As cordilheiras da Cachoeira, Conceição, Yauari, Cairí, de um azul

⁷ Essa cultura seria objeto de um interessante estudo etnográfico na década de 1960 (RIVIÈRE, 1972).

intenso, dourado nos pontos mais altos, nos roubavam os mistérios da Terra do Levante. O ar é fresco, o céu sorridente, os montes são nobres e solenes, a calma, a alegria de viver desce do alto. 'Caïmêne', me diz a jovem Deesuli. Ela tem razão: é muito belo, com efeito. Não há uma alma tão amargurada que não se sinta renascida aqui. Recomendo aos poetas elegíacos, se eles ainda existem (COUDREAU, 1886, p. 31).

Figura 7: vaqueiro do rio Branco (OURIQUE, 1906).



Em 1911, Theodor Koch-Grünberg assim se referiu a esse acidente geográfico, subindo o rio Branco:

em frente à outra margem ergue-se imponente a Serra do Caruman, rica, segundo me contam, de caça de toda espécie. É um segmento de depósitos graníticos, de vertentes escarpadas e agrestes, com direção geral S.E - N.O., que se ergue numa planície coberta de matas e alternada com campos (STRADELLI, 1889, p. 254).

Navegamos ao longo da bonita serra Aracuara, que se estende bem junto da margem esquerda. Ela constitui o sopé sudoeste do maciço de Carumã, de no mínimo mil metros de altura, também chamado de serra Grande, o símbolo do alto rio Branco. A serra vestiu uma capa de névoa. De suas encostas escarpadas cai água em quedas isoladas até o vale (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 39).

Apesar de próxima da então jovem vila de Boa Vista, a serra muito pedregosa e inapta para a pecuária não parecia ser objeto de disputas de terras no início do século XX, pois um acontecimento da época sugere que ainda eram terras sem muitos posseiros: pressionados pelos fazendeiros que controlavam o poder político em Boa Vista e em busca de refúgio para desenvolver o trabalho missionário, em 1917 os monges beneditinos pediram ao governo do Amazonas a concessão de “terras devolutas” na Serra Grande para a construção de uma escola prática no seu sopé⁹. E, com efeito, o viajante Joaquim Gondin encontrou ali, quatro anos depois, as instalações dos monges:

Logo no ano seguinte, o Conde Ermanno Stradelli pôde contemplar a Serra desde a boca do rio Mucajaí, na margem direita do rio Branco:

No século XX, pelo menos três fontes importantes denominam a serra (ou a parte mais alta do maciço de Caraumã) de Araraquara⁸ (GUERRA, 1957; KOCH-GRÜNBERG, 2006; OURIQUE, 1906), topônimo que parece estar esquecido atualmente. Jacques Ourique assim se refere a ela, no álbum oficial “O Valle do Rio Branco” (OURIQUE, 1906). Nessa obra, entre um conjunto de fotografias de George Huebner, figura o célebre retrato de um vaqueiro do rio Branco (figura 7), que seria por várias décadas a base para a representação desse tipo cultural (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005). Nessa altura, a cultura dos vaqueiros do rio Branco (com a qual conviveram os irmãos Schomburgk na década de 1840) já tinha se espalhado por grande parte da região dos campos (savanas), agudizando a violência contra os povos indígenas – completamente omitida na obra oficialista de Ourique, mas explicitada por etnógrafos estrangeiros (KOCH-GRÜNBERG, 2006) e pelo próprio patrono nacional da causa indigenista (RONDON; VIVEIROS, 2010, p. 496-500).

⁸ Araraquara significa refúgio das Araras em Tupi (SAMPAIO, 1987), o que indica a influência de viajantes falantes da Língua Geral Amazônica ou Nheengatu, já que não havia falantes nativos de Tupi no rio Branco.

⁹ Jornal A Capital, Manaus, ano 1, número 9, 24/7/1917, p. 1.

Acima de Caracaraí, no alto rio, o espírito do observador sente uma sensação indizível, com o desdobramento de novos cenários, e começa, então, a ver as primeiras cordilheiras, que, na plenitude do seu azul, parecem embeber-se no azul do céu mudo e impassível. Uma das maiores e a mais bela de todas é a Serra Grande, que fica à margem esquerda do rio, deixando rolar pelo seu leito coleante fios da água cristalina e belas catadupas que se despenham, com as chuvas, do cimo altaneiro, formando um labirinto original e simulando miragens de um encanto surpreendente. Ao sopé dessa serra, que fica a oitocentos metros acima do nível do mar, demoram o edifício principal, a capela e várias barracas da prelazia de Rio Branco, a cargo da ordem de São Bento. Esse lugarejo tende a progredir, dado o desvelo e a dedicação com que os missionários, aproveitando o concurso braçal de habitantes pobres, que ali vivem, procuram intensificar a lavoura com o aproveitamento das terras situadas na aba da cordilheira e fertilizadas pelas águas do rio (GONDIM, 2001, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que imaginava Joaquim Gondim em 1921, o estabelecimento dos beneditinos na Serra Grande de Caraumã caiu no olvido geral. Na década de 1950, o interesse oficial deslocou-se mais para leste, incentivando a colonização agrícola na Serra da Lua e na colônia Braz de Aguiar, que daria origem ao município do Cantá na década de 1980. Nessa época, as 80 famílias – na maioria migrantes de outros estados – que moravam na área de colonização denominada Serra Grande I e II (SANTOS, 2013) sofriam com o abandono, grande incidência de malária (Folha de Boa Vista, 26/7/1985, p. 3; 17/8/1992, p. 11), falta de água, remédios, combustível e máquinas agrícolas (Folha de Boa Vista, 25/5/1988, p. 3). Como em outras partes do estado, apesar da proximidade

de três importantes comunidades Wapishana, os vínculos históricos da Serra Grande de Caraumã com as culturas ameríndias foram apagados na segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, D. The Undeclared War of 1773-1777: Climax of Luso-Spanish Platine Rivalry. *The Hispanic American Historical Review*, v. 41, n. 1, p. 55-74, 1961.
- ALMEIDA, F. J. DE L. E. *Diário da viagem do Dr. Francisco Jose de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Para, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuyaba, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Na Typ. de Costa Silveira, 1841.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, H. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na *Revista Brasileira de Geografia* e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 13, n. 2, p. 21-72, dez. 2005.
- ARMELLADA, FR. C. DE; GUTIERREZ SALAZAR, FR. M. *Diccionario Pemón*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2007.
- BARATA, F. J. R. *Diário da viagem a Colônia Holandesa de Surinam, feita pelo porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios d’este Estado, em diligencia do Real Serviço*. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, v. VIII, p. 1-53, 1798 1846.
- CARNEIRO, J. P. J. A. *A morada dos Wapixana - Atlas toponímico da região indígena da Serra da Lua (RR)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- COUDREAU, H. A. *Voyage au Rio Branco aux Montagnes de la Lune au haut Trombetta (Mai 1884-avril 1885)*. Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard, 1886.
- FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica pelas capitânicas*

- do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Iconografia: Geografia e antropologia. [s.l.] Conselho Federal de Cultura, 1971.
- FERREIRA, A. R. Viagem ao Brasil: A expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. Tomo IV Vol. III. São Paulo: Kapa, 2007a.
- GONDIM, J. Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921. 2. ed. [s.l.] Edições Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- GUERRA, A. T. Estudo geográfico do Território do Rio Branco. [s.l.] Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.
- HEMMING, J. How Brazil acquired Roraima. *The Hispanic American Historical Review*, v. v. 70, n. 2, p. 295–325, 1990.
- KOCH-GRÜNBERG, T. Do Roraima ao Orenoco. São Paulo: Unesp, 2006.
- OURIQUE, J. O valle do Rio Branco. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1906.
- RIVIÈRE, P. *The Forgotten Frontier: Ranchers of North Brazil*. [s.l.] Holt, Rinehart and Winston, 1972.
- RIVIÈRE, P. *The Guiana Travels of Robert Schomburgk, 1835-1844: Explorations on Behalf of the Royal Geographical Society, 1835-1839*. Londres: Ashgate Publishing. Hakluyt Society, 2006.
- RONDON, C. M. DA S.; VIVEIROS, E. DE. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2010.
- SAMPAIO, T. *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo. Brasília: Editora Nacional. INL, 1987.
- SANTOS, N. P. D. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora UFRR, 2013.
- SILVA, W. F. L. E. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da UHE Bem Querer*. Boa Vista: Empresa de Pesquisa Energética, 2020.
- STRADELLI, E. Rio Branco: notte di viaggio. *Bolletino della Societa Geografica Italiana*, v. 3, p. 210–266, 1889.

A importância do estágio para a preparação do docente em Geografia: A experiência do Estágio Curricular Supervisionado III no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima IFRR, em Boa Vista-RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1087>



Dalto Alves
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-2033-9832>

Fachada do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima.

RESUMO

O presente artigo trata em apresentar sobre a experiência de estágio curricular supervisionado III realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR localizado no Bairro Pricumã em Boa Vista-RR nos turnos matutino e Vespertino no ano de 2019. O objetivo Geral é relatar a vivência, experiência e conhecimentos adquiridos nos quatro meses de estágio que ocorreram na Instituição com uma justificativa de caráter social, científico e de campo. A metodologia da pesquisa tem como foco os métodos científicos que serviram de base para a construção do manuscrito. O artigo está estruturado em etapas para poder melhor explicar como foi o período de estágio elaborado no Instituto. Os resultados obtidos ocorreram devido à experiência adquirida com as turmas trabalhadas para os alunos do ensino médio com seis turmas sendo duas de cada série analisando as comparações em relação aos estágios anteriores apontando as dificuldades, aspectos positivos, negativos e principalmente o conhecimento adquirido no período de regência na Instituição. O estágio curricular supervisionado III é um dos componentes curriculares do Curso de licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Roraima-UERR. A etapa de estágio foi desenvolvida nos meses de Março, Abril, Maio e Junho de 2019.

Palavras-chave: Geografia. Estágio. Ensino Médio.

ABSTRACT

This article is about presenting the experience of supervised curricular internship III held at the Federal Institute of Education Science and Technology of Roraima-IFRR located in the Pricumã neighborhood in Boa Vista-RR in the morning and afternoon shifts in 2019. The general objective is to report the experience, experience and knowledge acquired in the four months of internship that took place at the Institution with a social, scientific and field justification. The research methodology focuses on the scientific methods that served as the basis for the construction of the manuscript. The article is structured in stages in order to better explain the internship period developed at the Institute. The results obtained were due to the experience acquired with the classes worked for high school students with six classes, two from each series, analyzing the comparisons in relation to the previous stages, pointing out the difficulties, positive and negative aspects and especially the knowledge acquired in the period of regency in the Institution. The supervised curricular internship III is one of the curricular components of the Degree in Geography at the State University of Roraima-UERR. The internship stage was developed in March, April, May and June 2019.

Keywords: Geography. Internship. High school.



INTRODUÇÃO

O estágio de regência Curricular supervisionado tem como objetivo proporcionar ao acadêmico de graduação a oportunidade de conhecer a realidade do seu futuro local de trabalho que demonstra de uma forma bem objetiva e detalhada o cotidiano da caminhada profissional de um Professor na rede de ensino da educação básica seja no ensino Fundamental II ou no ensino Médio.

Assim como afirma (SANTOS & MORAES, 2017, p 2 & 3).

O estágio supervisionado tem o objetivo de proporcionar ao licenciado a vivência de diferentes formas de atuação no contexto escolar, visando favorecer o seu desenvolvimento profissional não só na dimensão da sala de aula, mas em todo o processo de formação escolar. O estágio Supervisionado é o momento em que o acadêmico tem a oportunidade de estar no ambiente escolar vivendo com os alunos e com os professores e adquirindo prática na docência.

O presente artigo vem apresentar sobre a experiência de regência adquirida durante o estágio Curricular supervisionado III realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR com início no mês de Março e término no mês de junho em que as séries que serviram de base para a elaboração do estágio foram 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio com duas turmas de cada série.

A metodologia da pesquisa se dá através de métodos científicos com autores que serviram de base para nortear as informações referentes à coleta de dados, “Em ciências método é a maneira, é a forma que o cientista escolhe para ampliar o conhecimento sobre determinado objeto, fato ou fenômeno.” (ZANELLA, 2013), ou seja, a metodologia é uma das etapas mais importantes na elaboração e descrição do artigo em que segue os parâmetros da pesquisa

científica.

A base da coleta de dados para a análise dos resultados na elaboração do manuscrito foi através da experiência adquirida durante os quatro meses de estágio em sala de aula na escola com a preparação dos planos de ensino, conhecimentos adquiridos na observação de regência, com os professores colaboradores e a base teórica com orientações dos mesmos e fundamentações com artigos e autores que serviram de base para apresentar a importância do estágio para o ensino de Geografia.

O artigo é fruto da disciplina Estágio Curricular Supervisionado III componente curricular obrigatório do sétimo semestre do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Roraima-UERR, realizado no período de 18 de março a 03 de Junho de 2019.

O artigo está estruturado em Resumo, Abstract, Introdução, o ensino de Geografia como componente Curricular para o ensino Médio na Educação Básica, análises dos Resultados, Conclusão, Referências Bibliográficas e a Metodologia da pesquisa que é o próximo item a ser apresentado a seguir.

METODOLOGIA

O seguinte tópico vem apresentar sobre os métodos científicos utilizados para a preparação do artigo e coleta de dados para a análise dos resultados adquiridos durante a pesquisa. Esta é uma das etapas mais importantes e necessárias na elaboração e construção do manuscrito.

O método científico utilizado foi o Dedutivo com um enfoque investigativo partindo da dedução de se buscar algo que é relatar a experiência de estágio realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR. “o método Dedutivo, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir desce para o

particular” (PRODANOV, 2013, P 27).

A abordagem da pesquisa tem um parâmetro Qualitativo que tem como base classificar as principais experiências adquiridas durante o estágio de regência no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR. “Na abordagem Qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”. (PRODANOV, 2013, p 70).

A metodologia do artigo tem como objetivo um caráter explicativo com o sentido de expor a experiência adquirida durante a regência na Instituição. “Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isto não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possa obter explicações científicas”. (GIL, 2002, P 42).

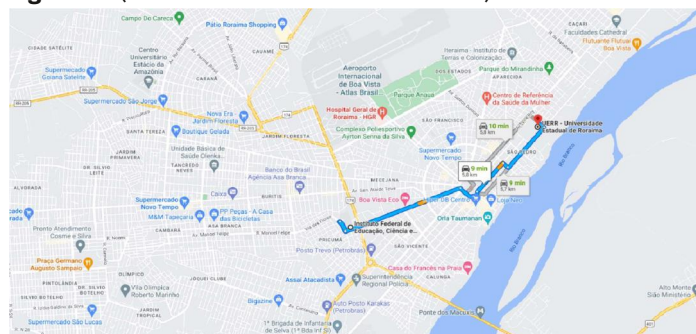
A ESCOLA CAMPO

De acordo com a observação de regência realizada em 2019 o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima o Campus Boa Vista está localizado na Av. Glaycon de Paiva N 2496 Bairro Pricumã próximo ao Viaduto Pery Cardoso Lago e ao lado da empresa Brasferro. É uma instituição de ensino superior, técnico-profissional e outras modalidades de ensino, tem cinco Campis distribuídos no estado de Roraima que são Campus Boa Vista (sede), Campus Boa Vista Zona Oeste, Campus Novo Paraíso (Caracarái), Campus Amajari, Campus Avançado Bonfim e também tem a Reitoria. O ensino médio é integrado ao Curso técnico que são Eletrônica, Eletrotécnica, Secretariado e Informática.

A boa estrutura do Instituto é bastante

diversificada com mais de três andares e com vários setores distribuídos de forma organizada e dinâmica para atender com boa qualidade os alunos e servidores da instituição. De acordo com o Google Maps, a distância do Instituto Federal até a Universidade Estadual de Roraima-UERR é de aproximadamente 5,8 Km de distância conforme ilustra o mapa abaixo.

Figura 01: (distância do Instituto até a UERR).



Fonte: Google Maps, organizado pelo autor, em 2022.

De acordo com o site oficial do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR localizada na seção acesso à informação na aba Histórico, (elaborada por FÁBIO SANTOS em 07 de novembro de 2014 e com última modificação em 01 de Julho de 2020) a história da Instituição se divide em cinco etapas: escola técnica de Roraima integrante da rede de ensino do Território Federal de Roraima, Escola Técnica de Roraima integrante ao sistema de ensino do estado de Roraima, escola técnica Federal de Roraima, Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima. Em que cada etapa explica como foi à história e desenvolvimento do Instituto.

Seguindo com o Histórico da Instituição a primeira etapa teve início em 1986 e inauguração em 1987 e contava com apenas dois cursos que era eletrotécnica e edificações as instalações funcionavam em dois blocos cedidos pelo magistério; a segunda etapa iniciou em 1989 com o parecer do Conselho Territorial de Educação que reconhece a escola técnica de Roraima e aprova seu regimento e as grades dos dois

cursos técnicos que eram ofertados naquela época.

Corroborando com o Histórico do Instituto a terceira etapa iniciou em 30 de junho de 1993, sob a lei 8.670, publicada no diário oficial da União 123 de 1º de Julho de 1993 pelo então Presidente Itamar Franco em que foi criada a escola técnica Federal de Roraima e em 1994 a escola implantou novos cursos através do programa de expansão de Cursos, em que implanta os ensinamentos técnicos em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental de 5º a 8º série.

Conforme informa a contextualização histórica do IFRR a quarta etapa foi iniciada através do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002 através da publicação no diário oficial da União com a transformação em Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima (CEFET-RR) oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior. O curso superior de Tecnologia em Gestão do Turismo foi o primeiro a ser implantado e em 2005 o governo Federal por intermédio do Ministério da Educação instituiu o plano de expansão nas unidades em Roraima com implantação em outras localidades no estado como o novo paraíso em Caracaraí no sul do estado e em 2007, outra unidade foi instalada sendo no Município de Amajari.

De acordo com o histórico da Instituição no dia 29 de dezembro de 2008 o então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei 11.892 e criou 38 institutos federais de educação ciência e tecnologia e a partir desta data o CEFET passou a ser chamado de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima IFRR com três campi localizados em Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011 com o programa de expansão foi criada outra unidade na zona oeste de Boa Vista.

Ainda seguindo o contexto Histórico do instituto o IFRR é uma instituição autônoma de

natureza autárquica, integrante do sistema federal de ensino. Tem organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, vinculado ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Tem como finalidade também ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades no intuito de qualificar cidadãos com vistas à educação profissional em diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional.

O ponto de identificação do Instituto é uma grande fachada com o nome da Instituição conforme ilustra a figura 02.

Figura 02: Fachada do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima.



Fonte: arquivo Pessoal, 2019.

De acordo com a observação de regência realizada em 2019 na Instituição no período de estágio, a estrutura do Instituto Federal é bastante ampla com diversos setores distribuídos de modo organizado e dinâmico para poder atender melhor os servidores, alunos e a população.

As salas de aulas para o ensino médio é bem próxima a direção de ensino que são 16 salas de aula sendo 5 para o primeiro ano, 6 para o segundo ano e 5 para o terceiro ano e no mesmo corredor tem a sala dos professores.

De um modo geral a estrutura do IFRR é bem diversificada e além dos setores já mencionados o Instituto também tem auditório, academia,

espaço de convivência, laboratório de Geoprocessamento, laboratório de informática, Coordenação de Educação à distância, sala de artes, coordenação de comunicação social, sala de reuniões, praça de alimentação, sala do Grêmio estudantil, almoxarifado, área de transportes, coordenação de gestão de pessoas, coordenação de projetos de extensão, depósito, salas de gabinete, salas de protocolos e arquivos, sala de copiadora e complexo de artes.

O Instituto também conta com muitas quadras poli esportivas como quadras de futsal, vôlei, basquete, Handebol, campo de futebol, atletismo, piscina para natação, apoio para outras atividades e modalidades de esportes. O Instituto contribui bastante para as modalidades esportivas como forma de incentivo aos alunos e servidores.

O Instituto busca fornecer o incentivo a pesquisa e as ciências, sendo a Geografia uma das mais importantes para o ensino e a forma como esta disciplina é trabalhada contribui constantemente para a formação dos discentes e é o próximo item a ser apresentado a seguir.

O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO COMPONENTE CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO MÉDIO

A Geografia é uma ciência de grande importância para o desenvolvimento intelectual, social, político e ambiental para os estudantes, docentes e pesquisadores é uma disciplina que apresenta uma diversidade de conhecimentos capazes de promover uma interação com a realidade em que os discentes convivem no espaço geográfico em que está inserido promovendo uma preparação e qualificação no desenvolvimento estudantil de cada discente.

De acordo com LEITE *et al.*, (2020, p 03).

A Geografia busca estudar a interação da sociedade em si e as transformações da natureza, estudar o espaço onde as pessoas vivem e a interação entre todos os elementos. Graças a Geografia é

possível entender as transformações do espaço e das relações do homem com a natureza englobando outros diferentes âmbitos. Tendo como foco principal da Geografia entender a dinâmica do espaço para ajudar no desenvolvimento das construções de ações do homem sobre si próprio. O homem deve buscar conhecer e compreender as formas de relevo, fenômenos climáticos, e as composições sociais.

Na educação básica a disciplina de Geografia tem um aprofundamento de assunto de acordo com o que é trabalhado nas séries. Para o ensino médio a Geografia traz uma abordagem de significado muito detalhado, diversificado e bastante importante para os discentes. É uma ciência que busca interagir os assuntos do que está ocorrendo no mundo atual e o espaço local da sociedade em que se está vivenciando.

Assim como afirma OLIVEIRA, (2017, P 03).

O Ensino de Geografia tem um enorme valor, pois procura mostrar ao discente que as dinâmicas expostas pelo espaço geográfico, se dão através de suas ações a partir do seu cotidiano, pois o ser humano é o principal transformador de tal espaço, da natureza, da construção e desconstrução da sociedade no geral.

De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) “a Geografia tem como objetivo compreender a dinâmica social e espacial, que produz, reproduz e transforma o espaço geográfico nas diversas escalas (local, regional, nacional e mundial).”, ou seja, a Ciência Geográfica irá buscar apresentar para os alunos uma diversidade de ações que possibilitem para que os mesmos tenham uma sensibilização do espaço em vários contextos de escalas para que eles tenham uma percepção do ambiente geográfico em que estão inseridos.

A etapa do ensino médio na educação básica apresenta aos alunos uma diversidade de conteúdos que se complementam e contribuem para o entendimento do que se é trabalhado em sala de aula durante o ano letivo. O ensino Médio

é uma fase de grande importância para os discentes, pois eles estão em uma etapa de descobrimentos e preparação em especial para os pré-vestibulares é um ensino com conteúdos mais avançados e aprofundados com temática em que se tem uma exigência e compromissos mais apresentados. A Geografia tem um papel fundamental na formação dos estudantes neste nível de ensino.

Assim como afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998 p 44).

A importância da Geografia no ensino médio está relacionada com as múltiplas possibilidades de ampliação dos conceitos da ciência geográfica, além de orientar a formação de um cidadão no sentido de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, reconhecendo as contradições e os conflitos existentes no mundo.

Cada série do ensino médio apresenta um contexto de conteúdos da disciplina de Geografia que apresentam uma grande importância para o preparo dos alunos. Durante o período de estágio percebeu-se que no 1º ano do Ensino Médio a Geografia é trabalhada com os conteúdos que envolvam a área física da Geografia como Cartografia, era do tempo geológico, estrutura da terra e formas de relevo.

Ainda seguindo a observação de regência percebe-se que no 2º ano do Ensino Médio a Geografia é trabalhada com contextualizações que apresentam o início da Industrialização no Brasil no mundo com um enfoque que aproxime temas como as revoluções industriais, a Geografia das indústrias e o espaço industrial brasileiro.

No 3º ano do Ensino Médio a Geografia aborda mais os conteúdos de Globalização e os fatores que geraram o mundo conectado bem como as origens da economia global, revoluções industriais e as principais formas de globalização no mundo. Sendo importante destacar que estes

conteúdos foram observados no final do primeiro bimestre e início do segundo, pois os demais bimestres têm conteúdos e assuntos mais aprofundados que contribuem para o desenvolvimento e crescimento intelectual dos alunos.

Corroborando com FILHA & JACAÚNA, (2017 P 02).

A Geografia enquanto disciplina escolar é configurada como um saber de caráter estratégico sendo útil não apenas para educar o cidadão, mas também para ajuda-lo a mudar suas maneiras de pensar o mundo, sua realidade e compreender seu meio e o mundo globalizado.

Percebe-se que a Ciência Geográfica é uma disciplina muito importante para o ensino médio e que as abordagens dos temas apresentam uma diversidade de conteúdos que contribuem para o crescimento do estudante em muitas esferas seja na sociedade, ambiente, política e espaço. No entanto percebe-se que a Geografia ainda tem um longo caminho a percorrer para que se busquem um aprofundamento mais detalhado e rico dos conteúdos que são trabalhados em sala de aula nas escolas da educação básica que seriam recursos materiais e didáticos bem como o apoio para pesquisa como incentivo ao conhecimento.

A análise dos resultados se dá através da experiência adquirida no período de estágio na Instituição com as seis séries do Ensino Médio que é o próximo tópico a ser apresentado a seguir.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A regência de estágio no instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia-IFRR teve início com a observação de regência no dia 02 de abril com a turma do primeiro ano e eles estavam em prova bimestral com assuntos voltados a cartografia, fusos horários e coordenadas

geográficas, a turma estava bem concentrada e resolvendo as questões da prova e em alguns momentos solicitaram orientação da professora e do estagiário para esclarecer algumas dúvidas da prova.

No turno vespertino a observação de regência foi com a série do terceiro ano e os alunos estavam em apresentação de seminários sobre os conflitos internacionais com exposição do material em Power Point (slides) e vídeos foram mais de quatro grupos com apresentações de até 8 minutos. No dia 03 de abril a observação foi realizada com uma turma do primeiro ano em que também estavam em avaliação, pois aquele período era época de prova e muitos Professores estavam aplicando para os alunos as avaliações bimestrais. A turma estava comportada e concentrada na prova.

No dia 04 de abril a observação foi realizada com a série do segundo ano e os alunos também estavam em fase de prova e o conteúdo abordado foi sobre sustentabilidade e meio ambiente, poluição e atuações governamentais sobre o assunto. Os dois últimos tempos de observação ocorreram com uma turma do terceiro ano em que os alunos também apresentaram seminários sobre os conflitos internacionais e cada apresentação teve um tempo de pouco mais de 10 minutos e mais os vídeos.

O estágio com as aulas a serem aplicadas se deram de fato no dia 09 de abril de 2019 com as duas séries do 1º ano do ensino médio em que foi trabalhado o assunto sobre escalas cartográficas e era o início do segundo bimestre, as turmas estavam bastante participativas e prestando atenção nas explicações dos conteúdos que eram trabalhados durante a aula pelo estagiário.

A primeira percepção que se tem do 1º ano é com alunos com uma pequena agitação e ainda com um pouco de comportamento do ensino fundamental, porém a curiosidade em conhecer

e a participação nas atividades é bem maior em comparação às demais séries do ensino médio.

Foram duas turmas do 1º ano em que os conteúdos trabalhados para eles de acordo com a ementa para o segundo bimestre foram: escalas Cartográficas (O que é Escala, Escala Numérica e Escala Gráfica), O Tempo da Sociedade e da Natureza (A História da Natureza Humana, Idade da Terra, Evolução e Escalas do tempo Geológico), Estrutura Geológica e Formas de Relevo (Ciclos da Rocha, Formação do Relevo a partir de Fatores Internos e Externos, bases físicas do relevo brasileiro, estruturas e classificações) e Roraima aspectos geológicos (Relevo, Solo, Hidrografia, Vegetação e Clima de Roraima).

As turmas do segundo ano eram de alunos com um pouco mais de comportamento em relação ao primeiro, porém a participação nas aulas é menor e não se têm muitas curiosidades em comparação às outras séries. São turmas que já se preocupam muito com o vestibular e o curso superior que pretendem almejar.

Os conteúdos trabalhados com as turmas do 2º ano foram Geografia da Indústria (Como se originou as indústrias, o cenário regional das indústrias e a organização das grandes potências mundiais), O espaço Industrial Brasileiro (o início do processo de industrialização no Brasil, a dinâmica das indústrias no Brasil), Fluxos e sistemas de transportes (os diversos tipos de transportes que existem e como contribuem para o desenvolvimento industrial).

As turmas do terceiro ano apresentavam um contorno de junção entre o primeiro e o segundo ano e se percebe certo clima de despedida do ensino médio. São alunos que também se importam muito com o vestibular e são bem participativos nas aulas com perguntas, comentários embasados no assunto e buscam formar opiniões.

Os assuntos trabalhados com os alunos do terceiro ano constituíram em: Globalização (o

início da Globalização no espaço mundial, contexto histórico), a formação da economia global, Primeira e Segunda Revolução Industrial, consolidação do capitalismo, fatores que determinam e caracteriza a economia global, Terceira Revolução Industrial, Flexibilidade geográfica das empresas, poder das transnacionais, economia emergente, reformas econômicas), Economia Global e trocas desiguais, economia mundial, início dos blocos econômicos, fluxos de mercadorias, comércio exterior e a integração global).

Corroborando com FILHA & JACAÚNA, (2017, P 06).

O ensino de Geografia pode favorecer aos alunos a compreensão ampliada da realidade, possibilitando a interferência de maneira mais consciente e propositiva. Mas para tanto se faz necessário que os educandos adquiram conhecimentos, dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos e que toda essa gama de informações seja utilizada de modo que se possa não apenas compreender as relações culturais e o funcionamento da natureza às quais, historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade circundante do seu município, de seu estado, de seu país e do planeta.

Um fator muito importante que se percebe do estágio no Instituto Federal é a quantidade de disciplinas que os alunos têm para estudar, pois se insere também com as disciplinas do curso técnico em que os discentes cursam e percebe-se que eles recebem um pouco de requisição em relação ao que estão estudando. Mas ao mesmo tempo os alunos têm uma estrutura muito boa para poder estudar com salas climatizadas, biblioteca bem estruturada com uma gama de acervos de livros, praças, sala de convivência, apoio psicológico, espaços bem equipados para atividades esportivas e incentivos a pesquisa, vestibulares e outras áreas do conhecimento.

De acordo com (QUEIROZ, 2015, P 07).

A disciplina de estágio supervisionado na graduação proporciona um contato, ainda que breve, com a realidade do professor entre a escola e o aluno. É um momento de preparação para que os acadêmicos, futuros profissionais, se deparem com a da sala de aula, encarando as dificuldades cotidianas da escola e as necessidades individuais de cada aluno.

A metodologia trabalhada durante a regência foi de aulas expositivas com utilização do livro didático e apresentação em forma de slides para todas as turmas sempre trabalhando os conteúdos das séries afins. Um dos principais aspectos positivos que se notou na regência foi o respeito que os alunos tiveram com o estagiário e a participação nas aulas com resoluções das atividades e pesquisas dos assuntos abordados, a colaboração dos professores também foi de fundamental importância para a realização da regência e diferentemente dos estágios I e II que era apenas um professor colaborador já no estágio III foram um professor para cada série, ou seja, três docentes com metodologias de aulas bem diferentes e muito enriquecedoras para o ensino.

Um dos aspectos negativos foram à demora na resolução da documentação para poder estagiar no Instituto o que delongou no início da regência por conta de algumas burocracias o que é normal e as algumas vezes as alterações nos horários e o nervosismo para se apresentar aos alunos.

Algumas dificuldades apresentadas foram na elaboração dos planos de ensino e planos de aulas que algumas vezes se tornavam difíceis de montar devido ao pouco tempo e quantidade de conteúdos. Fato é que estagiar no Instituto no início foi um grande desafio devido ao lugar que tem uma grande estrutura e alunos muito bem capacitados com argumentos e questionamentos bem preparados.

Em comparação aos estágios anteriores a

regência III foi bem mais intensa e impactante muito devido pelo número maior de turmas que aumentou a quantidade de quatro turmas para seis e a carga horária em sala de aula que aumentou de 60 para 90 horas aulas e por ser o ensino médio que trabalha com adolescentes e jovens de diversas realidades, ocupações e em comparação com a rede estadual a principal diferença é a estrutura e as oportunidades.

No entanto foi adquirido muito mais conhecimento e experiência com as aulas, participação, respeito dos alunos, orientação dos professores e colaboração do Instituto que foi de fundamental importância para que se pudesse fazer um bom estágio. Trabalhar no Instituto é uma grande meta, um sonho e realização para qualquer professor, pois muitos almejam trabalhar no Incrível Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

O estágio foi concluído no dia 03 de Junho com apresentações de seminários e fechamento dos conteúdos trabalhados no período de regência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto percebe-se que o estágio III foi bem mais impactante e extenso em comparação aos demais, porém foi mais enriquecedor de informações e experiências muito devido pela carga horária e quantidade de Professores colaboradores que não eram apenas um docente e sim três Professores.

Estagiar no IFRR foi um grande desafio por conta das cobranças e curiosidades que se tem que enfrentar gerando um nervosismo e ansiedade em trabalhar em uma grande Instituição de ensino, porém é muito gratificante e enriquecedor devido à estrutura, respeito dos alunos, contribuição dos servidores e oportunidades de crescimento que a instituição proporciona para seus servidores com o intuito

de valorizar o profissional com qualificações e valorização no trabalho em que exerce.

O estágio na formação do professor é de grande importância, pois é nele que se dá o primeiro passo para docência e deve ser aproveitado com muita seriedade, porém sem muita pressão para que os conhecimentos adquiridos sejam um norte para o crescimento do profissional em docência.

REFERÊNCIAS

FILHA. Maria de Fátima Rodrigues de Souza; JACAÚNA. Carmen Lourdes F. dos Santos; Análise das Contribuições do Ensino de Geografia para a Formação Cidadã dos Alunos do 3º ano do Ensino Médio na Escola Estadual Dom Gino Malvestio. Repositório Institucional, Universidade Estadual do Amazonas-Parintins, Amazonas, 2017 P 02 & 06.

GIL. Antônio Carlos; 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002, p. 42.

LEITE. João Paulo Angelo; SÁ. Leonardo Nogueira; FILHO. Gilson Brandão da Rocha; A Importância do Ensino da Geografia em sala de aula: Um Olhar sobre a Valorização da Prática Docente e a Aprendizagem. VII Congresso Internacional das Licenciaturas-COINTER PDVL. Recife, 2020, P 03.

OLIVEIRA, Anderson Matheus André de. O Ensino de Geografia no Ensino Médio: Uma Problematização. 1º ERESPP- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte-UERN, Editora Realize. Luiz Gomes-Paraíba, 2017, P 03.

Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. p 43 e 44.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.

2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, P 70 & 27.

QUEIROZ, Adriana Matias. A Importância do estágio Supervisionado na Vida Acadêmica e Profissional do estagiário. V Encontro de Iniciação à Docência da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Editora Realize. Paraíba, 2015, P, 07.

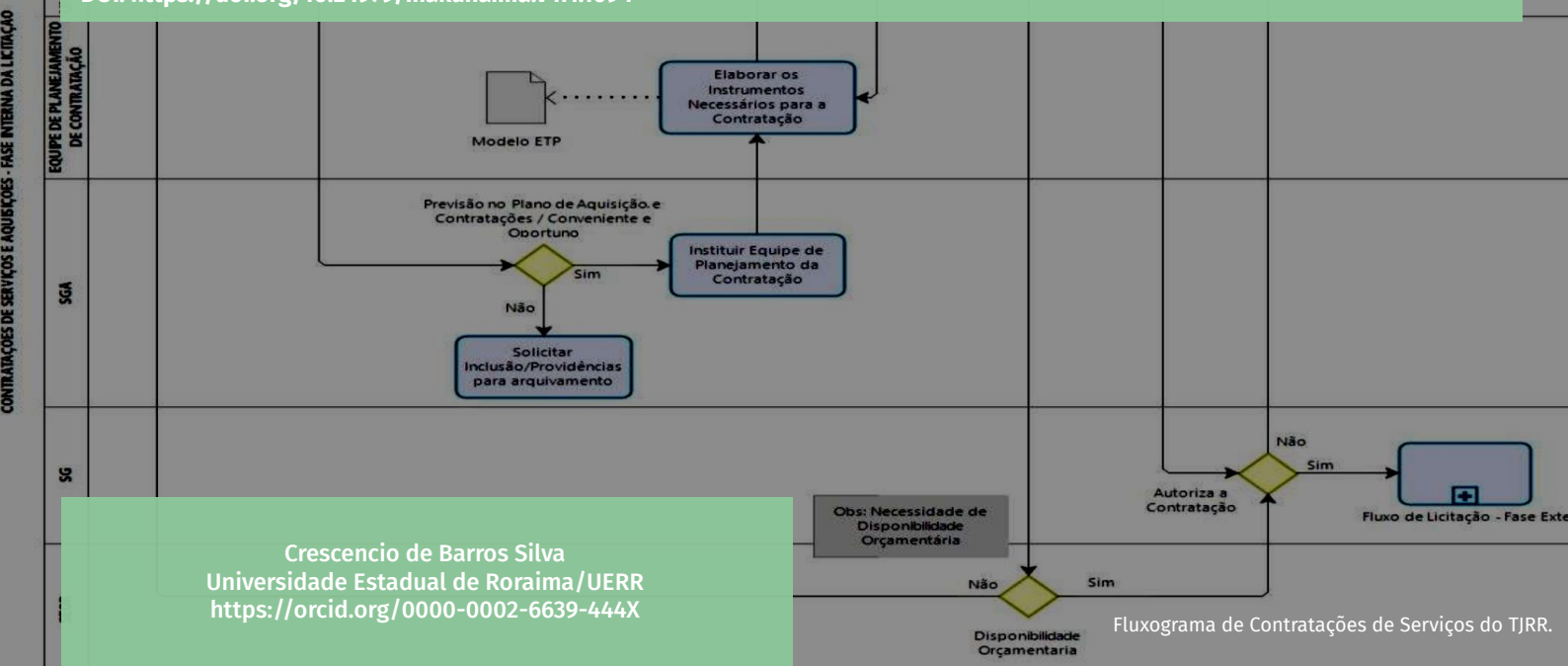
SANTOS. Aline Bezerra da Silva; MORAES. Isa Lucia; A Importância do Estágio Supervisionado do Ensino Médio para a Formação Inicial de Docentes. Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III SEPE Ética, Política e Educação no Brasil Contemporâneo. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis-Goiás, 2017, P 2 & 3.

SANTOS. Fábio Rodrigues; Contexto Histórico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR. Disponível em: [ifrr.edu. br/acessoainformacao/institucional/historico-1](http://ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1). Acesso em 25/06/2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de Pesquisa. – 2ª ed. Reimp. – Florianópolis-SC: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013, P 19.

Os riscos enfrentados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima nas exigências de documentos de habilitação em licitações

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1094>



RESUMO

A pesquisa se funda na problemática dos impactos das exigências de atestados de capacidade técnica/operacional nas licitações para prestação de serviços realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como possíveis falhas na redação do item que trata a solicitação de atestado de capacidade técnica/operacional no Instrumento Convocatório. Por seguinte o artigo visará dentre seus objetivos específicos: analisar as principais dificuldades na elaboração da redação, no instrumento convocatório da licitação, que trata sobre atestado de capacidade técnica; avaliar a diferença e o impacto, para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, do número de fornecedores de serviços habilitados para licitar com os grandes centros do país; e verificar as dificuldades enfrentadas pelos pregoeiros na análise das documentações de habilitação, com foco nos atestados de capacidade técnica/operacional e profissional. Diante do cenário apresentado, este artigo visou a melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima na solicitação de documentos de habilitação, mais especificamente de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional, bem como o conhecimento de possíveis medidas que podem minimizar os riscos e garantir o respeito ao princípio da competição no certame.

Palavras-chave: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Licitações. Atestado de capacidade técnica/operacional e profissional. Riscos.

ABSTRACT

A survey shows whether there are problems in the application of technical / operational attestation certificates in the bidding for services by the Roraima State Judiciary, as well as possible errors in the wording of the item dealing with the technical / operational attestation certificate in the Calling Instrument. . For example, in the following article, look at the main objectives: analyze as the main difficulties in the writing, no call for bid, which deals with attestation of technical capacity; assess the difference and impact, for the Judiciary of the State of Roraima, on the number of licensed service providers with major centers in the country; and verify the difficulties faced by users of the Judiciary of the State of Roraima in the analysis of the qualification documentation, focusing on the technical / operational capacity certificates. Given the scenario presented, this article aims at a better understanding of the difficulties faced by the Judiciary of the State of Roraima, in the application for qualification documents, more specific of the certificates of technical ability, as well as the knowledge of possible measures that may use the risks and ensure respect for the principle of competition in the event.

Keywords: Judiciary Power of the State of Roraima. Bids. Certificate of Technical/Operational Capacity. Scratches.



INTRODUÇÃO

A licitação foi o procedimento escolhido ao longo da evolução da Administração Pública como sendo o mais isonômico e impessoal para adquirir bens e serviços públicos, além de ficar adstrito a legislação do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, referente aos princípios basilares que a regem. Diante da necessidade de maior segurança às contratações públicas foi instituído pela Constituição Federal de 1988 o sistema de licitações atual existente no Brasil, de observância obrigatória para toda a Administração Pública.

Nessa seara, a Administração Pública busca conseguir, mediante licitação, selecionar a proposta mais vantajosa para o objeto de seu interesse, constituindo, portanto, o procedimento licitatório, como uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

No intuito da busca da melhor proposta e qualidade no serviço ofertado, os órgãos públicos utilizam com grande frequência, principalmente em contratações de serviços, a solicitação de atestados de capacidade técnica/operacional e profissional das licitantes. Nesse sentido, enfrentam grandes dificuldades em alinhar suas solicitações com a legislação, não deixando margem para exigências desarrazoadas, respeitando os limites que o legislador impôs à discricionariedade do gestor público na eleição de critérios relativos à qualificação técnica, tanto operacional quanto profissional, no momento da habilitação.

Não diferente dos demais órgãos públicos, o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima também encara de perto impasses nas exigências de qualificações técnicas e operacionais em suas licitantes, especialmente

em não deixar que suas exigências afetem os princípios da isonomia, competitividade, impessoalidade, moralidade, igualdade e, principalmente, da legalidade. A discricionariedade na elaboração das exigências dos atestados e o fluxograma atual do órgão são alguns fatores que contribuem para a problemática enfrentada pelo TJRR.

O artigo possibilitará o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima identificar pontos de fragilidade que merecem atenção, como: falta de definição de qual setor deve elaborar a exigência de atestado de capacidade técnica; falha nas redações das exigências; aprimoramento dos servidores.

A seguir, o presente artigo fará uma abordagem acerca dos assuntos supramencionados, partindo do entendimento sobre Administração Pública e Licitação. Em seguida, a problemática enfrentada pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima na formalização das exigências de atestados de capacidade técnica/operacional e profissional, bem como os tópicos investigados. Em um terceiro momento, observância aos princípios da legalidade e competitividade, tratando ainda de acórdãos e súmulas do Tribunal de Contas da União – TCU.

Assim, o resultado deste artigo possibilitará melhoras no fluxo das contratações do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, podendo contribuir com a identificação de novas possibilidades de ajustes, com definições mais precisas e claras sobre as competências dos setores envolvidos nos processos de contratações da Corte.

ANÁLISE TEÓRICA

Administração Pública e a Licitação

Para Chiavenato (2000) *“Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir, controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos”*. Tendo em vista que a tarefa básica da

administração ocorre por meio dos servidores públicos de maneira eficiente e eficaz.

Licitação é o procedimento administrativo para contratação de serviços ou aquisição de produtos peça Administração Pública. Segundo Marinela (2010):

“Licitação é um procedimento administrativo destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a Administração Pública. Esse instrumento estriba-se na ideia de competição a ser travada, isonomicamente, entre os que preenchem os atributos e as aptidões, necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir”.

A licitação foi introduzida no direito público brasileiro há mais de cento e quarenta anos. Porém somente a partir de 1988 a licitação recebeu status de princípio constitucional, de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (CARVALHO FILHO, 2011).

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Licitação é obrigatória para toda Administração Pública, seguindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo.

A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece as Normas Gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (MEIRELES, 2007).

Cabe ressaltar que não só a lei regulamenta a Licitação existem instruções e orientações complementares, inclusive o edital, que pautam sobre os procedimentos necessários à elaboração de um Processo Licitatório,

vinculando a administração e os licitantes a todas as suas exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento (MEIRELES, 2007).

Importante ressaltar, ainda, que compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e para empresas públicas e sociedades de economia mista. O Distrito Federal e os Municípios possuem competência residual e supletiva para legislar sobre a matéria.

Na Lei que rege a licitação, encontram-se os termos do edital que é, sem dúvida, a base do processo licitatório e do contrato administrativo. Como corolário, não se pode exigir ou decidir além ou aquém dessa norma, ou seja, a Administração deve e têm que acatar, fiel e rigorosamente, os termos estabelecidos no edital. Assim, se de alguma forma o edital de um determinado processo licitatório deixa de ser observado em qualquer aspecto, ou ainda se é acrescentada a esse processo uma exigência não contida no edital, poderão as empresas concorrentes buscar, administrativa ou judicialmente, a depender do caso, a correção e/ou retratação do erro cometido no decorrer da licitação, pois de algum modo maculou-se a lisura do processo administrativo (DI PIETRO, 2009).

A legislação estabelece para que se possa alcançar o devido cumprimento pela Administração pública do que foi determinado no edital, respeitando os limites da lei de licitações e contratos administrativos, o particular tem como principal aliado o recurso administrativo, as medidas cautelares, meios legalmente previstos, através dos quais se requer a reforma da posição adotada pela Administração pública, com a qual se sente prejudicada a empresa concorrente (MEIRELES,

2007).

A doutrina jurídica ressalta os casos de Licitação dispensada é aquela que a própria lei a declarou como tal (artigo. 17 I e II, com as alterações introduzidas pela MP 335, de 23.12.2006, e artigo 2º, §1º, III, da Lei dos Consórcios – Lei 11.107/2005).

O artigo 17 da Lei nº 8.666/93 apresenta, ainda, o § 2º do mesmo artigo, que dispõe sobre a possibilidade de licitação dispensada quando a Administração conceder direito real de uso de bens imóveis, e esse uso se destinarem a outro órgão ou entidade da Administração Pública.

É essencial compreender que os casos em que a licitação é “dispensada” com os casos em que a licitação é “dispensável”. As hipóteses em que a licitação é “dispensada” são aquelas em que, por interesse público, há a ausência de necessidade de competição para a contratação do objeto, tratando-se de ato vinculado; enquanto os casos de licitação “dispensável” há viabilidade de competição, entretanto o legislador flexibiliza permitindo que, em determinadas situações, a Administração contrate sem a obrigatoriedade constitucional de licitar, ou seja, trata-se de ato discricionário (CARVALHO FILHO, 2011).

Vale destacar desde já, que a Administração Pública não está dispensada da licitação, como ocorre nas hipóteses do artigo 17. A dispensa não se opera automaticamente, *ex vi lege*, ainda que os fatos se enquadrem em uma das hipóteses arroladas nesse artigo. Tal dispositivo apenas prescreve que a licitação é dispensável. Por conseguinte, à Administração Pública cabe ajuizar, a cada caso, da convergência e oportunidade da dispensa. Nessas hipóteses a entidade obrigada a licitar tem uma faculdade, não obrigação (GASPARINI, 2007).

Encontram - se os casos em que a licitação é dispensável no rol taxativo do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Cumpre alertar que nos casos em que há ausência de licitação, não significa que a

Administração Pública deva contratar sem observar estritamente as formalidades administrativas.

A contratação direta se submete a um procedimento administrativo, como regra. Ou seja, ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades são imprescindíveis. Somente em hipóteses-limite é que a Administração estaria autorizada a contratar sem o cumprimento dessas formalidades. Seriam aqueles casos de emergência tão grave que a demora, embora mínima, pusessem em risco a satisfação do interesse público (JUSTEN FILHO, 2004).

Nas etapas iniciais, a atividade administrativa será idêntica, seja ou não a futura contratação antecedida de licitação. Em um momento inicial, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratada, inclusive adotando providências acerca da elaboração de projetos, apuração da compatibilidade entre a contratação e as previsões orçamentárias. Tudo isso estará documentado em procedimento administrativo, externando-se em documentos constantes dos respectivos autos (JUSTEN FILHO, 2004).

Em síntese deve a Administração Pública em todos os processos licitatórios seguir criteriosamente previsão legal da Licitação através da Lei nº 8.666/93, bem como a Constituição Federal de 1988.

Problemática enfrentada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima na formalização das exigências de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional.

Atestados de capacidade técnica-operacional e profissional.

O eminente doutrinador Marçal Justen Filho em sua obra Curso de Direito Administrativo afirma, de maneira peremptória, que:

“A qualificação técnica é a comprovação documental da idoneidade técnica para execução do objeto do contrato licitado, mediante a demonstração de experiência anterior na execução de contrato similar e da disponibilidade do pessoal e dos equipamentos indispensáveis.” (JUSTEN FILHO, 2015)

Assim, resta a compreensão que tais medidas visam resguardar a administração pública a fim de que o serviço doravante contratado seja executado de forma fidedigna ao que preconiza o instrumento convocatório, em obediência ao princípio da continuidade do serviço público.

Quando se fala em habilitação técnica, toca-se num ponto crucial da licitação, posto que a constituição federal no seu artigo 37, inciso XXI, não proíbe as exigências de qualificação técnica, entretanto reprime exigências desnecessárias ou inadequadas, vejamos:

Art. 37, XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Brasil, Constituição Federal de 1988).

Resta evidente que o texto escrito na Carta Magna trata-se, então, de uma norma de eficácia limitada, visto depender de lei superveniente

para regulamentá-la. Nessa esteira, por conseguinte, veio o amparo infraconstitucional sob a égide do art. 30, inciso II, §1º e inciso I, da Lei nº 8.666/93, que rege licitações e contratos administrativos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações permanentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (BRASIL. Lei nº 8.666/93).

Isto posto, notório é ressaltar que a regulamentação da Lei geral de licitações trouxe mais segurança no que tange à contratação de obras e serviços no âmbito da administração pública federal, vez que, se constante nas regras

editais, as empresas licitantes devem apresentar qualificação técnica comprovada por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando, dessa forma, que a empresa concorrente do certame tem aptidão para a execução de serviços e/ou obras objeto da licitação.

Apesar de a Lei nº 8.666/93 abranger quesitos importantes para comprovação de aptidão para atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, tais como: características, quantidades e prazos; ela, a Lei, abordou de maneira lacônica tais quesitos e não estabeleceu critérios determinados, isto é, critérios objetivos de aceitação dos atestados.

Fluxograma de contratações do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima instituiu, por meio da Resolução n.º 29, de 08 de outubro de 2015, o Portal Simplificar, que viabiliza constante aprimoramento dos processos de trabalho das áreas judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

Segundo Slack (2001), o fluxograma é uma ferramenta fundamental tanto para o planejamento (elaboração do processo) como para o aperfeiçoamento (análise crítica e alterações) do processo, pode ser utilizado no planejamento de projetos, na documentação de processos, no estudo de melhorias de processos, no desenvolvimento da comunicação entre as pessoas envolvidas na execução e compreensão de como o processo é executado.

A ferramenta é muito utilizada pois contribui de forma impactante na gestão de um processo. As principais vantagens na utilização do fluxograma são: facilitar a visualização do processo/projeto como um todo, identificar oportunidades que contribuam para otimização do processo, identificar riscos, falhas e processos que não agregam valor, ajuda na elaboração das

atividades e tarefas.

Porém a ferramenta também pode apresentar desvantagens se não estiver muito bem elaborada, tais como:

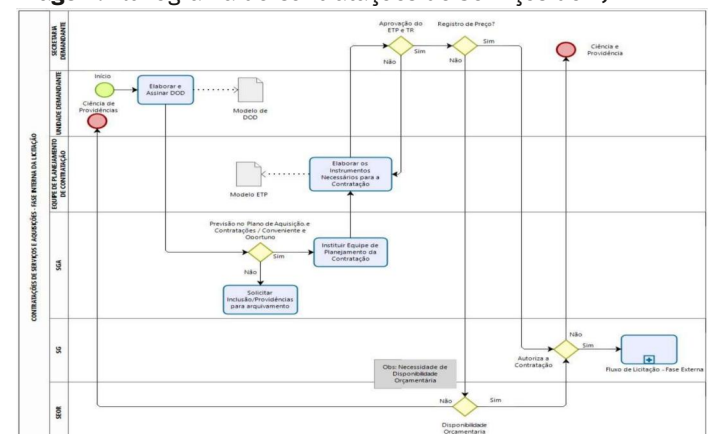
- Tomada de decisão errada por falta de clareza;
- Não identificação de possíveis informações relevantes;
- Oferece riscos para a concretização dos processos; e
- Duplicidade de processos.

Portanto para que a utilização de um fluxograma seja um fator crítico de sucesso na gestão de projetos/processos, é essencial que responsáveis pela sua elaboração os conheça totalmente.

Nesse caminho, o Poder Judiciário do Estado de Roraima enfrenta dificuldades ao exigir atestado de capacidade técnica-operacional, até mesmo na elaboração da redação da solicitação na fase interna da licitação, pois conta com uma estrutura organizacional que respeita um fluxo das contratações, ficando a atribuição de elaborar o texto a cargo dos setores demandantes, por força do pensamento de que é a área que possui o conhecimento necessário do objeto a ser licitado.

A imagem abaixo apresenta o fluxograma de contratações de serviços do TJRR:

Imagem: Fluxograma de Contratações de Serviços do TJRR



Fonte: Portal Simplificar - TJRR

Pelo fluxograma acima é possível notar que a competência de elaborar os Estudos Técnicos Preliminares das contratações é da equipe de planejamento da contratação, que é composta por um integrante técnico, integrante administrativo e integrante demandante.

Notadamente, no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, fica a cargo do integrante técnico a elaboração da parte técnica que envolve a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares. Porém, não é uma definição no fluxograma sobre essa competência, mas sim um entendimento informal entre os gestores do órgão para que funcione dessa maneira.

Diante desse cenário, o integrante técnico é parte ajudadora no procedimento de contratações por conhecer a área da contratação de forma técnica, mais precisa, pois trabalha na área fim do objeto a ser licitado. Todavia, por não trabalharem diretamente com licitações, os integrantes técnicos apresentam grandes dificuldades nas elaborações das exigências de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional, pois não possuem conhecimento jurídico que envolve licitações.

Assim, por muitas vezes, as redações das solicitações de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional contidas nos Estudos Técnicos Preliminares apresentam falhas, com condições até mesmo ilegais. Com isso, os atrasos nas contratações ocorrem, pois, em análises e pareceres realizados pelo núcleo jurídico administrativo da Corte, as correções são exigidas.

Com a falta de delimitação clara no fluxograma sobre as competências de cada membro da equipe de contratações, bem como a de conhecimento dos integrantes técnicos no corpo das contratações, o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima apresenta dificuldades em elaborar disposições sobre atestados de capacidade técnica-operacional e profissional de forma clara e correta sem grandes problemas.

Posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU acerca da exigência de atestado de capacidade técnica-operacional.

Conforme a sistemática adotada pela Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar a qualificação técnica dos licitantes, com o objetivo de aferir se dispõem de conhecimento, experiência e aparelhamentos técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II. A experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Não obstante o silêncio legal, o TCU reconheceu, por meio da publicação da Súmula nº 263, que:

“para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” (Brasil, Súmula n.º 263 – TCU).

No que diz respeito à qualificação técnico-profissional, a Lei de Licitações, no § 1º, inc. I, de seu art. 30, dispõe que a licitante deverá demonstrar:

possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução

de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos. (Brasil, Lei n.º 8.666, de 21 de julho de 1993).

Tomada a disciplina legal em sua literalidade, a compreensão seria pela impossibilidade de a Administração estabelecer quantitativos mínimos para fins de aferição e comprovação da qualificação técnica profissional. Contudo, essa conclusão baseada na simples literalidade da Lei nº 8.666/93 vem sendo relativizada pelo Tribunal de Contas da União.

Segundo essa linha de interpretação, a vedação não alcança a fixação de quantitativos relativos à experiência pregressa a ser avaliada para fins de aferição de sua qualificação técnico-profissional, mas impediria o estabelecimento de um número mínimo de atestados para gerar essa comprovação.

Com base nesses argumentos, concluiu o TCU que a melhor interpretação a ser dada ao dispositivo é a que permite a exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos relativamente à comprovação de qualificação técnico-profissional. Mas, ao mesmo tempo, a Corte de Contas também adverte que cumpre ao administrador, diante de cada caso, examinar a natureza do objeto a ser contratado e avaliar se a fixação dessa condição se mostra necessária para aferição da qualificação técnico-profissional.

Em consonância com essa ordem de ideias, o TCU determinou, no Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário, que a unidade jurisdicionada,

em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes (art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93), apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a

exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame. (Brasil, Acórdão nº 3.070/2013 – Plenário).

Com base nesses precedentes, de acordo com a jurisprudência do TCU, é possível exigir quantitativos mínimos para fins de qualificação técnica operacional e profissional. Para tanto, cumpre à Administração apresentar motivação capaz de evidenciar que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista de todo o exposto, resta claro que o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima encontra percalços na exigência de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional pelo seu corpo de servidores, diante da discricionariedade evidente nas solicitações mínimas desse tipo de documentação.

A ausência de delimitação clara das competências de cada parte integrante dos processos de contratações do órgão no fluxograma acaba por apresentar uma dificuldade aos envolvidos nas contratações. Balizar no fluxograma todas as competências, deixando claro as responsabilidades de cada setor e de seus integrantes possivelmente ajudaria a elucidar os pontos fracos de cada participante, bem como dos setores.

A capacitação de servidores deve ser prioridade de cada gestão. Oferecer treinamentos adequados aos funcionários traz melhorias na produtividade da organização. Isso acontece porque a partir das capacitações os servidores adquirem habilidades teóricas e técnicas imprescindíveis para a sua atividade profissional.

Licitações é uma das áreas mais extensas do direito administrativo brasileiro, sendo

atualizada no ordenamento jurídico do país constantemente. Fruto disso, a busca pelo conhecimento das pessoas que trabalham neste ramo deve ser permanente, de modo a sempre estar alinhado às legalidades das leis brasileiras.

Nesse sentido, o 'gasto' do órgão com capacitação dos seus servidores passa a ser um investimento, resultando em economia de tempo nas produções dos processos, afimco no conhecimento atualizado, bem como aumento do potencial de entrega de bons resultados.

Sem pretensão de esgotar o tema, o presente artigo objetivou estudar as dificuldades enfrentadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima nas solicitações de atestados de capacidade técnica-operacional e profissional, bem como encontrar possíveis situações que contribuem para os problemas já citados, para que se tenha um conhecimento basilar com base na lei, doutrina, jurisprudência e cultura.

Portanto, desenvolver melhor o fluxo de contratações, delimitar de forma clara as atribuições de cada integrante participante dos processos de contratações, bem como capacitar os servidores dos setores por onde os processos de contratações tramita, são ações que, possivelmente, trarão melhorias consideráveis nas elaborações das exigências dos atestados de capacidade técnica-operacional e profissional nas licitações do órgão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 24 set. 2019.
- BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão n.º 32/2011. Plenário. Súmula n.º 263. Relator: Ubiratan Aguiar. Sessão 19/01/2011. Brasília, DF. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/sumula/sumula%2520263/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse>. Acesso em: 20/11/2019.
- BRASIL, Tribunal de Contas da União. Acórdão n.º 3070/2013. Plenário. Relator: José Jorge. Brasília, DF. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=6818117>. Acesso em: 20/11/2019.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual do Direito Administrativo, 24. ed. Revista, Ampliada e Atualizada até 31.12.2010: Lumen Juris, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo, 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2007.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10. ed. Brasília: Dialética, 2004.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Reivsta dos Tribunais: Impreta, 2015.
- MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo, 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SLACK, Nigel et al. Administração de Produção. São Paulo: Atlas, 2002.

A ferrovia e os corpos hídricos: Os potenciais impactos socioambientais no caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no Estado da Bahia, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1097>

Marina Nóbrega Gonçalves
Universidade Católica do Salvador/UCSal
<http://lattes.cnpq.br/569532170447729>

Moacir Santos Tíno
Universidade Católica do Salvador/UCSal
<http://orcid.org/0000-0001-9361-2695>

Biomas do estado da Bahia e Ferrovia Integrativa Oeste-Leste (FIOL).

RESUMO

Este artigo buscou identificar os potenciais impactos socioambientais da construção da Ferrovia Integrativa Oeste-Leste (FIOL) nos corpos hídricos em seu trecho no estado da Bahia, adotando o caminho metodológico da revisão sistemática à luz do pressuposto que, a cada avanço dado no campo do dito desenvolvimento, resultou também, de alguma maneira, em agressões ao meio ambiente, principalmente os recursos hídricos. Através do estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, estudos realizados em obras semelhantes e relatos de casos já divulgados no recorte FIOL, pode-se criar um panorama dos impactos socioambientais que já foram identificados e uma previsão dos que ainda poderão ser causados pela implantação da FIOL nos recursos hídricos no estado da Bahia. Dentre os estudos aqui apresentados, foi notável a ausência de dados claros a respeito dos impactos de obras ferroviárias no meio ambiente e seus recursos hídricos, e os poucos que abordam em referência dos impactos socioambientais não tem como objeto central à água em sua problemática.

Palavras-chave: Meio antrópico; Meio abiótico; Desenvolvimento; Identidades territoriais.

ABSTRACT

This article sought to identify the potential social and environmental impacts of the construction of the West-East Integrative Railroad (FIOL) on water bodies in its stretch in the state of Bahia, adopting the methodological path of systematic review in light of the assumption that, with each advance made in the field of said development, also resulted, somehow, in aggressions to the environment, mainly water resources. Through the environmental impact study, environmental impact report, studies carried out on similar works and case reports already disclosed in the FIOL clipping, it is possible to create an overview of the social and environmental impacts that have already been identified and a forecast of those that may still be caused by implementation of FIOL in water resources in the state of Bahia. Among the studies presented here, the absence of clear data regarding the impacts of railway works on the environment and its water resources was remarkable, and the few that address the socio-environmental impacts in reference do not have water as their central object.

Keywords: Anthropogenic environment; Abiotic environment; Development; territorial identities.



INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico percorrido pela humanidade no século passado foi superior a todo o progresso do homem ao longo da sua história. Paradoxalmente, a cada avanço dado no campo da ciência resultou também, de algum modo, em agressões ao meio ambiente (FOGLIATTI et. al., 2008). O processo de financeirização da natureza se consolida hoje em um “leilão” da natureza, reflexo de uma visão econômica antropocêntrica dominante: exploração de recursos da flora, “indústria da água”, pagamento por serviços ambientais, etc (BECK e CUNHA, 2017), e a medida que o capital avança no campo, crescem os conflitos por terra e água (RODRIGUES e COSTA, 2016).

Dentro os setores com largo investimento de capital, o setor minerário tem recebido um grande incentivo do Estado para implantação de megaprojetos no Brasil, com a construção de infraestrutura - a exemplo das ferrovias, minerodutos e portos (RODRIGUES e COSTA, 2016), e é neste contexto que a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), um megaprojeto que liga à costa Atlântica Baiana ao Oeste do país, se pauta.

A FIOL representa, com pouco mais de 1.500 km de trajeto total, a integração por trilhos das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (OIKOS, 2009). A obra se caracteriza em uma região de Influência com população de 1,9 milhões de habitantes (IBGE, 2007), sendo a maior parte habitante dos municípios baianos (92,0%), ressaltando a presença de população rural e comunidades tradicionais. No quesito ambiental, a ferrovia cruzará duas bacias hidrográficas no estado da Bahia, sendo a Bacia do Rio São Francisco e a Bacia do Atlântico Leste, além de perpassar pelos biomas de Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

Obras como essas demandam mudanças profundas de aspectos ambientais, e para que

possam ser implementadas, exige-se um processo de licenciamento ambiental conduzido por órgão competente, podendo ser o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e também um órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que no estado da Bahia corresponde ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). São exigidas três licenças, a Licença Prévia (LP), na qual são realizados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), que define as medidas de mitigação e compensação, a Licença de Instalação (LI), onde é verificado se a construção está seguindo o proposto na LP, e por fim a Licença de Operação (LO), que corresponde a adequação presente na LP e LI (OLIVEIRA et al., 2013).

O processo de licenciamento é de fundamental importância para minimizar os impactos ambientais e sociais, uma vez que os seus principais objetivos são assegurar e garantir que as medidas preventivas e de controle à conservação dos recursos naturais sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável (LEITE et al., 2011), e dentre esses recursos, deve-se destacar os recursos hídricos, uma vez que os ambientes aquáticos são utilizados em todo o mundo com distintas finalidades, entre as quais se destacam o abastecimento de água, a geração de energia, a irrigação, a navegação, a aqüicultura e a harmonia paisagística (SPERLING, 1993).

O controle dos recursos hídricos é um dos pilares da industrialização e da urbanização no Brasil na medida em que responde às monumentais demandas por água e energia elétrica. Os efeitos colaterais da comodificação dos recursos hídricos, tanto no passado, quanto no presente, têm sido uma grossa negligência com impactos ambientais (destruição de habitats, modificação do regime sazonal de vazões e interrupção de processos ecológicos), produção de conflitos, desagregação social e

desigual atendimento da população (IOLIS, 2006, p. 2; p. 3).

Os impactos causados pela busca desenfreada ao lucro sob recursos naturais acarretam danos irreversíveis nos recursos hídricos, que percorrem as esferas sociais e ambientais, sendo esses os pontos investigados na presente pesquisa, sob a ótica da implementação da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) no estado da Bahia. Visando responder “quais os potenciais impactos socioambientais da construção da FIOL nos corpos hídricos em seu trecho no estado da Bahia?”, foi percorrido um caminho metodológico de revisão sistemática, com apresentação dos resultados em duas seções além desta introdução, onde o primeiro trará os impactos ambientais (meio físico e meio biótico) ligados aos recursos hídricos, e o segundo tópico sobre os impactos sociais (meio socioeconômico) ligados aos recursos hídricos.

Os impactos ambientais

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA 01/1986, Impacto Ambiental consiste em,

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente resultante de atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. (Resolução do CONAMA n.º 01 de 23/01/86).

Através da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, desde 1986, empreendimentos causadores de significativa degradação ambiental tem por exigência à realização de uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), importante instrumento de política e gestão

ambiental, utilizado no Brasil vinculado ao Licenciamento Ambiental e na etapa de planejamento da atividade. A AIA tem por objetivo subsidiar o planejamento e a tomada de decisão quanto à implantação de atividades com potencial poluidor, buscando alternativas adequadas e orientando a gestão socioambiental (SOARES et al., 2016).

Existe uma série de etapas e procedimentos que devem ser realizados para operacionalizar a AIA, e dentro delas está à elaboração do Estudo de impacto ambiental (EIA) e Relatório de impacto ambiental (RIMA), bases para a análise da viabilidade ambiental do empreendimento, por meio da avaliação dos impactos e a proposição de medidas dentro de três esferas, sendo: meio físico, biótico e socioeconômico.

Uma vez que o meio socioeconômico será abordado na próxima seção, traremos nesse momento um enfoque nos meios físico e biótico, utilizando ambos para caracterizar, de forma genérica, o “meio ambiental” abordado ao longo do presente estudo, sendo caracterizados da seguinte maneira pela Resolução CONAMA 001 (BRASIL, 1986):

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

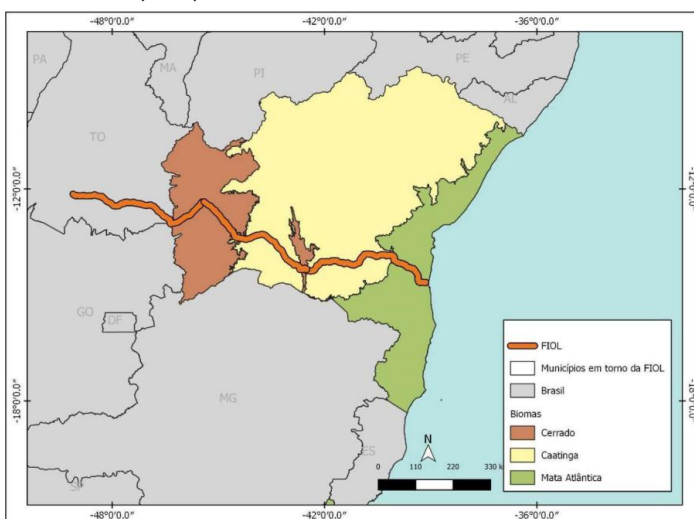
Os impactos negativos de empreendimentos viários, como ferrovias, levam à redução da biodiversidade em áreas ocupadas por atividades antrópicas, e tem seus efeitos potencializados quando se consideram as unidades de conservação – UC (BAGER et al.,

2016).

O trajeto da FIOIOL está inserido num cenário de grande diversidade biológica ao longo de seu percurso, onde, no estado da Bahia, iniciará no bioma de cerrado, atravessando sucessivamente áreas de predominância da Caatinga, especialmente entre o Rio São Francisco e Jequié, para, por fim, atingir a Mata Atlântica, onde um porto marítimo localizado em Ilhéus escoará a matéria transportada (OIKOS, 2009; PALOMO, 2015).

Segundo Oikos (2009), nestes três biomas é possível destacar a alta riqueza de espécies da flora e da fauna, com presença de endemismos e ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. Para além disso, a Mata Atlântica e o Cerrado se configuram como os dois únicos *hotspot's* brasileiros - áreas prioritárias para preservação global devido a suas excepcionais características de biodiversidade - sendo à Mata Atlântica um *hotspot* de floresta tropical com alto nível de endemismo (TABARELLI et al., 2005) e o Cerrado, a savana mais rica em diversidade botânica do mundo, abrigando muitas espécies de plantas, aves, peixes, répteis, anfíbios e insetos endêmicos (KLINK e MACHADO, 2005).

Figura 1: Biomas do estado da Bahia e Ferrovia Integrativa Oeste-Leste (FIOIOL).



Fonte: Elaborado pelos autores.

A área de Influência Direta (AID) da obra ainda conta, no estado da Bahia, com quatro Unidades de Conservação, sendo duas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), e duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) que sofrerão intercepções, sendo a APA Itacaré - Serra Grande, no município de Serra Grande, e a APA Lagoa Encantada e Rio Almada, em Ilhéus (OIKOS, 2009).

No que tange os recursos hídricos, a Ferrovia será construída aproveitando a declividade dos rios Corrente e de Contas, além de contar com a implementação de um pátio terminal nas margens do rio Almada, e conforme o EIA, de um modo geral, os principais impactos esperados sobre a qualidade das águas deverão ser derivados da supressão da mata ripária e/ou do desencadeamento de erosão e assoreamento.

A ocorrência de eventos erosivos acelerados associados à implantação de sistemas de transporte é um dos principais problemas socioambientais enfrentados pelos responsáveis pela operação das linhas férreas do país (SOUZA et al., 2017), uma vez que esses processos trazem como conseqüências uma maior frequência e intensidade de enchentes danosas e alterações ecológicas que afetam a fauna e flora (SILVA et al., 2004). O assoreamento é um problema sério para a integridade ecológica dos cursos de água em áreas que sofrem erosão, uma vez que mesmo a água sendo de boa qualidade química, a poluição física decorrente de partículas em suspensão pode reduzir em muito as condições de sobrevivência dos organismos (WANTZEN e PINTO-SILVA., 2006).

De modo geral, é esperado uma quantidade significativa de impactos negativos da FIOIOL no meio ambiental (OIKOS, 2009), entre eles podemos destacar ainda o desmatamento de áreas que estão na trajetória de construção, na qual as espécies nativas da flora serão extraídas e da fauna perderão habitats, o corte de terrenos, levando à fragmentação do habitat e

consequente perda da biodiversidade, além do aterramento de rios e lagos, ou mesmo os possíveis desvios de seu curso natural.

Dentre outros impactos ambientais significativos listados no EIA da obra, pode-se relacionar aos recursos hídricos também à contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas por esgotos, óleos e graxas, o risco de contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas devido a acidentes com cargas perigosas e disposição inadequada de lixo, alteração temporária da circulação da fauna aquática e redução de habitats da fauna aquática.

Segundo Oikos (2009) e Oliveira e colaboradores (2017), os possíveis impactos ambientais negativos serão justificados pelos inúmeros benefícios com a instalação da ferrovia, onde pode-se citar quanto aos positivos a dinamização econômica, geração de empregos para a mão de obra local não especializada, redução do número de acidentes nas rodovias e economia nas emissões de gases do efeito estufa. Além disso, são apresentadas medidas compensatórias e mitigadoras que, se aplicadas, podem contribuir para a redução ou até mesmo eliminação de alguns dos impactos negativos.

Contudo, é importante ressaltar que, embora alguns estudos tenham investigado os impactos ambientais da FIOF nos últimos anos, ainda são poucas as certezas sobre os limites da exploração e dos impactos ambientais causados de forma direta e indireta pela obra, sendo muitos desses de difícil identificação ou quantificação.

Os impactos sociais

A utilização dos recursos hídricos pela sociedade humana visa atender necessidades pessoais, econômicas (agrícolas e industriais) e sociais, tendo sua importância relacionada não apenas às suas funções na natureza, mas ao

papel que exerce na saúde, economia e qualidade de vida humana (MORAES e JORDÃO, 2002).

A água é um recurso vital para a consecução de “projetos desenvolvimentistas”, existindo uma pressão acerca de seu controle e gestão, demonstrando os interesses e estratégias utilizados pelos agentes do capital e pelo Estado para apropriar das fontes de água (superficiais e subterrâneas), de modo que estas estejam disponíveis para serem utilizadas (DOURADO e JÚNIOR, 2014).

Ao analisar grandes empreendimentos, responsáveis por profundas mudanças no espaço, é preciso levar em consideração os desdobramentos no que se refere ao modo de vida das populações por ele atingidas. Essa análise, dentro do licenciamento ambiental, é pautada na Resolução CONAMA 001 (BRASIL, 1986), caracterizando-se da seguinte maneira:

c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Ressalta-se que, enquanto investigados os impactos no meio socioeconômico, é preciso levar em consideração à existência de conflitos ambientais relacionados ao território, uma vez que:

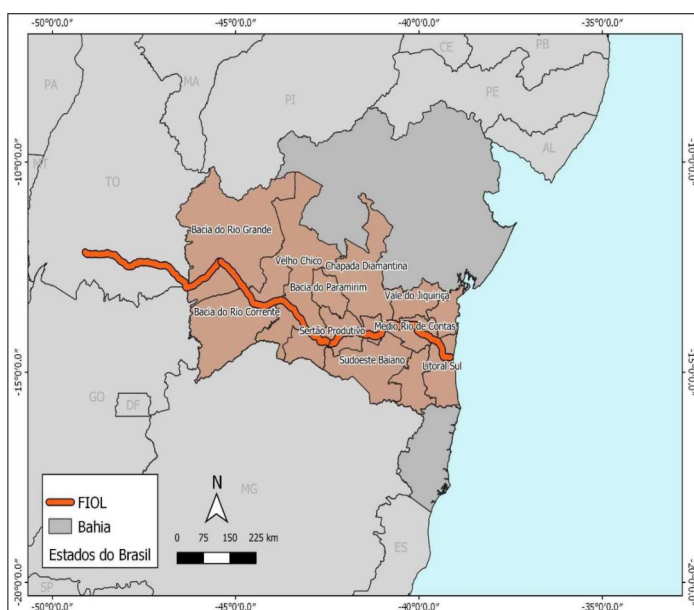
Os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial, nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2010).

A análise dos conflitos socioambientais deve partir de uma contextualização ambiental,

geográfica e histórica, sabendo que esses conflitos emergem do problema de que uns se beneficiam mais que outros, enquanto outros grupos sociais sofrem maior custo (PAUL LITTLE, 2001, p.115; MARTINEZ, 2004).

Segundo o EIA da FIOL (OIKOS, 2009), o meio socioeconômico do empreendimento é caracterizado de forma diversa, reflexo direto da extensão do empreendimento e da diversidade de ambientes naturais que ela atravessará. Na Bahia, o trajeto é composto por cinco regiões econômicas, sendo: Oeste Baiano, Bacia do São Francisco, Serra do Espinhaço, Médio Rio de Contas e Mata Atlântica. No entanto, outra divisão que se faz importante na caracterização da área para compreensão dos impactos socioambientais são os Territórios de Identidade, agrupamento identitário formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos (BAHIA, 2010), uma vez que o território aqui é, portanto, o cenário de produção e reprodução do trabalho, das manipulações culturais, materiais e espirituais (BLATT e GONDIM, 2013).

Figura 2: Territórios de identidade em torno da Ferrovia Integrativa Oeste-Leste (FIOL).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Historicamente, a região do Oeste Baiano teve à sua economia regional ganhando seus próprios contornos através da navegação fluvial, sendo possível a ocupação do território por meio da navegação no Rio São Francisco e três de seus afluentes, Rio Grande, Rio Corrente e Rio Preto, apenas no século XIX (FILHO, 1989). Nas regiões do Médio Rio de Contas, Serra do Espinhaço e Bacia do São Francisco, o regime hídrico restrito limitou historicamente o desenvolvimento agrícola, ficando a economia, em geral, limitada à pecuária de baixa produtividade (OIKOS, 2009). É mais do que claro que essas regiões se mostram, histórica e culturalmente, atreladas aos recursos hídricos.

Contudo, sabe-se que o controle ao acesso da água nas mãos do Estado está na raiz dos conflitos relacionados aos recursos hídricos, sendo este, um meio de disputar o desenvolvimento desta região semi-árida que sofre com períodos de estiagem, onde a água é, portanto, instrumento de controle e de poder, um poder que nomeia, distingue e exclui (CUNHA et al., 2012), sendo os conflitos e tensões pelo uso da água resultados de rupturas do acordo simbólico entre diferentes práticas sociais no espaço e no território (PORCIÚNCULA et al., 2021).

Embora à obra da FIOL ainda não esteja completamente efetivada no estado da Bahia, conflitos relacionados aos recursos hídricos já foram identificados por autores como Figueiredo e Santiago (2021), na região de Caetité, principalmente no que se refere ao uso e conservação dos recursos hídricos, uma vez que a construção da FIOL tem alterado as paisagens e as características geomorfológicas locais, bem como na dinâmica das redes geográficas; assim como tem apresentado riscos a preservação da fauna e flora e dos recursos hídricos tanto superficiais quanto subterrâneos existentes.

Outro conflito gerado pela FIOL foi estudado no território quilombola de Araçá/Volta, em Bom Jesus da Lapa, onde o autor Gonzaga (2007)

observou a modificação do modo de vida das comunidades, reforçado pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais em 2019, onde podemos evidenciar os seguintes relatos de Lucas Marcolino, Presidente da associação do território de Araçá-Volta, 2019:

“Rios, lagoas e fauna não tiveram a oportunidade de serem ouvidos, uma vez que as comunidades não tiveram voz”;

“Nossa preocupação é como se dará a passagem dos trilhos. Na saída da ponte temos o canal do riacho que abastece mais de 12 lagoas às margens do Rio São Francisco”;

Moradores também relataram que a construção de uma das pontes previstas na implantação da FIOI, sobre o Rio São Francisco, afetou a agricultura e a pesca, levando muitos pescadores ao abandono das atividades.

Impacto da obra nas margens do Rio de Contas no trecho de Sussuarana, município de Tenhaçu, foram relatados por Almeida e colaboradores (2011), onde uma população ribeirinha, a qual considerando o próprio projeto da FIOI estaria na área de Influência Direta, não foi identificada pelas empresas responsáveis, enfatizando ainda a proximidade do traçado em relação ao limite máximo de cheias do rio, trazendo preocupações quanto aos impactos ambientais ao rio e à área de margem.

Os relatos reunidos neste trabalho apontam apenas alguns dos impactos causados pela implantação da Ferrovia Integrativa Oeste-Leste em relação aos recursos hídricos, reforçando o que Santana e colaboradores (2011) afirmam acerca do empreendimento não ser uma opção das comunidades localizadas ao longo do mesmo, mas uma imposição externa, pautada em uma lógica insustentável para aqueles que vivem do trabalho e voltada aos interesses totalmente externos aos locais.

Considerações finais

O desenvolvimento da sociedade tem sido associado à grande degradação ambiental ao longo das décadas, indo na contramão da natureza humana e causando efeitos irreversíveis que influenciam diretamente na continuidade da vida humana nesses ambientes impactados. Embora obras como a FIOI sejam inovadoras e necessárias para um avanço tecnológico e financeiro, o caminho percorrido em nome do desenvolvimento precisa ser pautado em recursos naturais limitados e modos de vida valorosos.

Além dos diversos impactos no meio socioeconômico e ambiental percorridos no presente estudo, possivelmente outras consequências relacionadas aos recursos hídricos sejam percebidos e estudados nos próximos anos, uma vez que à existência de alterações no uso do solo e deslocamento de contingentes populacionais, interferência em cabeceiras que abastecem habitações rurais e modificações drásticas no modo de vida das populações já foram identificadas, embora à escassez de estudos relacionados aos impactos da obra seja uma realidade.

É de extrema importância que os três eixos aqui investigados - biótico, físico e socioeconômico - sejam estudados com atenção, levando em consideração os impactos indiretos e mascarados. As ações mitigatórias e compensatórias também se mostram de extrema importância para o meio ambiente e social e suas modificações.

Um empreendimento do porte da Ferrovia Integrativa Oeste-Leste, além de gerar crescimento econômico e desenvolvimento social, causa marcas irreversíveis na natureza e modifica a vida ali existente.

Referências

- ALMEIDA, M. C. C.; SOUZA, S. T.; SANTANA, M. R. B. 2011. O traçado da ferrovia de integração oeste-leste (FIOL) e os impactos sócio-espaciais no município de Tanhaçu-BA. ANAIS do VIII Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB. ISSN 2179-4774.
- BECK, C. G.; CUNHA, L. H. H. 2017. As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneas. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 1, p. 136-147.
- BRASIL. Resolução CONAMA 001, de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1986.
- DOURADO, J. A. L.; THOMAZ JÚNIOR, A. Políticas de desenvolvimento territorial, agrohidronegócio e disputas territoriais no semi-árido baiano. Disponível em: <https://docplayer.com.br/79961378-Políticas-de-desenvolvimento-territorial-agrohidronegocio-e-disputas-territoriais-no-semi-arido-baiano.html>. Acesso em 21 de novembro de 2021.
- FOGLIATTI, M. C., CAMPOS, V. B. G., FERRO, M. A. C., SINAY, L.; CRUZ, I. 2008. Sistema de gestão ambiental para empresas. Rio de Janeiro: Interciência.
- FIGUEIREDO, D. A.; SANTIAGO, J. P. 2021. Espaço rural, desenvolvimento e conflitos territoriais em Caetité – Bahia. Revista Franco-Brasileira de geografia, n. 50. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.37718>.
- GONZAGA, A. V. 2017. Conflitos em territórios quilombolas: a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento do racismo ambiental. Universidade de Brasília, Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), Brasil.
- OIKOS. 2009. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) das obras de implantação da ferrovia oeste leste, entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA). Volume 1; Volume 2; Volume 3. OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA, Brasil.
- OIKOS. 2009. Relatório de Impacto Ambiental da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (RIMA) das obras de implantação da ferrovia oeste leste, entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA). Volume 1. OIKOS PESQUISA APLICADA LTDA, Brasil.
- RODRIGUES, F.; COSTA, W. 2016. A chegada do estranho: mineração e conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetité e Pindaí, Bahia, Brasil. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho. Vol. 17, nº1. DOI: 10.33026/peg.v17i1.4235.
- MARINHO, M. de O.; AGRA-FILHO, S. S.; MAGALHÃES ORRICO, S. R.; SANTOS, F. C. 2013. Avaliação de impacto ambiental como instrumento de estímulo à produção limpa: desafios e oportunidades no estado da Bahia. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo (SP). V. 6, n. 3, p. 129-141. DOI: 10.24857/rgsa.v6i3.497.
- SILVA, M. J. D. S., 2004. A utilização dos resíduos urbanos como material de enchimento em processos erosivos no município de Bauru, SP. Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e desenvolvimento sustentável, Florianópolis, SC.
- SPERLING, E. V. 1993. Considerações sobre a saúde de ambientes aquáticos. Bio; 2(3):53-6.
- MORAES, D. S. de L.; JORDÃO, B. Q. 2002. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. Rev Saúde Pública. 36(3):370-4.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. 2005. A conservação do Cerrado brasileiro. Revista Megadiversidade, Belo Horizonte, Vol. 1, Nº 1:147-155.
- TABARELLI, M. 2005. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. Revista Megadiversidade, Belo Horizonte, Vol. 1, p. 132-138.



Revista Eletrônica Casa de Makunaima

Rua 7 de setembro, Nº 231

Bairro Canarinho CEP: 69306-530

Tel. (95) 2121-0944

E-mail: contato@periodicos.uerr.edu.br

<https://periodicos.uerr.edu.br/makunaima>



**CASA DE
MAKUNAIMA**
ISSN 2595-5888